

SAMUEL DE JESUS
ORGANIZADOR



A (ANTI) POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO

PREFÁCIO
EDUARDO RIZZATTI SALOMÃO



O BRASIL COMO PÁRIA
INTERNACIONAL (2019-2022)

A (ANTI) POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO

O BRASIL COMO PÁRIA
INTERNACIONAL (2019-2022)

© 2023 – Samuel de Jesus (Org.)

TÍTULO

A (ANTI) POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO:
o Brasil como pária internacional (2019-2022)

ORGANIZADOR

Samuel de Jesus

REVISÃO

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO

Editora Oeste

ARTE DA CAPA

Isabela Barbosa Rodrigues e Jéssica Vitória Gaspar Freitas

CHARGE DA CAPA

Dario Castillejos

PUBLICAÇÃO DA



EDITORA OESTE

www.editoraoeste.com.br

Oeste

editoraoeste@hotmail.com

ISBN 9788545584476

1ª Edição, setembro 2023

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Λ629

A (anti) política externa do Governo Bolsonaro: o Brasil como pária internacional (2019-2022) / Samuel de Jesus (Organizador); Eduardo Rizzatti Salomão (Prefácio). – Campo Grande: Oeste, 2023.

164 p., il., fotos.; 155x225

mm ISBN 978-85-45584-47-6

1. Política internacional. 2. Relações Internacionais. 3. Ciência política. I. Jesus, Samuel de (Organizador). II. Salomão, Eduardo Rizzatti (Prefácio). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Política internacional

Samuel de Jesus
ORGANIZADOR

A (ANTI) POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO

O BRASIL COMO PÁRIA
INTERNACIONAL (2019-2022)



Campo Grande – MS
2023

Obra aprovada pelo conselho editorial da Editora Oeste
através da Resolução n. 146/2023.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Amaury de Souza / UFMS
Dr. Antonio Gomes Alves Ferreira / UC-PT
Dr. Antonio Luzon Trujillo / UGR-ES
Dr^o. Alda Maria do Nascimento Osório / UFMS
Dr^a. Alexandra Ayach Anache / UFMS
Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório / UFMS
Dr^a. Carla Dupont – Vercors, França
Dr. Christiane Caetano Martins Fernandes / SEMED
Dr^a. Eurize Caldas Pessanha / UFMS
Dr^a. Fabiany de Cássia Tavares Silva / UFMS
Dr. Flávio Aristone / UFMS
Dr. Genylton Odilon Rêgo Da Rocha / UFPA
Dr^o. Geovana Mendonça Lunardi Mendes / UDESC
Dr. Leo Dayan – Univ. de Paris 1 – Sorbonne
Dr. Luiz Carlos Novaes / UNIFESP
Dr. Luiz Otavio Saraiva Ferreira / UNICAMP
Dr^a. Margarita Victoria Rodriguez / UFMS
Dr^a. Maria Dilnéia Espindola Fernandes / UFMS
Dr^o. Marília Gouvea De Miranda / UFG
Dr^a. Myrna Wolf B. dos Santos / UFMS
Dr. Paulo Vinicius Baptista Da Silva / UFPR
Dr. Rafael Duailibi Maldonado / UFMS
Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira / UCDB
Dr^a. Soraia Napoleão de Freitas / UFSM
Dr^a. Silvia Helena Andrade de Brito / UFMS
Dr^a. Simone Albuquerque Da Rocha / UFMT
Dr^a. Tatiana Calheiros Lapas Leão / UNIDERP-ANHANGUERA

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora, como pesquisa é permitido desde que citada a fonte.

PREFÁCIO

Na primeira década do século XX, a política externa brasileira sob a liderança do chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, adotou princípios que tinham como um de seus maiores objetivos firmar a hegemonia regional do Brasil por intermédio da consolidação de bons relacionamentos com as nações do continente. Nesse cálculo, constava não descuidar do trato com o proeminente Estados Unidos da América (EUA), posicionamento que o Barão do Rio Branco reconhecia ser necessário para angariar apoio às pretensões brasileiras ao sul das Américas, em tempos de definição de fronteiras, mas que não implicava em alinhamento automático ou subserviência. Dessa época, assentaram-se as bases de uma postura pragmática e responsável que, entre altos e baixos, foi comemorada ao longo de gerações como norteadora de ações que pautavam pelo alcance dos interesses estratégicos do Estado brasileiro.

Décadas depois, o pragmatismo político se manteve como argumento poderoso diante das limitações brasileiras para se fazer atender em diversas instâncias internacionais, posto que, como esclarece o realismo político, o cenário de ambições e interesses conflitantes que cercam as relações internacionais exigem não somente censo acurado de oportunidade: é preciso, entre outros condicionantes, lastro em poder econômico e militar proporcionais ao desafio. Olhando para o legado diplomático brasileiro, registram-se momentos de maior ímpeto, sugerindo o benefício da adoção de uma postura muitas vezes desafiadora. Exemplo notável foi o impulsionamento dado pelo chanceler San Tiago Dantas em favor da chamada Política Externa Independente (PEI). Corriam os tempos de Guerra Fria, onde a disputa entre a União Soviética e os EUA exigiam

perspicácia para não enredar o Brasil em compromissos prejudiciais a sua soberania.

Despertando reações contrárias, no quadro conflituoso dos anos 1960, sobreveio a crise desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros – presidente oriundo da direita udenista. Quadros propugnava a adoção da PEI como instrumento dos esforços para superar o subdesenvolvimento brasileiro, mas jogou fora a toalha por razões até hoje inconfessadas. Após a superação da crise sucessória, o cenário permaneceu agitado, tendo como ápice a queda do trabalhista João Goulart no curso da vitória do golpe dos que propunham o alinhamento automático aos EUA e o rompimento de relações diplomáticas com as nações do bloco socialista.

A esperança de que o alinhamento aos EUA viesse a favorecer, decisivamente, o crescimento nacional dissipou-se após 21 anos de uma aliança entre setores da direita que assentou os fardados no poder. A derrocada do milagre econômico, no curso da crise do petróleo, acentuou o endividamento do Brasil, anunciando tempos nebulosos para a ditadura civil-militar. O regime capitaneado pelos generais, porém, ainda dava sinais de fôlego. Não querendo dourar a pílula, é preciso reconhecer o registro da retomada de uma postura independente em vários momentos, destacando-se o posicionamento do presidente Ernesto Geisel. Seguindo a visão desenvolvimentista-conservadora que pautou as decisões do esguiano Geisel, resultou a decisão de firmar o acordo Brasil-Alemanha que propiciou a construção das Usinas Nucleares de Angra dos Reis, projeto que remontava ao governo de Juscelino Kubistchek. No campo da política externa, temos o caso emblemático do reconhecimento da independência de Angola. Libertando-se de Lisboa, a independência da nação africana seguiu seu curso sob o regime marxista conduzido pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola, o MPLA, nada mais adverso a ideologia anticomunista que guiava o Planalto em tempos da

Doutrina de Segurança Nacional, é preciso afirmar, mas que não impediu a tomada de uma decisão alinhada aos interesses do Brasil.

Do exposto, ressalta-se que, em termos ideais, os interesses nacionais devem guiar a formulação da política externa. Isso, entretanto, nem sempre é observado em governos das mais diversas matizes ideológicos e simpatias, dado que atores políticos são sensíveis aos múltiplos interesses e demandas que não raro rivalizam com a condução de uma política pública traçada por objetivos maiores. Mas há momentos que se revelam particularmente de maior gravidade ou mesmo estarrecedores, levando a perguntar qual do tamanho do estrago para o presente e o futuro das nossas relações exteriores. O livro *“A (Anti) Política Externa do Governo Bolsonaro”* dedica-se justamente a debater um desses momentos mais ruidosos. Guiado pela iniciativa do Prof. Dr. Samuel de Jesus, do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), este livro que me coube a satisfação de prefaciar é fruto do empenho de acadêmicos reunidos ao Grupo de Estudos de Política Internacional – GEPI/UFMS.

Inaugurando a publicação, Isabela Barbosa Rodrigues nos oferece o capítulo *“Relação Brasil-China: incidentes diplomáticos e sinofobia no contexto da pandemia”*. Partindo de uma acurada análise, a autora foca os incidentes diplomáticos que marcaram a condução do Itamaraty sob a batuta do bolsonarismo, evidenciando o desgaste promovido com a China, o maior parceiro comercial do Brasil, graças a adoção de postura irresponsável e com traços de subserviência aos interesses de Trump – chegando ao ponto de fazer corar muitos políticos da direita norte-americanos agastados com a diatribes que então partiam da Casa Branca.

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz, no capítulo intitulado *“Relação Brasil e Estados Unidos: alinhamento e submissão na administração Trump (2017-2021)”*, dedica-se a apontar a influência política de Donald

Trump sobre o Brasil, abordando o período dos presidentes Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O olhar do autor foca em assuntos como a adoção de políticas de viés neoliberal, as ações e gestos pró-EUA, e o mimetismo adotado por Bolsonaro ao se espelhar em Trump, ressaltando o negacionismo à pandemia da Covid-19, o uso de *fake news* e o radicalismo político que culminou nos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Samuel de Jesus nos brinda com os terceiro e quinto capítulos. Em “*A Antipolítica Brasileira para as Mudanças Climáticas: Brasil e a Comunidade Europeia (2019-2022)*”, percorre as polêmicas e desajustes que pautaram o trato com o tema das mudanças climáticas, a preservação do meio-ambiente e o respeito aos povos originários e quilombolas. Foram, como pontua Samuel, tempos de aumento do desmatamento e do garimpo ilegal, de estímulo a ataques e perseguição aos protetores da floresta e de acanhada fiscalização. No campo internacional, incidentes com a França e o bloqueio de recursos do Fundo Amazônia por Noruega e Alemanha são alguns dos exemplos elencados como reveladores do enfraquecimento ou mesmo da destruição das políticas de proteção ambiental – contexto marcado pelo assassinato do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira.

No capítulo “*A (Anti) Política Externa Bolsonaroista para a América do Sul: ideologizações, golpes e isolamento*”, Samuel de Jesus nos oferece mais um texto fundamental para se compreender o período. O autor parte do fracasso das iniciativas de criação de um bloco político de países sul-americanos sob lideranças da direita, avaliando as reações populares e derrotas eleitorais que anunciaram a reviravolta política no continente, delineando o retorno de setores da centro-esquerda e esquerda ao poder. No transcurso desses acontecimentos, como enfatizou Samuel, deu-se o isolamento do presidente Bolsonaro no continente em seus últimos anos de mandato, situação favorecida pela derrota de Trump em

2020, tendo na vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições brasileiras de 2022, o ponto culminante ao reassentar o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder.

Em “*Diplomacia Brasil-Rússia no Governo Bolsonaro*”, Gabriel Luiz Campos Dalpiaz e Isabela Barbosa Rodrigues apreciam relações diplomáticas marcadas por desajustes e omissões. O capítulo percorre a formação dos BRICS, passando pelos desdobramentos ao longo dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Quanto ao último governo, os autores focalizam nos rumos tortuosos tomados pela administração federal, destacando o erro em se deixar de efetivar políticas pautadas por acordos bilaterais Brasil-Rússia em prol do desenvolvimento nacional. Entre outras questões, são apreciados o estímulo a russofobia e o cenário da guerra em solo ucraniano.

Gabriela Lima Caixeta de Deus, no texto “*Oriente Médio na Política Externa de Bolsonaro*”, debruça-se sobre as relações entre o Brasil e duas nações cujos casos foram notabilizados pela imprensa global com repercussões negativas para a imagem do Brasil. Tratam-se das relações Brasil-Irã, afetadas pelo alinhamento com a postura de enfrentamento de Trump, e as relações com Israel onde se identificam simpatias e afetos que compuseram um cenário que contemplou a incorporação de símbolos israelenses ao imaginário do bolsonarismo militante. Sobre a conduta brasileira, Gabriela de Deus enfatiza que a política externa se afastou do pragmatismo responsável historicamente assentado no Itamaraty, levando o Brasil a perder vigor em seu papel de mediador de conflitos, algo, aliás, como bem avalia, acentuando no período 2019-2022, mas que corresponde, a bem da verdade, a uma trajetória de declínio registrada anteriormente.

Dando fecho ao livro, no capítulo “*O Tabuleiro de Xiangqi: a Economia do Dragão e o agronegócio Brasileiro*”, Gilberto de Souza

Vianna aborda a pujança do poderio econômico da República Popular da China alicerçado na capacidade de competir em diversas áreas, movendo suas peças no tabuleiro da política externa para afirmar o poder nacional em suas expressões ideológica, militar e política. Entre outras questões, o autor avalia as vulnerabilidades chinesas como uma oportunidade para o Brasil, em especial no setor de alimentos, ressaltando a importância do aprimoramento da parceria estratégica com a China visando ganhos mútuos e a minimização das vulnerabilidades de ambos os países.

Neste livro “*A (Anti) Política Externa do Governo Bolsonaro*”, o leitor encontrará debate essencial sobre os quatro anos das relações internacionais de um período marcado por erros, polêmicas e turbulências. Trata-se de leitura indispensável para a compreensão do Brasil em tempos recentes, sendo de particular valia a estudantes e leitores atentos aos caminhos e descaminhos da política externa do gigante sul-americano. Boa leitura!

Cidade do Rio de Janeiro, julho de 2023.

Eduardo Rizzatti Salomão

APRESENTAÇÃO

O título deste livro não poderia ser mais oportuno quando se pretende descrever as relações políticas do Brasil frente à comunidade Internacional. É que não podemos chamar de política governamental de Bolsonaro, mas antipolítica antigovernamental. Isso mesmo! Pois é através do discurso da antipolítica que Bolsonaro e os seus antiministros pautaram suas ações. Desta forma, poderemos afirmar que sua antipolítica foi baseada na destruição das políticas governamentais. Sendo assim, podemos falar em uma antipolítica ambiental, uma antipolítica para a saúde cuja negligência levou a morte de 700 mil brasileiros (em dados oficiais), podemos falar também de uma antipolítica educacional com o antiministro sem educação, ou uma antipolítica das Comunicações com a manutenção do “gabinete do ódio” e agressão a jornalistas. Uma antipolítica de destruição das Universidades Públicas, antipolítica de direitos-humanos, habitação, geração de empregos, trabalho e por sua vez a destruição da política exterior do Brasil.

Em relação a isto destacamos a fala do antiministro das relações exteriores Ernesto Araújo que diante do congresso afirmou ter orgulho do fato do Brasil ter se tornado um pária internacional. Neste período, o Brasil ficou isolado na Comunidade Internacional. Nas reuniões internacionais entre presidentes, Bolsonaro era escanteado, restando a ele conversar com os garçons e contar piadas que eles não entendiam. Não são raras as fotos em que os presidentes conversam em grupinhos e de costas para o antipresidente brasileiro. Comia do lado de fora dos restaurantes, pois não tinha tomado a vacina. Logo no início de seu mandato ofendeu a primeira dama da França gerando a repulsa e revolta de seu marido o presidente francês. Ofendeu a China ao se referir a vacina contra covid 19 como nociva e assim chamando a de *vaChina*, o que gerou reação imediata do

embaixador chinês no Brasil. Votou contra a quebra de patentes das vacinas contra o coronavírus, junto a Israel Estados Unidos votou contra a Palestina na ONU.

Na América do Sul, foram pífiás as iniciativas de manutenção do bloco político e ideológico de direita chamado *grupo de Lima* e o natimorto *prosul* que deveria que deveria substituir a *unasul*. Viu os seus aliados caindo um a um. PPK no Peru, Macri na Argentina, Piñera no Chile, Iván Duque na Colômbia e Jeanine Ignez na Bolívia. Reconheceu o autoproclamado presidente da Venezuela Juan Guaidó, impediu o presidente *De Fato* Nicolás Maduro de entrar no Brasil. Fez com que participassemos do golpe na Bolívia através do embaixador brasileiro em La Paz. Por fim, não foi a COP 28, no Egito, terminou isolado e vendo um presidente eleito Lula assumir a política externa brasileira no dia seguinte a sua eleição. Lula ocupou o vácuo deixado por Bolsonaro. Ao final Bolsonaro saiu do país, dias antes do término do seu mandato. Este foi um período de negacionismo, terraplanismo, de desinformação, de anticiência, dos absurdos que fizeram com que o Brasil fosse ridicularizado na Comunidade Internacional e tendo sido chamado de país fascista. Este livro é o resultado das discussões travadas no ano de 2022 no âmbito do grupo de estudos de política internacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande – MS, 08 de setembro de 2023

Samuel de Jesus

Sumário

Prefácio

Eduardo Rizzatti Salomão 05

Apresentação

Samuel de Jesus 11

Relação Brasil-China: incidentes diplomáticos e sinofobia no contexto da pandemia

Isabela Barbosa Rodrigues 15

Relação Brasil e Estados Unidos: alinhamento e submissão na administração Trump (2017-2021).

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz 33

A Antipolítica Brasileira para as Mudanças Climáticas: Brasil e a Comunidade Europeia (2019-2022).

Samuel de Jesus 55

Diplomacia Brasil-Rússia no Governo Bolsonaro

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz, Isabela Barbosa Rodrigues 73

**A (Anti) Política Externa Bolsonarista para a América do Sul:
ideologizações, golpes e isolamento**

Samuel de Jesus 101

**A Política Externa de Bolsonaro para o Oriente Médio
à luz do antipetismo**

Gabriela Lima Caixeta de Deus 113

**O Tabuleiro de Xiangqi: a Economia do Dragão e o
Agronegócio Brasileiro.**

Gilberto de Souza Vianna 141

Dados dos Autores 163

Relação Brasil-China: incidentes diplomáticos e sinofobia no contexto da pandemia

Isabela Barbosa Rodrigues

1. Diplomacia e pandemia: da China até o Brasil

A pandemia do SARS-CoV-2 iniciou-se na cidade de Wuhan, localizado na República Popular da China, em dezembro de 2019. Com isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre uma nova cepa de coronavírus não identificada antes em seres humanos. Assim, a OMS decretou em menos de um mês após o surto em Wuhan que o coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e, portanto, era o mais alto nível de alerta da área da saúde global (OPAS, 2023). Os desdobramentos após esse pronunciamento são conhecidos por todos e todas: mais de 6 milhões de mortes ao redor do globo, além dos impactos sociais, econômicos, políticos e culturais sem precedentes na história. Aumento da desigualdade social, quebra do sistema financeiro, perda de trabalhos formais, defasagens na aprendizagem. Isso tudo sem contar que a saúde psicoemocional da sociedade foi amplamente afetada com o maior índice de depressão e ansiedade. Em meio ao difícil acesso aos bens essenciais, a população mundial tinha de lidar com o confinamento e o temor pela morte ou adoecimento (FIOCRUZ, 2021).

O dicionário inFormal (2018) aponta que a sinofobia é o “medo da China continental, discriminação, ódio ou preconceito aos chineses”. A palavra deriva da junção dos vocábulos em latim *Sinae* (China) e em grego *phobos* (medo). Em geral, ser sinofóbico é possuir um sentimento anti-China com ataques físicos ou simbólicos justamente por uma pessoa

descender e/ou ser parte da cultura chinesa. O racismo contra os chineses ganhou uma alta relevância após os surtos da covid-19 e a, quase que imediata, associação entre vírus e culpa chinesa. Segundo Rosana Pinheiro-Machado (2020), o comportamento sinofóbico foi estimulado pelos Estados Unidos na gestão trumpista. Com isso, os EUA reforçaram a velha ideia estigmatizada da China como foco de algo contagioso. Um exemplo disso foi o uso recorrente da expressão “vírus chinês” nos discursos e na imprensa hegemônica estadunidense pró-Trump. Contudo, a antropóloga aponta um motivo para toda a criação de uma narrativa anti-China: a guerra comercial entre os dois países. Para ela, “há muitos anos, desde que a China surgiu como potência mundial, boa parte do *soft power* norte-americano tem se dedicado a estereotipar os chineses como algo que infecta e polui o mundo com mercadorias ou com epidemias”. Desse modo, a pandemia foi um pretexto para acirrar mais as tensões geopolíticas e diplomáticas entre as duas potências mundiais.

Concomitante a tudo isso, o candidato da extrema-direita radical Jair Messias Bolsonaro era o então chefe do executivo. Como coloca Matias Spektor (2019, p.324), Jair já iniciou sua campanha prometendo uma guinada total da política externa dos governos anteriores do PT e PSDB. Para o pesquisador, Bolsonaro cria uma “diplomacia da ruptura” ao romper com estamentos básicos do Itamaraty, até então bem preestabelecidos, como a questão climática, a relação com Cuba, os direitos humanos e afins. O contexto em que tudo isso acontece é o de profundas transformações internacionais:

a chegada de Bolsonaro ao poder coincide com o acirramento da competição geopolítica entre Estados Unidos e China, o enfraquecimento progressivo de instituições internacionais como a ONU e a União Europeia, e o ressurgimento do nacionalismo não cooperativo, quiçá a maior ameaça em uma geração ao ordenamento internacional estabelecido depois do fim da Guerra Fria. (SPEKTOR, 2019, P.324-325)

Posto isto, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo – junto ao gabinete de Jair e outros ministros – construiu uma agenda exterior pautada em teorias conspiratórias e neoconservadoras. Orientados pelo guru e pseudointelectual Olavo de Carvalho, o ministério defendeu um embate do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, contra as garras do Oriente, sendo a Rússia e China os principais inimigos. Em síntese, existiu um alinhamento ideológico e diplomático com os EUA de Donald Trump, bem como uma rejeição à política multilateral do PT e as relações Sul-Sul. De acordo com Geisser, Carungaba e Conceição (2020, p.279), Trump acusa a China pela propagação do vírus e apela “a uma resistência menos sanitária do que política através da palavra de ordem *America First*”. Ou seja, o ex-presidente Bolsonaro se inspirava nas declarações conspiracionistas de Trump que culpavam a China pela disseminação do vírus covid-19 e tentava seguir a cartilha estadunidense ao dizer que privilegiaria o Brasil primeiro. Assim como Trump, Bolsonaro demonizava os chineses pela pandemia, ao mesmo tempo que relativizava o risco sanitário do vírus ao dizer que não se passava de uma “gripezinha”¹. Eis aqui o caráter fundamental dos incidentes diplomáticos entre o Brasil e a China durante a pandemia (2020-2022); ou seja, momentos marcados pelo negacionismo – com inclusive o fomento de medicamentos não comprovados cientificamente – e discursos de ódio contra a China. Consoante com Quinan, Araujo e Albuquerque (2021, p.154-155),

¹ Durante várias ocasiões o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro destilava seu desprezo pela covid-19. Ele relativizava a gravidade da doença dizendo ser apenas uma “gripezinha” e nada mais. Em um pronunciamento oficial, transmitido via rádio e TV no dia 24 de março de 2020, ele declarou: "No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado com o vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como disse aquele famoso médico daquela famosa televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença" (ESTADO DE MINAS, 2021).

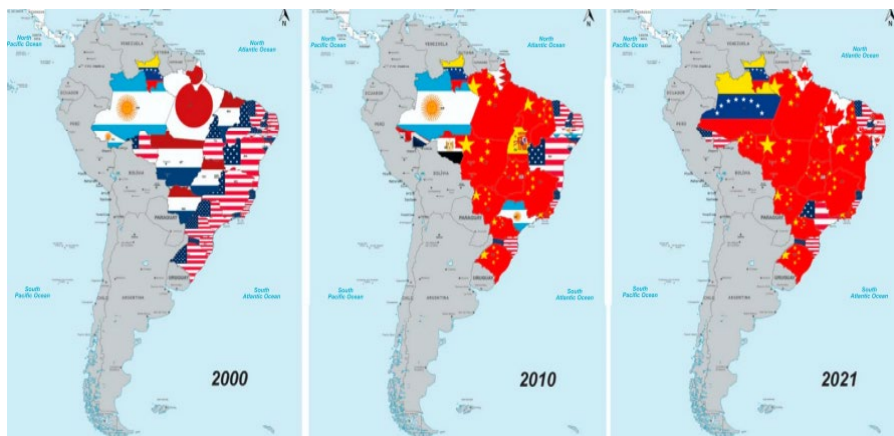
a China acabou se tornando o bode expiatório para as teorias da conspiração a respeito da pandemia. O governo chinês tem sido responsabilizado de diversas formas: desde teorias sobre o surgimento do vírus ter ocorrido por conta de negligências que possibilitaram um vazamento do vírus acidentalmente, até acusações de intencionalidade, onde a covid-19 teria surgido como uma arma biológica desenvolvida por militares chineses, buscando destruir o ocidente e fazer a China se tornar a maior força global.

Pablo Ibañez (2020) ainda esclarece que o ex-presidente Bolsonaro já tecia embates com a diplomacia chinesa antes mesmo de assumir. Isto porque ele realizou uma viagem a Taiwan, região notoriamente de conflito geopolítico chinês. Junto a isso, o presidenciável disse em declaração que “A China não compra no Brasil. A China está comprando o Brasil”. Essa suposição despertou maus ânimos entre Bolsonaro e Xi Jinping logo no início do governo. Ademais, o chanceler Ernesto Araújo disse aos diplomatas e formandos em aula magna do Itamaraty, apenas cinco meses depois, que não iria “vender sua alma para exportar minério de ferro e soja para a China Comunista” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Para Alexandre Andrada (2019), a aula magna de Araújo está imbuída de preconceitos e equívocos sobre a política externa. Uma das propostas do ministro era inserir uma “bussola moral” para a diplomacia. Sendo assim, o Brasil só poderia negociar e comercializar com os “bons” estados e governos. Dentro dessa perspectiva, países como a China seriam ditos “ruins” – e conseqüentemente parceiros não preferenciais – por não fazer parte do bloco ocidental pró-EUA. À vista desses incidentes, o vice-presidente Hamilton Mourão precisou ir até a China para atenuar o imbróglio diplomático, antes do Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês receber Bolsonaro em pessoa. Logo, vemos que a retórica anti-China já existia nos discursos oficiais anteriormente à covid-19.

Para mais, a explicação para tantas ofensivas brasileiras encontra-se no fato da China ser a principal rival comercial e geopolítica dos Estados Unidos. Ainda assim, as motivações do Brasil são um tanto confusas,

despropositadas e incoerentes, visto que os chineses são os nossos principais parceiros comerciais. Inclusive, Pablo Ibañez (2020, p.8) nos mostra que a partir das duas primeiras décadas dos anos 2000 percebemos uma inversão das exportações brasileiras dos Estados Unidos para a China. Isto é, “a China simplesmente passou de pouco mais de um bilhão de dólares em importações brasileiras para mais de sessenta e cinco bilhões de dólares, um salto de basicamente 5900%” em quase 20 anos, enquanto as exportações para os EUA entraram em declínio. Por isso, o século XXI é marcado por uma relação de interdependência do Brasil com a China. Esmiuçando ainda mais, a nossa pauta exportadora para a China foi de 80% em produtos básicos (soja e minério de ferro) em 2017, no mesmo tempo em que importamos 90% de produtos manufaturados chineses. Ainda, o infográfico produzido para o *FAL Bulletin* da CEPAL (2022) expõe o acréscimo da exportação para a China. Além da questão agroexportadora, a China também realiza investimentos na infraestrutura e tecnologia, sendo que o Brasil foi um dos maiores destinos de financiamento na última década. Conforme João José Oliveira (2021), os investimentos chineses bateram 70,3 bilhões de dólares em setores de energia, transportes, metais e dentro outros. Isto prova que os ataques ao gigante asiático durante a pandemia somente resultariam em retaliações em setores sensíveis da economia do Brasil e travas comerciais. Sendo assim, a onda de xenofobia desencadeada por líderes brasileiros tratava-se muito mais de uma adoção do bilateralismo com o EUA – o qual nem era o maior parceiro comercial e econômico – do que uma estratégia política e diplomática benéfica ao Brasil.

FIGURA 1 – Principais exportações brasileiras em 2000-2021



Fonte: FAL Bulletin, 2022

2. Incidentes diplomáticos entre Brasil e China sob o governo Bolsonaro

Desse modo, Bolsonaro adotou uma posição refletora dos EUA que alimentava atitudes xenofóbicas e de ódio. A (a) política externa brasileira durante a crise sanitária mundial carregou episódios de intenso conflito entre o Brasil e a China. Para Quinan, Araujo e Albuquerque (2021, p.162-166), Trump também já efetuava um ataque maciço aos antagonistas chineses desde 2015. Entretanto, foi em março de 2020 que ele usou o termo “vírus chinês” e acusou a China de incompetência ao lidar com o surto. Veremos a seguir alguns ataques ocorridos principalmente no âmbito das redes sociais, mais especificamente no Twitter. Vale ressaltar que são ofensas completamente desnecessárias contra um ente importantíssimo da diplomacia brasileira e em um momento mundial de crise. A primeira declaração com muita repercussão internacional foi a do filho do ex-presidente e deputado Eduardo Bolsonaro. Por meio do Twitter, o deputado publicou em 18 de março uma mensagem com acusações ao governo chinês de irresponsabilidade. Além disso ele faz

uma alusão ao seriado Chernobyl (2019) e a “ditadura soviética”. O filho de Bolsonaro também republicou inúmeras notícias “acusando o país de ser contra a liberdade de expressão e contestando o consumo de animes silvestres”. Veja que essas informações nada têm a ver com a pandemia, mas sim uma agressão fortuita e xenofóbica.

FIGURA 2 – Mensagem xenofóbica do deputado Eduardo **Bolsonaro**



FONTE: Poder 360, 2020

Rapidamente, a Embaixada da China no Brasil se manifestou com uma oposição veemente às falas do parlamentar. O órgão diplomático oficial da China no Brasil diz que “as suas palavras [de Eduardo] são

extremamente irresponsáveis” e que são “uma imitação dos seus queridos amigos [norte-americanos]”. Apesar da fala ser de um deputado, a afirmação gerou um conflito diplomático enorme, pois refletia o posicionamento do próprio Bolsonaro. Nunca antes a diplomacia chinesa havia se manifestado com tanta agressividade em relação ao Brasil. Até mesmo o próprio embaixador da China, Yang Wanming, foi às redes sociais contestar o ocorrido. Em sua fala, o embaixador destaca que as palavras foram “um insulto maléfico contra a China e o povo chinês” e reitera a necessidade de um pedido de desculpas. Com isso, as declarações de Eduardo mostram que “é possível observar a continuidade de paranoias conspiracionistas da Guerra Fria, agora apresentando a China como o inimigo em potencial: o velho anticomunismo é reformulado para criar paralelo entre a URSS e a China” (QUINAN, ARAUJO e ALBUQUERQUE, 2021, p.163). Como já supracitado, o gabinete Bolsonaro criou uma estrutura institucional para teorias conspiratórias que determinaram a China como o inimigo em comum durante a pandemia.

FIGURA 3 – Resposta da Embaixada da China no Brasil



FONTE: Poder 360, 2020

FIGURA 4 – Tuítes do Embaixador chinês sobre os comentários de Eduardo Bolsonaro



FONTE: Poder 360, 2020

FIGURA 5 – Tuítes do Embaixador chinês sobre os comentários de Eduardo Bolsonaro



FONTE: Poder 360, 2020

Fora isso, o Ministro da Educação Abraham Weintraub publicou um tuíte com caráter xenofóbico, racista e de discurso de ódio contra os

chineses. Por meio de um quadrinho da Turma da Mônica, o ministro fez um escárnio da fala chinesa, junto a uma insinuação de um plano de dominação mundial. Segundo ele, a China sairia fortalecida da pandemia, tendo em vista que o vírus era uma guerra biológica de enfraquecimento dos outros países. As respostas dos representantes, líderes e diplomatas chineses foram, mais uma vez, de indignação e repúdio ao episódio de xenofobia. A principal reivindicação tanto no caso de Eduardo Bolsonaro como de Abraham Weintraub era a correção imediata. Não obstante, não houve qualquer tipo de punição por parte do Presidente da República, e tampouco existiu um pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores para apaziguar o incidente.

FIGURA 6 – Tuíte do Ministro da Educação



FONTE: UOL Notícias, 2019

Outra declaração conspiracionista de uma figura pública veio do chanceler Ernesto Araújo. Ele escreveu um artigo chamado de “Chegou o Comunavírus” em 22 de abril de 2020. Nesse manuscrito o ex-ministro discute as principais teorias da conspiração de extrema-direita como: o surgimento de uma “Nova Ordem Mundial”; a China com um plano comunista de dominação global; e, ideias supremacistas do Ocidente (QUINAN, ARAUJO e ALBUQUERQUE, 2021, p.166). Já em 21 de outubro de 2020 o até então presidente Bolsonaro afirmou que o Brasil não iria comprar a vacina do CoronaVac, que ele chamou de modo pejorativo de “vachina”, e criou mais uma rusga nas relações internacionais ao questionar sua eficiência:

Nada será despendido agora para comprar uma vacina chinesa, que eu desconheço e parece que nenhum país do mundo está interessado nela. A vacina vai ter que ter uma comprovação científica, diferente da hidroxicloroquina. Tem que ter a sua eficácia. Não se pode inalar algo na pessoa e o malefício ser maior do que o possível benefício. Apenas isso: Estamos trabalhando na busca de uma vacina confiável. (MARTINS, 2020)

As declarações sobre a “vachina” e a tentativa de deslegitimar sua comprovação científica ocorreram em meio aos debates de compra de vacina no Brasil. De novo, Bolsonaro retoma o discurso conspiracionista para evitar comprar o imunizante produzido pela China, bem como o produzido pela Rússia. Os cientistas Quinan, Araujo e Albuquerque (2021, p.169) também colocam que Jair tentou utilizar uma retórica do *made in China* para associar “os produtos chineses ao preço barato para os consumidores” e com isso desqualificar a vacina. Além disto, outras inúmeras afirmações foram feitas pela ala bolsonarista a fim de demarcar o discurso da China como bode expiatório e validar desinformação sobre a pandemia da covid-19.

3. Sinofobia e seus desdobramentos práticos

Os posicionamentos sinofóbicos – e sem via de dúvidas prejudiciais para a política externa – derivam, como já supracitado, da posição de vassalagem do Brasil para com os EUA. Entretanto, os sucessivos ataques são também uma forma de culpar a China pelo fracasso de Bolsonaro em combater o vírus da covid-19. Assim, a culpabilização “da China é extremamente conveniente para governos extremistas e incompetentes que mobilizam e fidelizam sua base política com um simplismo vulgar a partir do qual tanto as mortes quanto o desemprego são justificados como culpa da China” (PINHEIRO-MACHADO, 2020). O discurso de ódio e as teorias da conspiração tentam encobrir a negligência do governo de Jair Bolsonaro. O ex-presidente é diretamente responsável por 400 mil mortes de brasileiros que poderiam ser evitáveis caso houvesse mobilização do Governo Federal para a compra mais rápida de vacinas (WERNECK et al, 2021). Esses números não podem e não são apenas estatísticas. Mães, pais, filhos, filhas, irmãs, avôs. Essas pessoas morreram por conta das tardias e insuficientes políticas de controle do vírus covid-19. O ex-presidente debochou da Ciência, das máscaras, do isolamento social e de toda e qualquer medida de prevenção ao vírus. O Ministério da Saúde também superfaturou equipamentos e vacinas e isso retardou ainda mais a superação da pandemia (CPI DA PANDEMIA, 2021).

Por fim, cabe apenas ressaltar os reflexos e impactos dessa conduta nociva tanto na política externa como na vivência em sociedade. Apesar dos constantes ataques contra a China, as relações comerciais conseguiram se manter minimamente preservadas. Salienta-se que a retórica do governo Bolsonaro de demonizar a China não se traduziu em ação comercial, diplomática e financeira. Houve, até mesmo, uma intensificação de sua relação comercial e de investimentos. As exportações para os chineses bateram números nunca antes vistos, com mais de 83 bilhões de dólares.

Já as importações também não foram impactadas pelo viés ideológico radical do governo, posto que ocorreu um salto de 30% (56 bilhões de dólares em bens) de 2022 para 2021. Até mesmo os investimentos cresceram com um investimento de 5,9 bilhões de dólares no Brasil em 2021 – valor 208% superior ao de 2020 e o maior desde 2017. Por conseguinte, observa-se que a narrativa anti-China permaneceu apenas como isso: uma narrativa sem muita efetividade prática. (CHADE, 2022).

Não obstante, é inegável que o Brasil poderia ter ainda mais negócios fechados não fossem as acusações racistas. O presidente do CCIBC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China), Charles Tang, informou que muitos projetos dependem da aprovação de órgãos reguladores, os quais podem travar as negociações com a burocracia. Ainda, Tang esclarece sobre as dificuldades em fechar alguns negócios, principalmente na questão dos insumos para conter o avanço da covid-19:

Se tem negócio suspenso por causa das posições do governo sobre a China? Vou responder dando um exemplo. O mundo inteiro está correndo para ajudar a Índia. A China mandou milhões de vacinas para a Índia. A China não está correndo para ajudar o Brasil. Por que ajudou a Índia e não o Brasil? (OLIVEIRA, 2021)

Uma outra consequência foram os atos xenofóbicos contra à população chinesa residente no Brasil. Segundo a matéria de Giovana Fleck (2021) publicada na *Global Voices*, todos os quatro descendentes de chineses entrevistados sofreram casos de racismo e xenofobia, principalmente durante a pandemia de covid-19. Uma situação que ilustra isso foi a vivida pelo sino-brasileiro Dieqing Chen no fim de 2020 em uma clínica do Rio de Janeiro. Chen estava aguardando sua consulta quando retirou a máscara por um breve momento para tomar água. Nesse instante uma pessoa disse: “Coloque a droga da máscara de volta, seu merda. Estas pestes vêm para o nosso país para nos matar. Volte para o seu país,

animal”. Desse jeito, Chen afirmou querer voltar o mais rápido para sua terra natal devido ao clima de ódio. Um outro cenário de racismo foi o documentado pelo colunista André Aram (2021) sobre um homem chinês, Huang Zhen Sheng, casado com uma brasileira, Rafaela Barros, no Rio de Janeiro. O casal estava em uma lanchonete com um outro amigo de origem chinesa quando coletores de lixo lançaram uma avalanche de ofensas. Barros relata sua agonia:

Um deles olhou para o meu marido e o amigo dele, e começou a dizer ofensas, que eles tinham que voltar pra China, que eles que trouxeram a doença pra gente, xingou de vários palavrões, falou que todos eles tinham que morrer. Eu não tive reação, não sabia o que dizer. (ARAM, 2021)

Considerações finais

Em resumo, constata-se que o alinhamento do governo Bolsonaro com os EUA foi inédito para a diplomacia e geopolítica à medida que utilizava ataques xenofóbicos contra os chineses e notícias falsas durante a pandemia. Mesmo assim, a interdependência brasileira com a China não diminuiu durante os anos pandêmicos; muito pelo contrário, os investimentos e trocas comerciais cresceram. Assim sendo, a derrocada do regime radical em 2022 se deu com a perda das eleições de Bolsonaro contra o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora isso tenha ocorrido, urge uma desbolsonarização de amplos setores da sociedade e da política, como exemplo o Itamaraty. As perspectivas futuras para a diplomacia brasileira são animadoras, pois Lula possui amplo reconhecimento e apreço entre os líderes internacionais – como Macron (França), Biden (Estados Unidos), Alberto Fernández (Argentina), Xi Jiping (China), etcetera e tal. O atual presidente planeja uma viagem à China em abril de 2023. As perspectivas desse encontro são um estreitamento das relações entre Brasil-China, tal como a discussão da Guerra Russo-Ucraniana e uma possível negociação de paz. A partir do

governo Lula crescem as possibilidades do Brasil retomar sua posição privilegiada na política internacional e deixar para trás o passado de pária durante a pandemia.

Referências

ANDRADA, Alexandre. **A aula magna lisérgica de Ernesto Araújo: a diplomacia com ‘bussola moral’ do chanceler.** The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/03/25/a-aula-magna-lisergica-de-ernesto-araujo-a-diplomacia-com-bussola-moral-do-chanceler/>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

A NOVOS diplomatas, Araújo diz que país ‘não venderá alma’ para exportar minério de ferro e soja. Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/a-novos-diplomatas-araujo-diz-que-pais-nao-vendera-alma-para-exportar-minerio-de-ferro-e-soja.shtml>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

ARAM, André. **Pandemia aumenta casos de xenofobia: como isso impacta a saúde mental.** Colaboração para o Viva Bem, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/04/10/como-xenofobia-impacta-saude-mental.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CHADE, Jamil. **Bolsonaro ignora promessas e ideologia e intensifica comércio com a China.** Coluna do UOL, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/28/sob-bolsonaro-come-rcio-entre-brasil-e-china-atinge-auge-e-ignora-promessas.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PANDEMIA (CPI). Congresso Nacional, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

EDUARDO Bolsonaro culpa China por pandemia e embaixada rebate. Poder 360, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-pandemia-e-embaixada-rebate/>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

FLECK, Giovana. **A retórica anti-China de Bolsonaro estaria alimentando o ódio contra asiáticos no Brasil.** Global Voices, 2021. Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2021/03/28/a-retorica-anti-china-de-bolsonaro-estaria-alimentando-o-odio-contra-asiaticos-no-brasil/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GEISSER, V.; CARUNGABA, T. da S. C.; CONCEIÇÃO, F. Z. L. da. **Higienismo, nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19.** Cadernos de Tradução, UFRGS, 2020, p.274-292.

HÁ UM ANO, Bolsonaro chamava COVID de gripezinha em rede nacional. Estado de Minas, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/24/interna_politica,1250005/ha-um-ano-bolsonaro-chamava-covid-de-gripezinha-em-rede-nacional-relembre.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2023.

HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. Organização Pan-Americana da Saúde, 2023. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBAÑEZ, Pablo. **Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso.** *Espaço e Economia* [online], 18, 2020.

IMPACTOS sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Observatório COVID-19 Fiocruz, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid%2D19,na%20hist%C3%B3ria%20recente%20das%20epidemias>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MACHADO-PINHEIRO, Rosana. **Sinofobia já é um fenômeno global.** El País, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-06-27/sinofobia-ja-e-um-fenomeno-global.html>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MARTINS, Ana Cláudia. **Bolsonaro diz que governo não comprará ‘vachina’ e critica Doria.** Jornal Cruzeiro do Sul, 2020. Disponível em: <<https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/bolsonaro-diz-que-governo-nao-comprara-vachina-e-critica-doria>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, João José. **Críticas de Bolsonaro à China afetam negócios com maior parceiro comercial.** Portal UOL, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/16/fala-de-bolsonaro-afasta-maior-investidor-e-parceiro-comercial-do-brasil.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

ONG cita post de Weintraub como exemplo de racismo contra asiáticos. UOL São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/12/ong-cita-post-de-weintraub-como-exemplo-de-racismo-contra-asiaticos.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

QUINAN, R.; ARAUJO, M.; DE ALBUQUERQUE, A. **A Culpa é da China!: O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19.** Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 151–174, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27698. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27698. Acesso em: 8 fev. 2023.

SENRA, Ricardo. **Um ano após reclamar que China 'compraria o Brasil', Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping.** BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, P. B.; WEXEL, L. S.; CHRISTOFFER, H. C. **A South American interoceanic network: Bioceanic corridors and the role of connecting states.** FAL Bulletin, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48527>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SINOFOBIA. Definição de Sinofobia. Dicionário Informla, 2018. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/sinofobia/#:~:text=Medo%20da%20China%20continental%3B%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%2C%20C3%B3dio%20ou%20preconceito%20aos%20chineses>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SPEKTOR, Matias. **Diplomacia da Ruptura.** Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, 2019.

WERNECK, G., L.; et. al. **Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil.** Rio de Janeiro, 2021.

Relação Brasil e Estados Unidos: alinhamento e submissão na administração Trump (2017-2021).

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz

1. Capitalismo e política de Donald Trump

Donald Trump, do Partido Republicano, foi eleito nas eleições a presidente dos Estados Unidos (EUA), no dia oito de novembro de 2016, derrotando no Colégio eleitoral a democrata Hillary Clinton. Apesar que Hillary Clinton obteve 65.844.610 votos populares, enquanto Donald Trump obteve apenas 62.979.636, contudo, no Colégio eleitoral, Trump obteve 306 votos contra 232 votos dos delegados dos estados, dando vitória a Trump e assim, assumindo a presidência dos EUA no dia 20 de janeiro de 2017.

Dentro do espectro político, Donald Trump é um político que por vários analistas, o enquadram em momentos que possui ações mais conservadoras e outras vezes ações mais liberais, mas sabe-se que Donald Trump flertou diversas vezes com ideologias da extrema-direita.

Em relação ao espectro político do ex-presidente americano, Teixeira e Calandrelli (2017) dissertam que, observando as vertentes do pensamento conservador nos EUA, Donald Trump não se encaixa totalmente em nenhuma. Pelo fato, de possuir posicionamentos e atitudes que transitam entre elas, como apoio ao casamento gay, uma posição mais reflexiva sobre o aborto, não ser tão favorável ao livre comércio e outros fatos, deixando em algumas vezes, uma contradição e incógnita em seu viés político.

Por ser um político com um perfil mais caricato e indecifrável, obviamente por suas atitudes. Algo marcante em sua época de presidente, fora a sua atitude após uma troca incessante de provocações pela internet,

em 2017 com Kim Jong-Un, líder da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) – vulgo, Coreia Popular, ou no ocidente conhecida (erroneamente) como Coreia do Norte. Posteriormente a esses episódios, Trump reunira-se duas vezes com Kim Jong-Un, até que na terceira vez que ambos se encontraram, o político estadunidense foi o primeiro presidente dos EUA a pisar em solo da RPDC em 2019 (G1, 2017; G1, 2019).

Trump, sendo um empresário muito rico, passa a ideia de empreendedor e defensor da liberdade econômica, mas não começara com Trump a ideia de liberdade econômica. Os EUA vendem a ideia de livre mercado há tempos. Pode-se observar que o neoliberalismo ganha ênfase durante a Guerra Fria. Os EUA querendo manter a hegemonia do poder mundial, resolvem disseminar os ideais neoliberais aos países periféricos, principalmente na América Latina. Conforme David Harvey (2005), um exemplo disso, pode-se observar com os economistas neoliberais conhecidos como *the Chicago boys*, que conseguiram implantar as suas ideias econômicas no solo chileno da ditadura de Pinochet. Somente com a intervenção estatal, sendo uma máquina opressora, assim conseguira deixar o “liberalismo” perpetuar.

No quesito de defender o livre mercado, os EUA possuem uma prática contraditória, pois possuem uma tradição econômica protecionista. Alexander Hamilton (1755-1804) fora o primeiro secretário do tesouro dos EUA, durante os anos 1789 a 1795. Com a sua obra “*Reports of the Secretary of the treasury on the subject of manufactures*” de 1791. Hamilton apontara a importância do Estado no desenvolvimento das indústrias de manufatura.

Segundo Padula e Friori (2019), a obra de Alexander Hamilton, mostra uma ênfase em uma política econômica para expandir a indústria nacional, pois assim, aumenta-se também a produtividade em setores

primários e terciários de uma economia, através de uma forte industrialização. Um setor secundário protegido e subsidiado por um Estado protecionista, regula o mercado interno e externo, gerando uma cadeia produtiva e alimentando-a.

Há o complexo industrial-militar (CIM) dos EUA, sendo uma força pública que forma as diretrizes de sua soberania. Seja operando nas bases industriais tecnológicas, como no fomento da guerra.

A funcionalidade militar do CIM dos EUA possui uma participação grande em financiamento e preparação em armas militares para guerras e exportações das grandes indústrias armamentistas. Segundo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), com dados sobre o ano de 2020, Os EUA possuem 41 empresas entre as top 100 do mercado global de armamentos, com um valor de vendas de armas referente a US\$ 285 bilhões (SIPRI, 2021).

O CIM deve possuir a preocupação de inovar e desenvolver tecnologias, para a criação de aparatos militares e conseqüentemente aumentar a produtividade industrial do país. Conforme Moreira Jr. (2014), o CIM não é apenas uma preocupação apenas militar, mas a sua plena funcionalidade, está atrelada a influência no mercado interno e externo, conseguindo proteger as indústrias estratégicas em seu território, e expandindo para a concorrência do mercado mundial com inovações tecnológicas.

Vê-se que o livre mercado, em sua essência, não possui ligação com o que é transmitido como valores, ou como as pessoas acreditam analisando os seus fenômenos. Observa-se que o capitalismo dos países centrais, como EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Coreia do Sul, Japão etc. para que exista, é necessário um aparato estatal, que utilize todas as forças jurídicas, militares e econômicas para a manutenção dos

mecanismos do sistema econômico vigente, no caso o capitalismo, portanto é gerido em prol e benefício da propriedade privada.

Quando a propriedade privada é ameaçada, por algum momento de crise econômica, o Estado pode acatar a demanda da população e realizar reformas políticas para de uma forma, trazer “melhoria” para o povo ou utilizar todo o aparato do Estado para ser opressor e torna-se fascista mantendo a propriedade privada longe dos perigos.

Thiago Hansen (2022) realizara uma resenha do livro “Fascismo” de Pachukanis, no qual mostrara a relação do liberalismo com o fascismo. Notou-se uma relação próxima de grandes empresários e banqueiros que de uma certa forma, sempre esbravejaram em prol do liberalismo, recorrendo e incentivando para que o fascismo se materializasse e brecasse o comunismo, principalmente na época que o nazifascismo estava em ascensão.

Através dessa correlação, observa-se a política de Trump e a sua relação com a busca incessante dos EUA em manter-se hegemonicamente no topo do mundo economicamente.

2. Trump e Bolsonaro: Fundamentalismo religioso, Fake News políticas, extrema-direita, invasão do Capitólio estadunidense e “brasileiro”

A extrema-direita estadunidense é muito próxima ao fundamentalismo religioso. Grupos radicais surgiram principalmente ao sul dos EUA, por ter sido um local que houvera a escravidão com mais intensidade no país. Um exemplo é o grupo de extrema-direita estadunidense “*Ku Klux Klan*” (KKK) que possui como base ideológica a moral cristã e a defesa da supremacia branca. Outros grupos extremistas e neonazistas dos EUA possuem comportamentos parecidos a KKK (FRANCISCO, 2020).

Em relação ao conservadorismo brasileiro, este captou as tendências do fundamentalismo religioso como uma âncora para assegurar os seus valores morais que possam manter o *status quo*, assim o capital não é ameaçado, pois estará blindado de uma nova força política com tendências mais à esquerda e que de uma certa forma, rompa com alguns valores morais que privilegiem uma classe no capitalismo.

Segundo Souza (2021), o atual conservadorismo brasileiro, se sustenta e se baseia nos princípios e na base religiosa cristã. Há a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que possui uma estrutura pentecostal e neopentecostal, com ideais conservadores e valores morais bíblicos – segundo a interpretação deles –, sendo que serve de solo e composição para o bolsonarismo crescer e ser uma realidade política. Pode-se afirmar que o fundamentalismo religioso brasileiro, é um fenômeno do cristofascismo, termo utilizado pela teóloga alemã Dorothee Sölle na década de 70 do século XX, para descrever as relações próximas das igrejas com o Terceiro Reich.

Há a relação do conservadorismo destacar-se nos últimos no Brasil fortemente e radicalmente. Como os número de células neonazistas e grupos de extrema direita que tenham crescido durante o governo de Bolsonaro. Conforme Kercher e Caldas (2022), foi notificado pela antropóloga especialista em neonazismo, Adriana Dias, que no Brasil, entre janeiro de 2019 a maio de 2021, houve um aumento de 270,6% em células de extrema-direita. O número é de aproximadamente 530 grupos compostos por 10 mil pessoas.

Francisco (2020) observara que Trump, durante a sua campanha eleitoral em 2016, conseguiu o apoio dos supremacistas por ser a representação da preservação de um EUA forte economicamente, no qual, visava manter a hegemonia política dos EUA sobre o mundo e conservar “o modo de vida americano”, sem ser incomodado com questões que os

supremacistas acreditam ser um atraso para o progresso de uma sociedade, então, Trump no poder seria como silenciar e não dar visibilidade de alguma maneira as minorias.

Temas como liberdade de expressão, são utilizados por grupos radicais apoiadores de Bolsonaro e de Trump, como uma justificativa para eles cometerem crimes e não serem punidos. Um exemplo é de utilizar palavras racistas, preconceituosas e fazerem apologias ao nazifascismo e não serem responsabilizados criminalmente, por se basearem na “liberdade de expressão”, que na verdade, é a expressão do culto ao ódio e da intolerância.

A internet se consolidara como um nicho para a extrema direita estadunidense e brasileira lançarem teoria da conspiração, *fake news* sobre política e fortalecerem o negacionismo referente a pandemia². Por ser uma “área nova”, algumas leis em regulamentação desse campo, ainda não foram postas em funcionamento. Contudo, não deixa de ser um solo fértil para esses grupos crescerem e se sentirem com total liberdade para expressarem as suas ideias e negacionismos.

Trump, durante as eleições presidenciais de 2016 nos EUA, disseminara *fake news* em prol de manchar a campanha da candidata Hillary Clinton e ter benefícios políticos. Apoiadores de Trump, através da internet promoveram disseminação de *fake news*, um exemplo disso foi associar um político democrata dono de uma pizzaria que estaria ligado a crimes contra menores de idade. Além de russos, invadirem (*hackear*) e-mails de políticos democratas e expondo nas redes dados que poderiam de uma certa forma, fazer Hillary perder possíveis votos (SAMUELSON, 2016; FREEDOM HOUSE, 2020).

² Sobre a pandemia da Covid-19 e as relações com as *fake news*, isto será comentado no próximo tópico desse capítulo.

No Brasil, a onda de *fake news* começara em 2014, com a disputa de Presidente entre Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). As *fake news* apareciam livremente também nas eleições de 2018 no Brasil. O ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, que disputara na época, a eleição para Presidente pelo Partido Social Liberal (PSL), expressou livremente as palavras “kit gay” e “ideologia de gênero”, acusando que as crianças aprendiam a “fazer sexo” nas escolas ou algo do tipo, em vez de estudarem, distorcendo toda realidade. Um ataque bem claro ao PT, que era o maior empecilho das eleições de 2018, que disputará com a chapa Fernando Haddad (PT) como presidente e Manuela d’Ávila (PCdoB) como vice-presidente, já que Lula estava preso (SOUZA, 2014; PRANDO, 2022; COELHO; PINTO; NUNEZ, 2023).

A eleição para Presidente nos EUA que Trump perdera, ocorrera no dia 03 de novembro 2020, computando a vitória ao democrata Joe Biden no dia 07 de novembro de 2020 e se tornando presidente no dia 10 de janeiro de 2021. No dia que foi confirmada a vitória de Biden, Trump dissera que a eleição tinha sido fraudada e que iria à justiça. Com esta atitude, Donald Trump incentivara os seus apoiadores a irem a Washington e se manifestarem contra o resultado eleitoral no dia seis de janeiro de 2021. Nesse mesmo dia, houve a invasão do Capitólio nos EUA. Apoiadores de Trump, assaltaram o Capitólio e protagonizaram cenas de terrorismo. Houve cinco mortes e até o começo de 2023 mais de 900 presos (UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE, 2021; VILLELA, 2023).

No Brasil, os apoiadores de Jair Bolsonaro, refizeram a invasão do “Capitólio brasileiro”, o dia do ocorrido foi oito de janeiro de 2023, já como Lula presidente. O local teve a invasão e depredação do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF). Um ato terrorista

nesse dia, marcado pela não aceitação de um grupo de apoiadores de Bolsonaro, do resultado do segundo turno da eleição para Presidente em 30 de outubro de 2022, em que Bolsonaro do Partido Liberal (PL) perdera de Lula (PT). Uma reviravolta ocorreu, com mandados de prisão e abertura de processos aos manifestantes que aderiram ao terrorismo, além de políticos, ex-secretários, ex-ministros e policiais que de uma certa forma incentivaram e/ou foram omissos ao ato do dia oito de janeiro de 2023 (G1, 2023; STF, 2023).

Vê-se que o comportamento de Trump e seus apoiadores mais radicais acabam sendo um espelho para Bolsonaro e também parte de seus apoiadores mais radicais. Uma atitude, que muitas vezes a direita brasileira importa daqueles que ela admira.

3. Donald Trump e Jair Bolsonaro: Covid-19

A Covid-19 apareceu no final de 2019 e se expandiu após os primeiros meses do ano de 2020. Conforme noticiado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou um estágio de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e em onze de março de 2020 a OMS declarou que a Covid-19 se tornara uma pandemia (OPAS, 2020).

Em relação a Covid, Trump e Bolsonaro incentivaram a população de seus respectivos países a não aderirem ao lockdown, mas a saírem livremente, além de estimular, através das *Fake News* e negacionismo, a não utilizarem as máscaras e ao uso de medicamentos para outras comorbidades, que não possuem ligação e resultados satisfatório para o combate efetivo da Covid-19.

Donald Trump e a sua relação com a Covid, teve base no negacionismo e Fake News, incentivara a medicação de remédios

incapazes de mostrarem uma melhora no quadro de pacientes infectados pela Covid. Conforme Alves (2022), Trump incentivara no começo da pandemia, entre os meses de março e abril, através da mídia, 65 vezes o uso de medicamentos para a Covid sem a comprovação eficácia. O ex-presidente americano citara mais sobre alguns remédios ineficazes em sua rede social Twitter várias vezes, em um de seus posts, o público compartilhou mais de 100 mil vez e houve mais de 300 mil *likes*, fazendo a venda dos medicamentos subirem.

Bolsonaro também promovera o negacionismo, quando incentivara a utilizarem o tal do tratamento precoce, ou conhecido como “kit Covid”, sendo alguns remédios indicados – erroneamente – ao tratamento da Covid, são eles: hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina. Outras situações ficaram marcadas, quando o ex-presidente chamara a Covid de uma gripezinha, imitara pessoas com falta de ar pela doença através das *lives* e comentara que quem tomasse as vacinas se tornaria um “jacaré”. Outro fato negativo relacionado a fragilidade da política externa, através das falas de Bolsonaro, foi mencionar de forma pejorativa a vacina CoronaVac, que possui a sua fórmula desenvolvida na China, de “vachina”. Criando uma tensão diplomática entre o país que é o principal parceiro comercial do Brasil (PRATES, 2022; SILVA, 2022).

A não compra dos primeiros lotes das vacinas Pfizer e CoronaVac no final de 2020, pelo governo de Bolsonaro, poderia ter freado o número de infectados e mortos pela pandemia. João Dória, ex-governador de São Paulo, no final de setembro, confrontara o ex-presidente Bolsonaro para a compra das vacinas. Dória assinara um contrato que receberia 46 milhões de doses da CoronaVac, para que iniciasse a vacinação após 2 meses. Enquanto, o ex-presidente do Brasil na época, não permitiu a compra no valor de R\$ 46 milhões de vacinas, em outubro de 2020. Contudo, em janeiro de 2021, o Governo Federal, após muita pressão popular e política,

comprou mais de 46 milhões de doses da CoronaVac (AGUIAR, 2020; G1, 2020; HOMERO, 2021). Nos EUA, em julho de 2020, foi noticiado que Donald Trump, apesar de seu negacionismo em relação a pandemia, comprara 100 milhões de vacinas e esperara receber mais de 600 milhões (GAYER, 2020).

Sabe-se que a população brasileira e estadunidense, no ano de 2021, era de aproximadamente de 214 milhões e de 331 milhões respectivamente (THE WORD BANK, c2023a, c2023b). Referente até o dia 31 de janeiro de 2023, o total de casos e mortes de Covid nos EUA era de aproximadamente 102,179 milhões e 1,115 milhão. O país estadunidense é o que possui o maior número de mortes totais entre todos os países. O número de doses aplicadas e pessoas totalmente vacinadas nos EUA é de aproximadamente 668,814 milhões e 229,619 milhões (ou 69,7%). No Brasil, até o dia 31 de janeiro de 2023, o número de casos é de aproximadamente 36,824 milhões e o total de mortes é de aproximadamente 697 mil. O total de doses aplicadas é mais de 483,587 milhões e o de pessoas totalmente vacinadas é aproximadamente de 175,512 milhões ou 83% da população (OUR WORLD IN DATA, c2023a, c2023b).

Em junho de 2021, o epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, dissera que no Brasil, das aproximadamente 500 mil mortes – até o momento da notícia –, poderiam ter sido evitadas 400 mil mortes, se houvesse o incentivo do governo federal das pessoas aderirem o distanciamento social, o uso de máscaras e a se vacinarem. Então, se as medidas fossem adotadas, a cada cinco mortes, quatro possivelmente não teria ocorrido (AGÊNCIA SENADO, 2021). Uma pesquisa da revista científica britânica *The Lancet* de maio de 2022, dissertara que se houvesse nos EUA, uma cobertura completa de seu sistema de saúde, 26% das mortes por Covid, poderiam ter sido evitadas (CAMPBELL et al, 2022).

No Brasil, Houvera a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relacionado a Covid-19. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deu abertura a CPI da Covid, através do pedido do Senador Randolfe Rodrigues, no dia 13 de abril de 2021, para investigar erros e corrupções em relação a Covid-19, como o superfaturamento das compras de vacinas e omissões na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). O fim da CPI da Covid, foi em 26 de outubro de 2021, que os documentos foram encaminhados a diferentes órgãos públicos na especialidade de cada um para prosseguirem o processo (CASTRO, 2021; VIEIRA, 2021).

Apesar do negacionismo e das *fake news* em relação a Covid, Trump e Bolsonaro tiveram que ceder ao Estado Democrático de Direito existente.

4. O falso nacionalismo de Jair Messias Bolsonaro e a subordinação perante a Donald Trump

Donald Trump estava na presidência estadunidense quando Bolsonaro chegou a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2019. O ex-presidente americano viu juntar o útil ao agradável. Trump teria um caminho mais fácil no país lusófono da América do Sul.

Um político neoliberal ser presidente de um país periférico é um terreno fértil para os países centrais do capitalismo. Bolsonaro fora a chave para a abertura do grande capital e do capitalismo financeiro adentrarem (mais ainda), através de sua política de “livre mercado”. Trump, sendo um presidente de um país central do capitalismo, olhara com bons olhos Bolsonaro no poder. Através dessa realidade material, falso nacionalismo brasileiro era um fato.

Pode-se dizer, que Getúlio Vargas morreu três vezes. A primeira quando se suicidou em 1954, sentindo a pressão dos militares que não queriam a sua permanência na presidência da República. A segunda com

a política desenvolvimentista de Vargas sendo apagada, através das privatizações das empresas nacionais no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) durante seus dois mandatos de presidente, 1995-1998 e 1999-2002. A terceira morte, começara no governo de Temer e se acentuou com Bolsonaro na presidência, privatizando empresas estratégicas, dificultando o desenvolvimento do país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrara que a Pesquisa Industrial Anual (PIA) divulgou que o ano de 2013 houvera 334.976 empresas, sendo 6.966 da indústria extrativa e 328.010 de indústrias de transformação. O ano de 2020 houvera 303.612 empresas, sendo 6.285 da indústria extrativa e 297.327 da indústria de transformação (IBGE, c2023). Esses dados, mostram que o próprio Bolsonaro não tivera uma preocupação com o desenvolvimento do país, observa-se que houve uma queda de mais de 30 mil empresas entre indústrias extrativa e de transformação no Brasil. A indústria automobilística brasileira também diminuíra a sua produtividade e até fechara as portas. A *Ford Motor Company* encerrou as atividades em 11 de janeiro de 2021, mostrando que o fator econômico brasileiro pesara na decisão (CARNEIRO, 2022).

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se preocupara, juntamente com o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, com a desestatização e venda de ações das grandes empresas brasileiras. Um marco para o atraso brasileiro. Rodrigues (2022) apontara que 75% das desestatizações se concentram em 10 ativos. A lista dos ativos privatizados com os seus valores arrecadados e a instituição vendedora: 1º) Eletrobras, R\$ 67 bilhões, União; 2º) Transportadora Associada de Gás (TAG), R\$ 33,5 bilhões, Petrobras; 3º) ações da Petrobras, R\$ 31,5 bilhões, BNDESPar e CaixaPar; 4º) ações da Vale, R\$ 24,5 bilhões, BNDESPar; 5º) BR Distribuidora, R\$ 21 bilhões, Petrobras; 6º) debêntures da Vale, R\$ 11,5 bilhões BNDESPar; 7º) campo de Tartaruga Verde, R\$ 11,3 bilhões,

Petrobras; 8º) ações do IRB, R\$ 9,9 bilhões, BB, BNDESPar e CaixaPar; 9º) Refinaria Landulpho Alves, R\$ 8,8 bilhões, Petrobras; 10º) ações da Fibria, 8,1 bilhões, BNDESPar.

Em um país periférico ser nacionalista é defender as suas riquezas e possuir soberania nacional sobre o seu território. Conseguindo acordos internacionais que também tragam benefícios à população local.

Jair Messias Bolsonaro representa a elite brasileira, pois quando vemos Bolsonaro se auto proclamar patriota e nacionalista, há uma gigante contradição. No fato de sempre bater continência à bandeira dos Estados Unidos, além de não se importar em realizar uma política em prol do povo brasileiro.

Um país do Sul quando se alia a vertente neoliberal, está literalmente realizando políticas de abertura de mercado e capital para o estrangeiro sentir-se confortável neste terreno e realizar o que lhe convém. Exemplos disso, são as reformas políticas que após o golpe de 2016, que culminou com o “*impeachment*” da ex-presidente Dilma, fora realizada a reforma da previdência e trabalhista, que procurou tirar o mínimo de benefício e segurança que uma parte da população possuía, procurando desinchar o Estado e aplicar uma economia neoliberal e subordinada as grandes potências e grandes capitais do mundo.

Uma forma do não nacionalismo de Jair Bolsonaro em relação ao governo Trump, foi em 2020, quando Donald Trump, até então presidente dos EUA, queria se reeleger para presidente pelos republicanos, contra o democrata Joe Biden. Negociou com Bolsonaro, pedindo que o presidente brasileiro abrisse o seu mercado de álcool, para favorecer os agricultores do meio-oeste americano, que se baseiam na produção de milho, e outras *comodities*, local conhecido como *Corn Belt* (cinturão do milho). O combustível derivado do álcool pode ser produzido do milho, o Brasil importando o álcool estadunidense, irá fortalecer a cadeia produtiva e

econômica do país americano. Bolsonaro aceitara o pedido do presidente estadunidense, porém, houve uma contradição, pois os pequenos usineiros do nordeste brasileiro saíram desfavorecidos nessa negociação, mesmo tentando impedir, sem sucesso, elevar a cota de importação de álcool. Observa-se que Jair Messias não se importou em realizar uma política protecionista ao próprio capital privado nacional. Outro fato é, após essa negociação entre Trump e Bolsonaro, fora de mão única, pois só favoreceu o lado de lá, pois o republicano estadunidense diminuiu a cota de importação do aço brasileiro, mexendo com a cadeia econômica e produtiva do aço brasileiro (NASCIMENTO, 2020; AGÊNCIA SAFRAS, 2020).

5. Lula após período de Trump e Bolsonaro.

Um paralelo de nacionalismo entre Lula e o ex-presidente Bolsonaro, na forma nacionalista de ser, Lula como uma figura política não só brasileira, mas mundial, chamara o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, para compor a sua chapa na eleição de presidente de 2022, como vice-presidente. Alckimin não será apenas um vice figurativo, como talvez o ex-vice-presidente José de Alencar fora no 1º e 2º mandato do governo Lula. Apesar de todas as suas contradições políticas em se aliar ao Lula, o ex-governador de São Paulo possui portas abertas e consegue com maior facilidade entrar em espaços que a figura de Lula não consegue, como falar com os grandes banqueiros, empresários e os mais ricos do Brasil. Uma maneira de proteger o capital privado nacional, juntamente com um viés de procurar um investimento nacional para o desenvolvimento brasileiro. Lula atribuíra a missão para o atual vice-presidente brasileiro de ser o ministro da Indústria e Comércio, uma postura de que Alckimin irá ser útil na procura da reconstrução da industrialização brasileira.

Uma aliança Lula-Alckimin, fora possível na atual conjuntura da realidade política e socioeconômica. Pois, se Bolsonaro ganhasse as eleições de 2022, o Estado de Direito brasileiro entraria em um declínio muito acentuado. Atualmente, Lula-Alckimin é a procura de um respiro neste momento conturbado brasileiro.

A relação de privatizar ou nacionalizar empresas estratégicas, não é necessariamente uma lei natural para o desenvolvimento de um país. O que ocorre no cenário do Brasil e suas condições sócio-históricas, por ser um país periférico e ter sofrido uma violenta colonização e um sistema do Estado Democrático de Direito sempre colocado a prova com incessantes ameaças de golpe, possuir autonomia no cenário internacional e buscar o progresso, é ter em mãos o controle das empresas estratégicas.

Conforme Julião (2023), Lula, empossado presidente em 2023, revoga oito privatizações que estavam em andamento. As empresas são: I) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); II) Empresa Brasil de Comunicação (EBC); III) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); IV) Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); V) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); VI) armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); VII) Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); VIII) Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Após a invasão do grupo de apoiadores de Bolsonaro ao Congresso, Palácio do Planalto e STF no dia oito de janeiro de 2023, o atual presidente do Brasil teve um posicionamento mais firme em relação a proteção do Estado de Direito Democrático brasileiro. Lula, através de toda a contradição existente, possui a missão de reconstruir um terreno fértil para vingar uma semente com ideais progressista em solo brasileiro. Um momento de suspiro após quatro anos de muito atraso.

Considerações finais

De uma certa forma, copiar os EUA não é necessariamente um erro político, contudo, deve-se saber filtrar e elencar aquilo, que para nós, latinos e periféricos, seja importante ao nosso desenvolvimento. Necessário mencionar a tradição de mais de dois séculos da economia política protecionista dos EUA, com alto índice do planejamento estatal no amparo tecnológico, sendo o CIM como o motor do desenvolvimentismo estadunidense após a metade do século XX até os dias atuais.

Importante ressaltar, as gigantescas contradições existentes da política externa dos EUA, como interferir indiretamente e diretamente na soberania e autonomia de países periféricos, através das guerras cambiais, políticas de bloqueio econômico e guerras militares. Observa-se então, que quando há um Trump na Casa Branca e um Bolsonaro no Palácio do Planalto ao mesmo tempo, há uma síntese intensificada de uma política neoliberal e entreguista abraçando o Brasil.

Referências

AGÊNCIA SAFRAS. Trump precisa do Brasil para reconquistar eleitores que produzem milho. **Canal Rural**, São Paulo, 27 de jun. de 2020. Política e Economia. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/milho/trump-precisa-do-brasil-para-reconquistar-eleitores-que-produzem-milho/>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Pesquisa apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Senado Notícias**. 24 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

AGUIAR, Plínio. "Toda e qualquer vacina está descartada", afirma Bolsonaro. **R7 Planalto**. 21 de out. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/toda-e-qualquer-vacina-esta-descartada-afirma-bolsonaro-29062022>>. Acesso em: 1º fev. 2023

ALVES, Frans Sales Gonçalves. **A experiência ultradireitista do governo Trump: uma relação entre política, ideologia e negacionismo da ciência na pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILA: Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6567>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CAMPBELL, Travis et al. Exacerbation of COVID-19 mortality by the fragmented United States healthcare system: A retrospective observational study. **The Lancet**. Vol 12, Month August, 2022. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00081-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00081-3/fulltext)> Acesso em: 02 fev. 2023.

CARNEIRO, Alexandre. Há 1 ano sem fábricas no Brasil, Ford vê vendas despencarem 72,9%. **Autopapo Uol**. 11 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://autopapo.uol.com.br/noticia/1-ano-sem-fabricas-ford-brasil-vendas/#:~:text=Exatamente%20um%20ano%20atr%C3%A1s%2C%20no,os%20jipes%20da%20marca%20Troller>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CASTRO, Augusto. CPI da Covid é criada pelo Senado. **Agência Senado**. 13 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

COELHO, Patricia Margarida Farias; PINTO, Maria Isabel Pimentel de Castro; NUNEZ, Silvio Gabriel Serrano. Contexto histórico do marketing político no Brasil: das manifestações de 2013 até a campanha presidencial de 2022. **INDEX IROCAMM**, V. 6, N. 1, p. 104-116, January – June, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Hernandez-Zelaya-2/publication/367656732_El_perfil_del_graduado_en_marketing_Nuevas_tendencias_demandadas_por_las_empresas_en_Espana/links/63da574fc465a873a2758cf3/El-perfil-del-graduado-en-marketing-Nuevas-tendencias-demandadas-por-las-empresas-en-Espana.pdf#page=104>. Acesso em: 04 fev. 2023.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. O velho Cadillac: raça, nação e supremacia branca na era Trump. **Sankofa**, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. V. 13, nº 24, p. 08-34, novembro/2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/11749>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FREEDOM HOUSE. United States. **Freedom House**. 2020. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/united-states/freedom-world/2020>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

G1. Trump lamenta não ser amigo de líder da Coreia do Norte. **G1 Globo**. 11 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-lamenta-nao-ser-amigo-lider-da-coreia-do-norte.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

G1. Trump cruza a fronteira e se torna 1º presidente dos EUA a entrar na Coreia do Norte. **G1 Globo**. 30 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/trump-e-kim-jong-un-se-encontram-pela-3a-vez.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

G1. Veja a cronologia da disputa entre Bolsonaro e Doria em torno da vacina contra a Covid-19. **G1 Globo**. 12 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3w99CwG>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

G1. Invasão do Congresso, Planalto e STF: veja comparação com o ataque ao Capitólio nos EUA. **G1 Globo**. 08 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/invasao-do-congresso-planalto-e-stf-veja-comparacao-com-a-invasao-do-capitolio-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

GAYER, Eduardo. Covid-19: EUA compram por R\$ 10 bi todas as vacinas de Pfizer e BioNTech. **UOL Notícias**. 22 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2020/07/22/eua-compram-todas-as-vacinas-contra-covid-19-da-pfizer-e-biontech-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HANSEN, Thiago. Fascismo pelos olhos de Pachukanis. Resenha. Rev. Direito Práx. 13 (02), 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/59115>>. Acesso em: 08 jan. 2023. Resenha de: PACHUKANIS, B. Evguiéni. **Fascismo**. Almeida, Paula Vaz de. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOMERO, Valquíria. Butantan entregará 46 milhões de doses da CoronaVac até abril, diz Pazuello. **Poder 360**. 7 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/butantan-entregara-46-milhoes-de-doses-da-coronavac-ate-abril-diz-pazuello/>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIA - EMPRESA**. c2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

JULIÃO, Fabrício. Lula determina revogação de 8 privatizações em andamento, incluindo a Petrobras. **CNN Jornal**, São Paulo, 02 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/lula-determina-revogacao-de-privatizacoes-em-andamento-incluindo-a-petrobras/>>. Acesso em: 08 jan. 2023

KERCHER, Sofia. CALDAS, Guilherme. Nazistas e USP na mesma frase – de novo. **Jornal do Campus: USP**. São Paulo, 19 de jul. de 2022. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/07/nazistas-e-usp-na-mesma-frase-de-novo/>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MOREIRA JR., Hermes. Inovação, Militarismo e Hegemonia: O complexo industrial militar na estratégia dos Estados Unidos. **OIKOS**. Rio de Janeiro | Volume 13, n.1, p. 22-39, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51916>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

NASCIMENTO, Luciano. Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil: Trump diz que mercado do produto nos EUA se contraiu em 2020. **Agência Brasil**. Brasília, 30 de ago. de 2020. Economia. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/estados-unidos-reduzem-cota-de-importacao-de-aco-do-brasil>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. **OPAS**. 11 de mar de 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em 25 jan. 2023.

OUR WORLD IN DATA. Vacinação contra o coronavírus (COVID-19). **OUR WORLD IN DATA**. c2023a. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

OUR WORLD IN DATA. Mortes por coronavírus (COVID-19). **OUR WORLD IN DATA**. c2023b. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-deaths>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. **Revista de Economia Política**, [s. l], v. 39, n. 2, p. 236-252, abr./jun, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/VCnR8Ync5sPZxsvRpHfzJnP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

PRANDO, Rodrigo Augusto. Jair Bolsonaro: 2018-2022 – discurso, ação política e eleições. **Revista InterAção**, v. 13, n. 2, p. 46–56. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/71720>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

PRATES, Vinícius. Bolsonaro imitou sim pessoas com falta de ar: lembre quando foi. **Correio Braziliense**. 23 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5031359-bolsonaro-imitou-sim-pessoas-com-falta-de-ar-relembre-quando-foi.html>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RODRIGUES, Douglas. Bolsonaro arrecada R\$ 304,2 bilhões com privatizações. **Poder 360**. 17 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-arrecada-r-3042-bilhoes-com-Privatizacoes/>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SAMUELSON, Kate. What to know About Pizzagate, the Fake News Story With Real Consequences. **TIME**. Washington, 5 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://time.com/4590255/pizzagate-fake-news-what-to-know/>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SILVA, Maiune de Oliveira. Desdenhando de vidas, compactuando com a morte: análise das falas de Bolsonaro para vilipendiar a vacinação contra Covid-19 no Brasil. **Revista Interfaces**, v. 13, n. 01, p. 169-181, 2022. Disponível em: <<https://www.scilit.net/journal/78940>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SIPRI. **The SIPRI top 100 arms-producing and military services companies, 2020**. Solna, Sweden: Stockholm International Peace Research Institute, Dec. 2021. Disponível em: <<https://sipri.org/publications/2021/sipri-fact-sheets/sipri-top-100-arms-producing-and-military-services-companies-2020>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SOUZA, Carolina Bezerra. Pandemia Cristofascista. Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 19, n. 58, p. 457-459, 30 abr. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/26047>>. Acesso em: 27 jan. 2023. Resenha de: PY, Fábio. **Pandemia Cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/5454>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

STF – Supremo Tribunal Federal. A pedido da PGR, STF abre três inquéritos e amplia investigações sobre atos terroristas de 8/1. **STF**. Brasília-DF, 23 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=500967&ori=1>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio; CALANDRELLI, José Felipe Ribeiro. Donald Trump e o Neoconservadorismo. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 380-395, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p380>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

THE WORD BANK. **Brasil**. c2023a. Disponível: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

THE WORD BANK. **Estados Unidos**. c2023b. Disponível: <<https://data.worldbank.org/country/united-states>>. Acesso em: 1º fev. 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. One Year Since the Jan. 6 Attack on the Capitol. **Justice**. Distrito de Columbia. 30 de dez. de 2021. Disponível em:

<<https://www.justice.gov/usao-dc/one-year-jan-6-attack-capitol>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

VIEIRA, Anderson. Após seis meses, CPI da Pandemia é encerrada com 80 pedidos de indiciamento. **Agência Senado**. 26 de out. de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento>> Acesso em: 02 fev. 2023.

VILLELA, Heloisa. Como EUA identificaram invasores do Capitólio e prenderam mais de 950. **BBC News Brasil**. New York. 09 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63880481>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

A Antipolítica Brasileira para as Mudanças Climáticas: Brasil e a Comunidade Europeia (2019-2022)

Samuel de Jesus

1. Introdução

Neste texto, não descreveremos necessariamente uma política externa do Brasil nos anos Bolsonaro, mas uma antipolítica externa. Isto mesmo, os condutores da política exterior do Brasil orgulhavam-se do fato do Brasil se tornar um pária internacional. A aversão à política foi o discurso vigente que serviu para a destruição da política externa do Brasil. De seus escombros surgia uma antipolítica que ameaçava o mundo civilizado. Na questão climática, o medo foi generalizado, pois o incentivo ao desmatamento sintetizado na frase no anti-ministro do meio ambiente Ricardo Salles: “deixando a boiada passar” e o favorecimento de latifundiários e mineradoras em desfavor do meio-ambiente, das comunidades indígenas e quilombolas, seus ataques com a perseguição e redução do quadro de fiscais do IBAMA, a anistia dada aos infratores ambientais, o incentivo ao garimpo e a vedação ao acesso à água limpa pelos povos originários, em decorrência disto, o bloqueio de recursos do Fundo Amazônia por Noruega e Alemanha foram apenas algumas das ações de enfraquecimento ou destruição das políticas de proteção ambiental. Eliminou resoluções que restringiam o desmatamento e a ocupação em áreas de restinga, manguezais e dunas. Em 2019, as queimadas denominadas de “arco do fogo” chocaram ao mundo. Soou como um “liberou geral” da queimada. Os dados demonstram o crescimento vertiginoso do desmatamento por queimada. O mundo assistiu estarecido à selvageria ambiental. A seguir, mencionaremos os fatos que se sucedem.

1.1 Incidentes entre França e Brasil

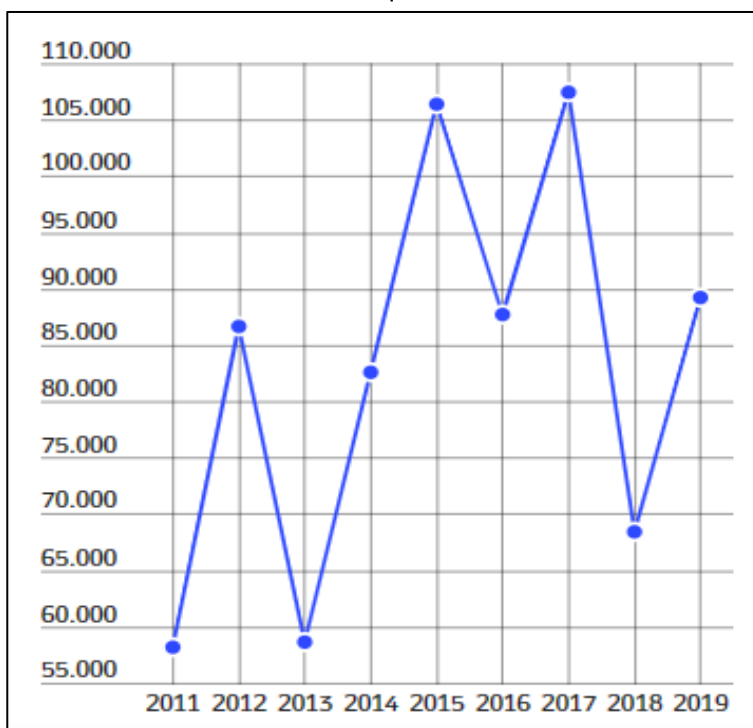
Logo nos primeiros meses de 2019 surgiu uma crise diplomática, entre Brasil e França, envolvendo seus dois Presidentes, o francês Macron e o Brasileiro, Jair Bolsonaro. No dia 22.08.2019, Macron convocou os países do G7 a discutirem as queimadas na Amazônia, disse: “Nossa casa está pegando fogo. Literalmente. A floresta Amazônica, os pulmões que produzem 20% do oxigênio do nosso planeta está em chamas. É uma crise internacional”. Bolsonaro rebateu dizendo que Macron usava um tom “sensacionalista” e de usar foto falsa em seu Twitter sobre as queimadas e também acusou-o de ter um tom colonialista, disse: “Lamento que o presidente Macron busque instrumentalizar uma questão interna e de outros países amazônicos p/ ganhos políticos pessoais.”. As afirmações de Bolsonaro foram reforçadas por seu filho, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, então candidato a vaga de Embaixador do Brasil em Washington, disse que o presidente francês é um “idiota” foi seguindo pelo então Ministro da Educação Abraham Weintraub que também ofendeu Macron, chamando-o de “cretino”. (CIPRIANI, 2019)

Macron reagiu acusando Bolsonaro de mentir sobre os compromissos ambientais e afirmou ser contrário ao acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia. Nos dias seguintes Bolsonaro ofenderia, não Macron, mas sua esposa a Primeira Dama da França Brigitte Macron após responder a postagem no Twitter de um seguidor que postou a foto dos dois casais presidenciais justapostos e fazendo comparações quanto à idade e a beleza das Primeiras-Damas: Michelle e Brigitte. Bolsonaro, respondeu: “NÃO HUMILHA CARA !! KKKK”. O presidente francês respondeu com indignação dizendo que o gesto foi “extremamente desrespeitoso.”. (CIPRIANI, 2019).

Os questionamentos de Macron se referem ao fato de que 2019 foi o terceiro ano com o maior fôfo de incêndios registrados, ou seja, um

aumento de 30% em comparação a 2018 que teve 68.345 focos de incêndio. Segundo o INPE foram registrados 89.178 focos neste bioma. O mês de dezembro de 2019 seria marcado por um aumento de 60% comparado ao mesmo período de 2018. Em 2018 foram queimados 43 mil km² e em 2019: 70 mil km². Em 2019, o ápice das queimadas ocorreu em agosto com o registro de 30.901 focos registrados. (MADEIRO, 2020).

GRÁFICO 1: Focos de queimada na amazônia



FONTE: INPE

Ao analisarmos o gráfico percebemos que os focos de queimadas na Amazônia são altos, chegam perto de 90 mil focos, perdendo somente para 2017 com mais de 105 mil focos de queimada e 2015 também acima de 105 mil.

1.2 O incidente com Leonardo Di Caprio e Mark Ruffalo

A antipolítica externa de Bolsonaro para o meio-ambiente chegou até envolver os atores de Hollywood. O ator estadunidense Leonardo Di Caprio desmentiu Bolsonaro quando este o acusou de estimular ONGs como a *WWF* e o projeto *Saúde e Alegria*, supostamente, de serem os responsáveis pelos incêndios na Amazônia. O ator negou que financiava estas instituições, as quais considera dignas de apoio, pois acredita que realmente defendem o meio-ambiente e ressaltou: "Embora dignos de apoio, não financiamos as organizações visadas" e continuou: "O futuro desses ecossistemas insubstituíveis está em jogo e tenho orgulho de apoiar os grupos que os protegem". (247 apud DICAPRIO, 2019). O desmentido surgiu em decorrência de uma afirmação de Bolsonaro feita em uma live na qual afirmou:

"Uma ONG ali pagou R\$ 70 mil por uma foto fabricada de queimada. O que é mais fácil? 'Toca' fogo no mato. Tira foto, filma, manda para a ONG, a ONG divulga, entra em contato com o Leonardo DiCaprio e o Leonardo DiCaprio doa US\$ 500 mil para essa ONG. Leonardo DiCaprio, você está colaborando com as queimadas na Amazônia", declarou. (247 apud BOLSONARO, 2019)

O ator Mark Ruffalo, que interpretou Hulk em *Os Vingadores*, defendeu Leonardo DiCaprio e relacionou Bolsonaro a queimadas na Amazônia. Disse que Bolsonaro faz de bode expiatório quem protege a Amazônia. Disse: "Bolsonaro e seus pares estão fazendo de bode expiatório as pessoas que defendem a Amazônia dos incêndios que ele mesmo (Bolsonaro) permite que ocorram" e segue questionando: "Pergunte a si mesmo: o que recentemente mudou no Brasil para que isso ocorresse? Bolsonaro e sua (falta de) política ambiental". (247 apud RUFFALO, 2019).

IMAGEM 1: Mark Ruffalo no Twitter criticando Bolsonaro.



FONTE Twitter/ Brasil 247

Sem dúvida, este é um incidente de repercussão internacional e totalmente negativo ao (des)governo Bolsonaro devido à popularidade destes atores que estrelam filmes vistos no mundo todo, considerados astros de primeira grandeza. Vale a pena comentar, pois o período é repleto de incidentes como este, envolvendo acusações, ofensas, seja de líderes como Macron através de sua esposa Brigitte, seja à atores de Hollywood e envolvendo os ataques governamentais ao meio-ambiente.

1.3 Demissão do Presidente do INPE Ricardo Galvão

Após a divulgação de dados que demonstraram um aumento de 88% de desmatamento em julho de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018, Bolsonaro afirmou que a divulgação destes dados teve como objetivo “espancar” a imagem do Brasil. "os dados foram lançados num momento em que o Brasil dá sinais claros de que vai reparar sua economia". O INPE rebateu a fala do presidente dizendo que os dados

gerados pelo instituto são de qualidade, além do instituto prezar pela honestidade, excelência e transparência científica. Após o diretor do INPE Ricardo Galvão em entrevista à Folha de S. Paulo dizer que não se pode atacar o instituto e no Jornal Nacional ao dizer que "ele [Bolsonaro] tem um comportamento como se estivesse em um botequim. Ou seja, ele fez acusações indevidas a pessoa do mais alto nível da ciência brasileira, [...]". Isso, é uma piada de um garoto de 14 anos que não cabe a um presidente fazer."

Depois destas declarações Galvão afirmou que seria exonerado do cargo de Diretor do INPE sob a alegação de que tinha constrangido Bolsonaro de maneira insustentável. A exoneração de Galvão foi um sinal claro de reprovação da divulgação de dados que comprovam cabalmente o aumento de queimadas no governo Bolsonaro (2019-2022), o favorecimento de latifundiários e mineradoras em desfavor do meio-ambiente, das comunidades indígenas e quilombolas.

A demissão de Ricardo Galvão teve repercussões mundiais. Douglas Morton, diretor do Laboratório de Ciências Biosféricas no Centro de Voos Espaciais da Nasa, a agência especial americana, afirmou que: "O Inpe sempre atuou de forma extremamente técnica e cuidadosa. A demissão de Ricardo Galvão é significativamente alarmante. Disse também que: "Não acredito que o presidente Jair Bolsonaro duvide dos dados produzidos pelo Inpe, como diz. Na verdade, para ele, são inconvenientes. Os dados são inquestionáveis", acrescenta. (BARRUCHO apud MORTON, 2019). O Jornal da Espanha *El País* atacou a medição oficial de desmatamento do país. A agência de notícias *AFP* afirmou que Bolsonaro é "cético em relação às mudanças climáticas e favorável à abertura de áreas protegidas para atividades agrícolas". O jornal do Reino Unido *The Guardian* afirmou que Bolsonaro teme os dados do desmatamento na Amazônia. A emissora BBC afirmou: "a Amazônia

sofreu perdas em um ritmo acelerado sob o governo de Bolsonaro, com políticas que favorecem o desmatamento. A agência *Bloomberg* ressaltou as qualificações de Ricardo Galvão e o jornal *The Times*, da Inglaterra, publicou uma grande reportagem sobre a política ambiental brasileira no governo Bolsonaro. (**Imprensa internacional destaca exoneração de diretor do Inpe.** In Revista Veja, 2019).

IMAGEM 02: Matéria de capa do jornal espanhol El País repercutindo a demissão do Diretor do INPE Ricardo Galvão.



FONTE: EL PAÍS

Ficou evidente para a comunidade internacional que a posição do governo Brasileiro era favorável ao desmatamento e que a demissão de Ricardo Galvão ocorreu para rejeitar os dados que comprovam o aumento vertiginoso do desmatamento na floresta amazônica.

1.4 Bolsonaro e a COP26

Bolsonaro não foi a COP26, Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, mas enviou um vídeo de menos de três minutos onde declara que “O Brasil é uma potência verde” e que em relação ao combate à mudança climática, disse: “sempre fomos parte da solução, não do problema” e que o país tem linhas de crédito para projetos verde em áreas como a de conservação e restauração florestal, agricultura de baixas emissões, energia renovável, saneamento, transporte e tecnologia da informação. Referia-se ao Programa Nacional do Crescimento Verde que pretende promover uma economia verde. Disse:

A afirmação contrasta com a fala do então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles que em 22 de abril de 2020 em Reunião Ministerial, afirmou: “ir passando a boiada, e mudando todo o regramento ambiental”. Esta fala revelou que o governo criava regras favoráveis para os infratores ambientais. Desde que assumiu o comando do Ministério do Meio Ambiente criou obstáculos para aplicação de multas ambientais. Em uma reunião do Conselho Nacional Ambiental – CONAMA, eliminou resoluções que restringiam o desmatamento e a ocupação em áreas de restinga, manguezais e dunas, assim permitindo a ocupação em áreas de restinga em uma faixa de 300 metros da praia, áreas até então de proteção ambiental. Permitiu a queima do lixo tóxico como as embalagens de defensivos agrícolas. As medidas atenderam aos interesses do mercado imobiliário que possui projetos de erguer prédios em áreas à beira-mar, também atende aos agropecuários em suas aplicações de agrotóxico em suas lavouras. As medidas contrariam o Código Florestal de 2012.

Em 2020 o Ministro Ricardo Salles exonerou o Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Sr. Olivaldi Azevedo, após megaoperação para garimpeiros de terras indígenas com a apreensão de armas e destruição de setenta tratores paralisando todas as operações de garimpo e exploração

ilegal de madeiras em terras indígenas do Pará. A medida visava proteger 1.700 indígenas da contaminação de covid 19. Na gestão Salles ocorreu uma completa desestruturação do IBAMA. Neste período foram rareando operações como esta de combate ao garimpo ilegal. Sem dúvida, era a boiada passando. Em 13.09.2022 O Parlamento Europeu aprovou resolução que estabelece um regime de sanções comerciais contra o Brasil devido ao desmatamento. A proposta prever que a produção de carne, soja e cacau ocorra de forma sustentável, ou seja, não corram a partir do desmatamento. Para garantir a origem destes produtos será exigido que os fornecedores cumpram as normas ambientais. O governo do Brasil reagiu dizendo que a medida viola as regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio – OMC. A medida cria problemas ao Brasil em um momento em que o país encontra algumas dificuldades no comercio internacional ocorrida devido à Guerra Ucrâniano-Russa. Esta medida sinaliza uma posição firme da Comunidade Europeia contra o desmatamento, assim demonstrando que as ações do Governo Bolsonaro contra o meio ambiente trarão resultados negativos ao Brasil. (CHADE, 2022).

1.5 Bloqueio de recursos do Fundo Amazônia: (des)relações entre Alemanha e Noruega.

Uma das consequências da antipolítica ambiental do governo Bolsonaro foi o bloqueio dos recursos de combate ao desmatamento na Amazônia pela Alemanha e Noruega. Só a Noruega bloqueou 133 milhões de reais destinados ao Fundo Amazônia. Isto ocorreu após J. B. afirmar que a então Primeira Ministra da Alemanha, Angela Merkel, poderia destinar estes recursos bloqueados para reflorestar seu país. O bloqueio ocorreu após o governo brasileiro suspendeu o comitê e a diretoria técnica do Fundo Amazônia sem consultar Alemanha e Noruega. Este gesto foi uma sinalização inequívoca de que a gestão Bolsonaro não pretendia parar

o desmatamento. Os alemães congelaram cerca de 155 milhões de reais no dia 10 de agosto de 2019.

Bolsonaro acusou a Alemanha de querer “comprar” a Amazônia em prestações. Disse: “Eu queria mandar um recado para a senhora querida Angela Merkel que suspendei 80 milhões de dólares para a Amazônia. Pegue esta grana e refloreste a Alemanha, ok? Lá está precisando muito mais do que aqui”. A geopolítica climática é uma área da política internacional onde o Brasil poderá preponderar, isto devido à floresta Amazônica e seus imensos recursos naturais, sua biodiversidade. O bloqueio dos recursos destinado ao combate do desmatamento representa um gesto tresloucado na comunidade internacional. Em abril de 2021 o presidente estadunidense Joe Biden reuniu 40 países, inclusive o Brasil. Foi anunciada uma iniciativa entre EUA, Reino Unido, Noruega e empresas privadas que somava em 2021, aproximadamente, um bilhão de reais. Porém, é improvável que o Brasil receba novas doações, pois o Brasil conta com recursos do Fundo Amazônia (R\$ 2,9 bilhões) e do Fundo Verde do Clima (R\$ 522 milhões) que foram doados ao Brasil, mas jamais gastos.

Em maio de 2020, o governo Bolsonaro tentou reativar as doações da Noruega e Alemanha para ações de combate ao desmatamento no Brasil. O então Vice-Presidente do Brasil, Hamilton Mourão que presidia o Conselho da Amazônia, retirou o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, da Presidência do Comitê Organizador do Fundo Amazônia e se reuniu com embaixadores de Alemanha e Noruega. Os dois países, juntos, transferiram quase R\$ 3.300 bilhões para este fundo. O encontro com os dois embaixadores Georg Witschel da Alemanha e Nils Gunnenberg da Noruega não resultou em uma mudança na postura política de seus países devido à imagem negativa do governo Bolsonaro em termos de conservação e sustentabilidade do meio-ambiente.

1.6 A morte de Dom e Bruno

O jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira foram assassinados pela atuação do indigenista Bruno na luta contra o garimpo ilegal na Região do Vale do Rio Javari. Foram mortos a tiros, seus corpos mutilados e queimados e só depois, enterrados. O assassinato esteve relacionado a Bolsonaro na imprensa internacional devido à conjuntura de incentivo velado ao desmatamento feito da administração J. B. e quem confirma isto é a líder indígena e hoje Ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara. Ela apontou a política do governo Bolsonaro como um incentivo aos crimes na região. Isto ocorre devido o discurso presidencial pró-garimpo, desmatamento e invasões que acaba por autorizar, indiretamente, este tipo de violência, sobretudo, quando afirma que em seu governo não teria um centímetro de terra demarcada para os indígenas.

Atribuímos crimes como esse ao próprio discurso governamental, com Bolsonaro tantas vezes apoiando o garimpo na Amazônia e toda essa exploração. O discurso ainda em campanha de que em seu governo não haveria um centímetro de terra demarcada para indígenas e tudo isso faz com que as pessoas se sintam autorizadas a invadir, explorar e cometer qualquer crime, porque eles estão com autorização do próprio governo. É um discurso que incita essa violência.

Afirma ainda que também ocorre negligência de órgãos como MPF (Ministério Público Federal), Funai e Polícia Federal na fiscalização de proteção do território e dos povos originários.

"Esses órgãos precisam agir de forma articulada e a política de proteção tem que ser pensada de acordo com a realidade da região: extensa e de difícil acesso. O que falta é vontade política e interesse do Estado para que ações aconteçam de forma permanente", completou.

O então Presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, nomeado por Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal por homicídio com dolo

eventual do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips em junho de 2022. Xavier foi informado antecipadamente, dos riscos que os funcionários da FUNAI estavam sofrendo na região do Vale do Rio Javari, inclusive o servidor Maxciel dos Santos morreu em circunstâncias semelhantes à Bruno E Dom. Mesmo após o ocorrido Xavier não aumentou a segurança e não denunciou a situação.

1.7 Repercussões internacionais

Segundo Jamil Chade em 01.08.2022 “Governo descumpre decisão internacional sobre Dom e Bruno, denunciam grupos”. Afirma que Bolsonaro respondeu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) omitindo o trabalho dos povos indígenas na busca por Dom e Bruno e ignorou que Bruno, que era servidor da FUNAI foi ameaçado. Isto fez com que fosse aberto uma nova denúncia contra o Brasil por ter descumprido decisão deste órgão. Os denunciantes são órgão representantes da sociedade civil, dentre eles: a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, Observatório Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), dos o Instituto Vladimir Herzog, Alianza Regional por la Libre Expresión e Información, Repórteres sem Fronteiras, a Associação Brasileira De Jornalismo Investigativo, a Associação de Jornalismo Digital e o Washington Brazil Office. Em resposta ao governo, essas organizações afirmaram que não é admissível a alegação oficial de que o assassinato ocorreu por causa de um desentendimento, rixa pessoal com pescadores locais, pois ignora as ameaças feitas à Bruno Pereira e que foram denunciadas formalmente. (CHADE, 2022). Bolsonaro afirmou em 13.06.2022 que: “Isso acontece em qualquer lugar do mundo. Acho que até os dois sabiam do risco que corriam naquela região. Os dois sabiam”. (DA PAZ apud BOLSONARO, 2022).

O caso ganhou repercussões na imprensa internacional após o encontro dos restos mortais de Bruno e Dom. O jornal The Guardian onde Dom era colaborador publicou a seguinte manchete: "De coração partido: família presta homenagem a Dom Phillips e Bruno Pereira". No The Washington Post: "Homem confessa ter matado jornalista e colega desaparecido, diz polícia". No Jornal espanhol El País: "vítimas de uma guerra" e salienta: "Um limite foi ultrapassado na Amazônia, o que aumenta o risco para cada habitante do planeta".

IMAGEM 3: Manchete do Jornal Britânico: The Guardian

'Heartbroken': family pay tribute to Dom Phillips and Bruno Pereira

Colleagues call for journalist and Indigenous activist's work to be inspiration to others

- **Brazil police find two bodies in search for missing men**
- **The writer and the activist: how they bonded over the Amazon**



FONTE: R7

A morte de Bruno e Dom é sintomática, pois sucedem casos de assassinatos dos protetores da floresta, dentre eles: Chico Mendes, a missionária Dorothy Stang, mortos por fazendeiros, grileiros, posseiros, madeireiros, por todos aqueles que representam uma ameaça ao meio-ambiente e aos povos da floresta e centenas de pessoas desconhecidas e em casos sem repercussão nacional.

1.8 Bolsonaro não foi a COP27, Lula, sim.

Após a derrota de Bolsonaro nas urnas em 30 de setembro de 2022 para Lula, eleito para seu terceiro mandato na Presidência do Brasil. No dia seguinte, Lula foi convidado para participar da COP27 - A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 em Sharm El Sheikh, no Egito, assim marcando uma nova política ambiental, curiosamente ainda com Bolsonaro na Presidência e Lula, ainda sem tomar posse, apenas vencido a eleição no dia anterior. Este gesto demonstra a urgência e importância do Brasil nas discussões sobre as mudanças climáticas, marca o fim de uma antipolítica ambiental difundida pela extrema-direita brasileira. Em seu discurso o Presidente eleito, disse:

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui no Egito, berço da civilização, que desempenhou um papel extraordinário na história da humanidade. Quero também agradecer o convite para participar da vigésima sétima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Sinto-me especialmente honrado, porque sei que este convite não foi dirigido a mim, mas ao meu país. Este convite, feito a um presidente recém-eleito antes mesmo de sua posse, é o reconhecimento de que o mundo tem pressa de ver o Brasil participando novamente das discussões sobre o futuro do planeta e de todos os seres que nele habitam. (LULA, 2022)

Nesta parte de seu discurso Lula fala sobre a importância do Brasil nas discussões sobre as mudanças climáticas, razão pela qual foi

convidado a participar como líder mundial, antes mesmo de tomar posse.

Prossegue:

O planeta que a todo momento nos alerta de que precisamos uns dos outros para sobreviver. Que sozinhos estamos vulneráveis à tragédia climática. No entanto, ignoramos essas alertas. Gastamos trilhões de dólares em guerras que só trazem destruição e mortes, enquanto 900 milhões de pessoas em todo o mundo não têm o que comer. Vivemos um momento de crises múltiplas – crescentes tensões geopolíticas, a volta do risco da guerra nuclear, crise de abastecimento de alimentos e energia, erosão da biodiversidade, aumento intolerável das desigualdades. São tempos difíceis. Mas foi nos tempos difíceis e de crise que a humanidade sempre encontrou forças para enfrentar e superar desafios. Precisamos de mais confiança e determinação. Precisamos de mais liderança para reverter a escalada do aquecimento. Os acordos já finalizados têm que sair do papel. Para isso, é preciso tornar disponíveis recursos para que os países em desenvolvimento, em especial os mais pobres, possam enfrentar as consequências de um problema criado em grande medida pelos países mais ricos, mas que atinge de maneira desproporcional os mais vulneráveis. (LULA, 2022)

Nesta fala Lula ao mencionar a disponibilidade de recursos para proteção ao meio-ambiente, sinaliza para o desbloqueio dos recursos do Fundo Amazônia. Neste momento destaca que a eleição brasileira foi decisiva para o mundo, pois ficou perceptível a falta do Brasil nas grandes discussões sobre os problemas globais, dentre elas a mudança climática.

Senhores e senhoras, estou hoje aqui para dizer que o Brasil está pronto para se juntar novamente aos esforços para a construção de um planeta mais saudável. De um mundo mais justo, capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada. O Brasil acaba de passar por uma das eleições mais decisivas da sua história. Uma eleição observada com atenção inédita pelos demais países. Primeiro, porque ela poderia ajudar a conter o avanço da extrema-direita autoritária e antidemocrática e do negacionismo climático no mundo. E também porque do resultado da eleição no Brasil dependia não apenas a paz e o bem-estar do povo brasileiro, mas também a sobrevivência da Amazônia e, portanto, do nosso planeta. Ao final de uma disputa acirrada, o povo brasileiro fez a sua escolha, e a democracia venceu. Com isso, voltam a vigorar os valores civilizatórios, o respeito aos direitos humanos e o compromisso de enfrentar com determinação a mudança climática. (LULA, 2022)

Na sequência Lula afirma que o Brasil já mostrou ao mundo como derrotar o desmatamento e o aquecimento global entre 2004 e 2012 com a redução da taxa de desmatamento em 83 % com o crescimento do PIB agropecuário de 70%. Mencionou que em 2019 a 2022 o Brasil passou por um governo desastroso que aumentou a pobreza, a fome e agiu com descaso frente à pandemia e seus 700 mil mortos, também o desrespeito aos direitos humanos que isolou o país internacionalmente e devastou o meio-ambiente e finalmente salientou que o Brasil estava de volta.

O Brasil já mostrou ao mundo o caminho para derrotar o desmatamento e o aquecimento global. Entre 2004 e 2012, reduzimos a taxa de devastação da Amazônia em 83%, enquanto o PIB agropecuário cresceu 75%. Infelizmente, desde 2019, o Brasil enfrenta um governo desastroso em todos os sentidos – no combate ao desemprego e às desigualdades, na luta contra a pobreza e a fome, no descaso com uma pandemia que matou 700 mil brasileiros, no desrespeito aos direitos humanos, na sua política externa que isolou o país do resto do mundo, e também na devastação do meio ambiente. Não por acaso, a frase que mais tenho ouvido dos líderes de diferentes países é a seguinte: 'O mundo sente saudade do Brasil'. Quero dizer que o Brasil está de volta. (LULA, 2022)

O discurso de Lula indicava que a questão climática seria um dos pilares da política exterior do seu terceiro governo. No encontro, Lula lançou a candidatura do Brasil para sediar a COP 28 em Belém do Pará. Sem dúvida foi um gesto assertivo e inequívoco da política externa do futuro governo Lula, mesmo antes de tomar posse, já discutia e propunha políticas para a redução do aquecimento global ressaltando a importância do Brasil neste tema.

Referências

Imprensa internacional destaca exoneração de diretor do Inpe. *In:* Revista Veja: 02.08.2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-destaca-exoneracao-de-diretor-do-inpe>>. Acesso em: 19 maio 2023.

BARRUCHO, Luis. **Demissão de chefe do Inpe é 'alarmante', diz diretor de centro da Nasa.** *In:* BBC News Brasil: 07.08.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49256294>>. Acesso em: 19 maio 2023.

Bolsonaro demite, diretor do INPE para encobrir estatísticas do desmatamento. *In:* ESQUERDA DIÁRIO: 03.08.2019. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=29963>. Acesso em: 19 maio 2023.

COLETTA, Ricardo Della. **Mourão tira Salles do Fundo Amazônia, mas imagem negativa é obstáculo para volta do fundo.** *In:* FOLHA DE S. PAULO: 28.05.2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/mourao-tira-salles-do-fundo-amazonia-mas-imagem-negativa-e-obstaculo-para-volta-do-fundo.shtml>>. Acesso em: 19 maio 2023.

CHADE, Jamil. **Em derrota do Brasil, Europa dá sinal verde para sanções ambientais.** *In:* UOL: 13.09.2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/13/em-derrota-diplomatica-para-o-brasil-europa-aprova-sancoes-ambientais.htm>>. Acesso em: 19 maio 2023.

CHADE, Jamil. **Governo descumpre decisão internacional sobre Dom e Bruno, denunciam grupos.** *In:* UOL: 01.08.2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/01/governo-descumpre-decisao-internacional-sobre-dom-e-bruno-denunciam-grupos.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

DA PAZ, Mayara. **Bolsonaro sobre Bruno e Dom: “Os dois sabiam do risco naquela região”.** *In:* METROPOLES: 13.06.2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-sobre-bruno-e-dom-os-dois-sabiam-do-risco-naquela-regiao>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CIPRIANI, Juliana. **Bolsonaro e Macron: entenda como começou a crise entre os presidentes.** *In:* Estado de Minas. Postado em 26/08/2019 11:52 / atualizado em 26/08/2019 13:40. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/26/interna_politica,1080030/bolsonaro-e-macron-como-comecou-a-crise-entre-os-dois-presidentes.shtml>. Acesso em: 19 maio 2023.

MADERO, Carlos. **Amazônia fecha 2019 com 89 mil focos de queimadas, 30% a mais que 2018.** *In:* UOL Notícias: 08.01.2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm>>. Acesso em: 19 maio 2023.

NEGRÃO, Heloísa. *In:* El País. 15.08.2019. **Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html>. Acesso em: 19 maio 2023.

BOLSONARO, J. *In:* TV247: 30.11.2019. **Leonardo DiCaprio desmente Bolsonaro e alerta: 'o futuro da Amazônia está em jogo'**: Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/leonardo-di-caprio-desmente-bolsonaro-e-alerta-o-futuro-da-amazonia-esta-em-jogo>>. Acesso em: 19 maio. 2023.

DI CAPRIO, L. *In:* TV247: 30.11.2019. **Leonardo DiCaprio desmente Bolsonaro e alerta: 'o futuro da Amazônia está em jogo'**: Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/leonardo-di-caprio-desmente-bolsonaro-e-alerta-o-futuro-da-amazonia-esta-em-jogo>>. Acesso em: 19 maio 2023.

LEITE, Hellen. **Caso de Bruno Pereira e de Dom Phillips gera repercussão internacional.** *In:* R7: 16.06.2022. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/caso-de-bruno-pereira-e-de-dom-phillips-gera-repercussao-internacional-16062022>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PF indicia ex-presidente da Funai no caso 'Bruno e Dom'. *In:* TERRA: 19.05.2023. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/pf-indicia-ex-presidente-da-funai-no-caso-bruno-e-dom,eba6e35dfb54a3024e1957528d31994djzxr13v.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RUFFALO, M. *In:* TV247: 30.11.2019. **Mark Ruffalo, ator de Hulk, defende Leonardo DiCaprio e relaciona Bolsonaro a queimadas na Amazônia:** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/cultura/ator-mark-ruffalo-defende-leonardo-dicaprio-e-relaciona-bolsonaro-a-queimadas-na-amazonia>>. Acesso em: 19 maio 2023.

Diplomacia Brasil-Rússia no Governo Bolsonaro

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz

Isabela Barbosa Rodrigues

1. Breve contextualização nos governos anteriores (petista/BRICs)

Relacionar Brasil-Rússia, é entender a dinâmica desses países no mundo capitalista contemporâneo. Ambos possuem forças que podem ser peças fundamentais no xadrez geopolítico. Contudo, antes de analisá-los é interessante observar, ao menos, brevemente o BRIC(S). Ver a sua formação e desdobramento durante os governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

Conforme O'Neill, o termo BRICs surgiu primeiramente em 2001, através do Banco *Goldman Sachs*, que observara os respectivos desenvolvimentos econômicos significativos na esfera mundial dos países Brasil, Rússia, Índia e China (O'NEILL, 2001). São países não pertencentes ao G7, mas que possuem um certo prestígio na questão geopolítica na periferia do capitalismo, por possuírem um Produto Interno Bruto (PIB) crescente, são populosos, no geral há riquezas naturais em seus territórios, são influentes no mercado global, detêm um poderio bélico – no caso a China, a Índia com o seu poder nuclear e principalmente a Rússia –, a localização geográfica é estratégica de seus respectivos países e outras situações que despertam olhares das grandes potências mundiais. Em 2009, reuniram-se pela primeira vez, os representantes de cada país.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) disserta sobre os valores econômicos do BRIC nos anos de 2003 à 2010,

O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera

hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25%. (IPEA, c2023).

Observa-se que a ascensão e a primeira reunião do grupo político, até então BRIC, em 2009, o presidente do Brasil era Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula, um político que demonstrara em seus dois mandatos (2003-2006, 2007-2010) a sua trajetória política com uma característica de preocupação social juntamente com o desenvolvimento do país. O grupo do BRIC, seria um alicerce para acordos bilaterais para o desenvolvimento e fortalecimento do eixo Sul-Sul.

Segundo Antouan da Silva, em sua dissertação de mestrado em 2013 é comentado a relação do Governo Lula com o BRIC.

O engajamento brasileiro no BRIC objetivou, portanto, aumentar a influência brasileira no processo de modificação da ordem internacional. [...] A cooperação intra-bloco e a coordenação política para o balanceamento brando contribuiriam para esse processo. O alcance desses objetivos dependerá, em grande medida, da habilidade da diplomacia brasileira em projetar seus interesses no sistema internacional por meio do agrupamento em um cenário de aumento de diferenças entre seus componentes. (SILVA, 2013, p. 126).

Por meio da análise de Ipea (2023), é nítido o papel sem igual das potências periféricas na geopolítica comercial do mundo. Isto é, a comunidade internacional hegemônica não pôde, no contexto de 2009, ignorar por mais tempo a formação de uma coalizão - em busca de fortalecimento - dos países Sul-Sul. Ressalta-se que o aumento do Produto Interno Bruto resulta, quase que imediatamente, em uma maior influência nas relações internacionais. Isto porque os membros do BRICs concentravam mais transações comerciais decisivas para o globo. Destarte,

a foto abaixo expõe uma reunião que mudaria a história das relações exteriores do século XX: a primeira reunião do BRICs. A primeira reunião da Cúpula dos BRICS, em 2009, ainda não contava com a participação da África do Sul. Observa-se respectivamente, da esquerda à direita na foto, Lula representando o Brasil, Dmitri Medvedev a Rússia, Hu Jintao a China e Manmohan Singh a Índia.

FIGURA 1: Cúpula dos BRICS em Ecaterimburgo, na Rússia em 2009



FONTE: Biblioteca Presidência da República (2009)

No final de 2010, a África do Sul integrou o grupo, passando o nome de BRIC para BRICS (com “S” maiúsculo no final da sigla), ocorrendo a primeira reunião com os cinco países em meados de 2011. No ano de 2011, em 1º de janeiro, Dilma Rousseff (PT) toma posse para presidente do Brasil. A relação da presidente com o BRICS, durante os anos de 2011 a 2016, foi manter a participação do Brasil nas reuniões e

cúpulas do BRICS. Lula participou das duas primeiras cúpulas do BRICS, 2009 na Rússia e 2010 no Brasil. Dilma esteve em cinco encontros. As cúpulas que a ex-presidente brasileira participou, foram 2011 na China, 2012 na Índia, 2013 na África do Sul, 2014 no Brasil e 2015 na Rússia.

FIGURA 2: Reunião dos BRICS de 2011, com a participação de todos países, inclusive a África do Sul participando pela primeira vez



FONTE: Daiane Souza (2011)

Dilma teve a mesma postura do presidente anterior, no caso o Lula, porém com menos viagens internacionais comparado aos anos de governo. Houve em seu período de chefe de estado, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) que possuía funções parecidas como o do *Bretton Woods*³ (RIGONATO, 2016).

Durante o seu governo, Dilma enfrentou problemas na política interna, através das manifestações das “Jornadas de junho de 2013” e as manifestações de 2015⁴ contra o seu governo. As pressões políticas da

³ Sobre o acordo de *Bretton Woods* ver Barreto (2009).

⁴ Sobre uma análise ligando as Jornadas de Junho de 2013 e as manifestações de 2015, ver Scartezini (2016).

oposição culminaram em um golpe parlamentar-jurídico-midiático-militar de 2016⁵. O até então vice-presidente Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passaria a ser o presidente do Brasil.

Michel Temer participou de três cúpulas, em 2016, 2017 e 2018, sendo nos respectivos países Índia, China e África do Sul. Contudo, Temer não priorizou relações internacionais com os países do sul geopolítico, pois optou por uma linha de atuação mais ligada ao interesse do ocidente.

Conforme Berringer e Reis,

Cinco movimentos principais evidenciam a decadência da política externa após o impeachment: I. a reaproximação com os EUA e a renegociação do acordo Mercosul-União Europeia; II. o desmantelamento da integração regional; III. o esvaziamento do conteúdo político dos Brics; IV. o encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; V. as sinalizações de subordinação marcantes, tais como a candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP) e a renegociação da base de Alcântara no Maranhão (BERRINGER; REIS, 2018 apud BERRINGER; NASCIMENTO, 2023, p. 215-216).

Bolsonaro esteve em 4 cúpulas, sendo 2019 realizada no Brasil, as demais por conta da pandemia foram online, como 2020 a Rússia sendo a presidente de turno, 2021 foi a vez da Índia e 2022 a China. Por mais que houve as reuniões e negociações, o ex-presidente Bolsonaro, direcionou as diretrizes das políticas públicas, política interna e das relações internacionais, uma continuação do projeto neoliberal de Temer, mas com uma maior ênfase em questões ideológicas da direita e da extrema direita.

2. Relações no governo Bolsonaro (ruptura e alinhamento com EUA)

Jair Messias Bolsonaro, foi empossado presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019, na época do Partido Social Liberal (PSL), trazendo em

⁵ Para saber mais sobre o golpe de 2016, veja “O Golpe de 2016” de Samuel de Jesus (2019).

sua relação de política externa, divergências e alianças internacionais contrárias em relação ao governo de Lula e Dilma (2003-2016).

O ex-presidente Bolsonaro, procurou ter uma aproximação maior com Estados Unidos (EUA) e Israel, e um afastamento da Venezuela, por motivos ideológicos. Suas atuações na política externa, trouxeram desconfortos no cenário internacional por partes dos chineses, quando visitou Taiwan (SARAIVA; SILVA, 2019). Bolsonaro se aproximou do país estadunidense, por questões de compatibilidade no espectro político com o ex-presidente Donald Trump, que até então, foi presidente do país dos EUA em grande parte que Bolsonaro foi presidente do Brasil.

Segundo Vidigal,

Os governos Temer e Bolsonaro demonstraram, nesse contexto, a força do liberalismo econômico em uma de suas versões mais rasas: a busca do crescimento econômico – não a do desenvolvimento, em sentido amplo – por meio da reforma da previdência, da desregulamentação do trabalho, de redução de tarifas, do corte de verbas em áreas como educação superior, etc. Essa orientação econômica liberal se refletiu, no campo da política externa, na aproximação com Washington, na valorização do Mercosul como área de livre comércio, no esvaziamento da integração político-estratégica da América do Sul (Unasul) e, no caso de Bolsonaro, em desconfiança não justificada em relação à China. As semelhanças na estratégia e táticas de campanha de Donald Trump e Jair Bolsonaro indicam o modo pelo qual os Estados Unidos se tornaram a maior das prioridades em política externa: o voluntarismo, a adesão acrítica, as manifestações curtas, diretas e provocativas na mídia. (VIDIGAL, 2019, p. 15).

Esta postura da política de Bolsonaro, era orientada por ideologias e de submissão a potências que possuíam algum espelho político na presidência de seu país que lhe representava, como no caso de os EUA ter Donald Trump como presidente durante os anos de 2017-2021.

De acordo com Berringer e Reis:

A maior expressão dessa subordinação passiva simbolizou-se, primordialmente, pela rejeição à integração política com os Estados sul-americanos, pela defesa de acesso do Estado brasileiro à OCDE, e pelo

apoio ao Acordo Mercosul-UE, pautas que se conectam diretamente ao programa neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro. Assim, se deu o abandono do projeto de integração multidimensional pela retomada do regionalismo aberto, em que a articulação política Sul-Sul foi deixada de lado em prol de um projeto neoliberal de privatizações, abertura e liberalização comerciais. (BERRINGER; REIS, 2023, p. 213-214).

Nota-se, também, uma peculiaridade da política externa de Bolsonaro em relação a Putin. O ex-presidente sul-americano procurou uma relação mais próxima com o governante russo por possuírem os mesmos valores morais. Conforme fala de Bolsonaro, “Compartilhamos de valores comuns como a crença em Deus e a defesa da família. Também somos solidários a todos aqueles países que querem e se empenham pela paz.” (ANDRADE, 2022).

Em relação a Rússia, observa-se o líder Vladimir Putin, que possui uma experiência no âmbito geopolítico, adquirido dos anos de presidente da Rússia e nos anos da Guerra Fria quando foi um agente soviético da KGB⁶.

Bolsonaro, procurando estreitar a relação com Putin por interesses econômicos, viajou à Rússia em março de 2022, procurando firmar acordos. Em reuniões com o mandatário russo, chegou a dizer que é necessário fortalecer o BRICS e o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

Destacando a importância do BRICS como fórum de países dedicados à promoção de uma ordem mundial multipolar, os Presidentes manifestaram-se em prol da continuação do fortalecimento da cooperação estratégica do BRICS e saudaram o avanço da interação entre os cinco países em áreas como saúde, comércio, economia e finanças, energia, ciência, tecnologia e inovação, contatos culturais e interpessoais. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2022).

⁶ A sigla KGB significa em russo *Komitet Gusudarstveno Bezopasnosti*. Em português é Comitê de Segurança do Estado.

E sobre o MERCOSUL, “Os Presidentes encorajaram o diálogo entre o MERCOSUL e a União Econômica Euroasiática.” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2022)⁷.

3. Pandemia

Durante a pandemia, Bolsonaro participou de videoconferências para tratar de política internacional, como a Cúpula do BRICS. Ao final dessa reunião, Putin elogiou Bolsonaro pela sua disposição e “masculinidade” por sua pronta recuperação em relação a Covid-19⁸.

Jair Messias postou em sua rede social, Twitter, no dia 17 de novembro de 2020, um vídeo que mostrara a declaração do presidente russo elogiando-o, conforme o print da página do dia da postagem e logo abaixo o texto legendado da fala de Putin:

FIGURA 3: Postagem de Jair Messias Bolsonaro no Twitter sobre o elogio de Putin



FONTE: BOLSONARO (2020)

⁷ Sobre a Guerra Russo-Ucraniana e a questão dos fertilizantes, mais adiante será tratado ainda nesse capítulo.

⁸ Bolsonaro testou positivo em julho de 2020 para a Covid-19 (VERDÉLIO, 2020).

E conforme Putin no vídeo,

o senhor expressou as melhores qualidades masculinas e de determinação. O senhor foi buscar a solução de todas as questões, antes de tudo na base dos interesses do seu povo, seu País, deixando para depois as soluções ligadas aos problemas de sua saúde pessoal. Isso é para todos nós um exemplo de relacionamento corajoso com o cumprimento de seu dever e a execução de suas obrigações na qualidade de chefe de Estado. (BOLSONARO, 2020).

Em relação a vacinação no Brasil, no dia seis de abril de 2021, Bolsonaro negociou a compra da vacina de origem russa Sputnik V, para o combate da Covid-19, porém, no segundo semestre de 2021 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu a compra por não atender as exigências necessárias imposta pelo órgão público brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, 2021; ANVISA, 2021).

Após o período pandêmico de 2020 e 2021, Bolsonaro programou-se para ir à Rússia. Para isso, foi necessário realizar cinco testes de covid antes que o encontro com Putin se concretizasse, no dia 16 de fevereiro de 2022. Procurou firmar acordos, principalmente no quesito do mercado da agricultura, gás, petróleo e defesa (PRAZERES, 2021). Interessante observar a relação e estratégia política econômica do ex-presidente brasileiro, a sua preocupação em negociações, é fechar a balança de pagamento no positivo, através de exportações de commodities, sendo que para obter um desenvolvimento estratégico é ir além disso, como sendo necessário um planejamento e financiamento em infraestrutura e no setor industrial do Brasil. Percebe-se que não há necessariamente outros contratemplos e discordâncias relacionado durante a pandemia entre Rússia e Brasil.

4. A Guerra Russo-Ucraniana (2022-)

O dia 24 de fevereiro de 2022 marca a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia com a invasão do exército russo ao território ucraniano.

Em 2023 o conflito ainda perdura com mais de 365 dias de violentos embates, mortes de civis e militares, centenas de milhares de refugiados e impactos significativos na esfera internacional. A guerra Russo-Ucraniana não tem qualquer previsão para seu fim e suas consequências a longo prazo ainda são desconhecidas. No entanto, já é perceptível o desastre humanitário, bem como econômico para os países não só do Leste Europeu. Outros fatores na esteira desses acontecimentos: a mudança na hegemonia da política global do eixo estadunidense para o chinês; e a crescente crise energética. As causas para os bombardeios e ataques são de várias naturezas, como geopolítica, econômica e militar, perpassando a história desses dois países desde a queda da União Soviética (ALVARES, 2023).

Pode-se traçar, a partir de Alvares (2023), as quatro principais motivações para a guerra. A primeira seria a infração de um pacto estratégico de “não-expansão da Otan para além das fronteiras orientais da Alemanha”. A possível entrada da Ucrânia na Otan e seu alinhamento ideológico e geopolítico com os Estados Unidos é um risco para a Rússia de Putin. O segundo motivo são as revoluções coloridas na Eurásia – que culminam na “Revolução Laranja” e na Guerra da Crimeia – e a questão dos territórios ucranianos com as populações russas, como Donbass. O terceiro motivo é o escoamento de insumos russos para o Mar Negro. As saídas para os ditos “mares quentes” são pontos estratégicos, militares, econômicos e energéticos. A última questão mais importante para a escalada dos conflitos foi a energética. Os Estados Unidos e a Rússia entram em disputa pelo mercado energético europeu. À vista disso, esses quatro fatores – afora as questões de cunho ideológico – agiram em sincronia, confluência e sinergia para o estopim da guerra.

Apesar de ser um embate regionalizado, todos os países sofrem com esse contexto belicoso, inclusive um país latino-americano localizado

a mais de 10 mil quilômetros como o Brasil. O presidente da cadeira do Executivo na época da deflagração da guerra era Jair Messias Bolsonaro. Notoriamente, Bolsonaro é conhecido por sua ruptura com o modelo tradicional de geopolítica externa brasileira fundamentado no multilateralismo e na multipolaridade. Como já supracitado, os governos petistas de Lula e Dilma eram conhecidos por suas práticas diplomáticas de neutralidade apaziguadora, junto a uma defesa dos interesses nacionais. Como afirma Pablo Guimarães Bandeira da Silveira (2021, p.39), o Brasil de Bolsonaro adotou uma posição de unipolaridade com os Estados Unidos. Contudo, a relação política com a Rússia é considerada anômala, pois existiam tanto hostilidades quanto alianças. O campo ideológico era imbuído de acusações da criação de uma Rússia pós-soviética comunista e com interesses em dominação global. Sob as ideias conspiracionistas, existiria uma “guerra cultural” embasada na expansão de países comunistas. No plano econômico, entretanto, houve uma tentativa de aproximação, ainda que a ampliação dessas alianças não tenha sido concretizada de modo total.

Um episódio fatídico que não pode ficar de fora da linha temporal anterior a guerra é o discurso do chefe russo Vladimir Putin no final da cúpula dos BRICS de 2020. Em consoante com Motoryn (2020), o evento foi de forma remota e contou com a presença dos chefes de Estado do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Desse jeito, Putin elogiou “as melhores qualidade masculinas” de Bolsonaro em enfrentar pessoalmente o coronavírus. Assim sendo, o presidente brasileiro publicou orgulhosamente o vídeo de Putin em suas redes sociais. Vale lembrar que a postagem de Bolsonaro aconteceu justamente após a derrota do seu principal aliado, Donald Trump (EUA). A interação nada convencional entre os líderes mundiais rendeu uma série de charges e memes virtuais.

Isto porque tanto Putin como Bolsonaro possuem frases abertamente homofóbicas e misóginas, assim como adotam posturas autoritárias.



FIGURA 4: Charge de Zé Dávila sobre o encontro dos BRICS

FONTE: Zé Dávila (2022)

FIGURA 5: Charge sobre o alinhamento Brasil-Rússia



FONTE: Gilmar Fraga (2022)

Logo, a relação entre Brasil-Rússia durante o governo Bolsonaro é complexa e cheia de contradições. Apesar da administração Bolsonaro mostrar interesse em uma aproximação diplomática, isso aconteceu em níveis superficiais. Tampouco houve uma piora explícita na relação entre os dois países, posto que os vínculos comerciais se mantiveram. Nota-se, no geral, um processo de distanciamento institucional entre as duas nações com uma menor participação e colaboração do Brasil no BRICS. A posição paradoxal do Brasil em relação ao gigante do Leste Europeu é fruto da cartilha estadunidense e da contínua tentativa de isolar a Rússia. Nesse emaranhado geopolítico, a colaboração militar Brasil-Rússia se manteve minimamente, junto a uma intensificação das exportações dos produtos russos (SILVEIRA, 2021, p.51).

Ao contrário, a Rússia diminuiu a importação de carne e commodities agrícolas brasileiras, tendo em vista o projeto de autossuficiência na agricultura. Atualmente, o principal produto brasileiro de exportação é a soja, “compondo 25% do total de nossas exportações para a Rússia em 2020, com o fim desta soja sendo alimentar a pecuária russa” (SILVEIRA, 2021, p.47-51). Para uma melhor resolução, as exportações de produtos brasileiros para a Rússia caíram de \$2.736.531.853 em 2017 para \$1.523.729.477 em 2020. Nesse mesmo tempo houve um acréscimo nas importações brasileiras em produtos russos, indo de \$2.644.883.398 em 2017 a \$2.715.897.526 em 2020. Ou seja, enquanto o Brasil tem consumido mais produtos russos, os nossos parceiros têm realizado uma independência no abastecimento.

É nesse cenário geopolítico que irrompe a Guerra Russa-Ucraniana. Segundo um estudo de maio de 2022 (p.8) produzido por consultores legislativos, a posição do Brasil em relação ao conflito, com ex-ministro Carlos França, seguiu “uma linha de neutralidade, equidistância ou imparcialidade em relação às partes, postura essa que

preserva a tradição da política exterior do País”. O próprio ex-presidente Bolsonaro visitou Moscou às vésperas da invasão russa e dos primeiros ataques no dia 16 de fevereiro de 2022. O principal assunto debatido foi a compra de fertilizantes para o agronegócio brasileiro. A posição de suposta imparcialidade se revelou como de apoio durante a viagem. Desse modo, o então presidente disse estar feliz e honrado pelo convite e ser “solidário à Rússia”. Também foi enfatizado o desejo de maior colaboração quando Bolsonaro disse: “queremos muito colaborar em várias áreas. Defesa, petróleo e gás, agricultura. As reuniões estão acontecendo. Tenho certeza de que esta passagem por aqui é um retrato para o mundo que nós podemos crescer muito nas nossas relações bilaterais” (GADELHA, 2022). Conforme Baszczyń (2023), o departamento de Estado dos EUA reprimiu as falas brasileiras dizendo que o presidente não poderia ter falado em momento pior.

FIGURA 6: Bolsonaro ao lado de Putin na visita do dia 16 de fevereiro



FONTE: UOL News

Fora isso, Bolsonaro defendeu o cessar-fogo imediato, tal qual a manutenção de todos os canais de diálogo entre as partes em conflito no discurso de abertura da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, dia 20/09/22). O até então presidente disse que era “contra o isolamento diplomático e econômico dos países envolvidos no conflito – que foi pedido pelo governo ucraniano e apoiado por outras nações” (LUCA, 2022). Ele ainda enfatizou uma crítica às sanções unilaterais e seletivas para a Rússia:

Apoiamos todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise. Mas não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas, contrárias ao Direito Internacional. Essas medidas têm prejudicado a retomada da economia e afetado direitos humanos de populações vulneráveis, inclusive em países da própria Europa. A solução para o conflito na Ucrânia será alcançada somente pela negociação e pelo diálogo. (CNN, 2022)

Para mais, Bolsonaro continuou reforçando os comentários de neutralidade sobre a Guerra na Ucrânia. No dia 25 de julho de 2022 ele se posicionou, mais uma vez, contrário às operações militares e ressaltou o desejo pela paz:

Quero paz, não quero guerra em lugar nenhum do mundo, faço o possível por isso, mas não posso trazer um problema lá de fora para o nosso colo, sem poder solucioná-lo. Ficaríamos com dois problemas, fizemos a nossa parte. (SOARES, 2022).

Somente alguns dias antes, o presidente brasileiro discutiu esses assuntos com o líder ucraniano Volodymyr Zelensky. Essa conversa ocorreu por meio de uma ligação, em que Bolsonaro expôs ser contrário às sanções contra a Rússia. Com isso, o ucraniano Zelensky criticou a posição de neutralidade diante da guerra e afirmou que espera uma posição mais assertiva do Brasil. Por conseguinte, o posicionamento da política internacional bolsonarista demonstra a necessidade de não prejudicar os negócios bilaterais. O não alinhamento estratégico mostra uma adesão ao

“equilíbrio” entre os dois países. Obviamente, essas demonstrações foram tidas pela Europa e pelos Estados Unidos como reprováveis, tendo em vista que os países ocidentais têm financiado diretamente a Guerra na Ucrânia. Exemplo disso é o pacote do mês de março com mais de 350 milhões de dólares em ajuda financeira para a Ucrânia (SINGH e JACKSON, 2023).

Para além disso, a disputa armada possui impactos diretos e indiretos para a economia brasileira. De acordo com Nascimento (2022, p.9), a guerra trouxe impactos palpáveis para a economia mundial devido à interdependência do comércio. O mercado de fertilizantes, por exemplo, é “altamente estratégico no contexto de crescimento da demanda mundial por alimentos”. Nesse caso, o agronegócio no Brasil utiliza os fertilizantes NPK⁹ para o combate de pragas na produção de alimentos. Até 2021, a Rússia era a principal fornecedora dessas mercadorias para o Brasil. Rememora-se que o Brasil é um dos maiores produtores primários, com a soja e o milho.

Com o conflito russo - ucraniano, a cadeia de produção e exportação de fertilizantes russos foi temporariamente paralisada, originando assim um efeito dominó em todos os seus compradores e conseqüentemente na produção e distribuição de alimentos. (NASCIMENTO, 2022, p.35).

Ou seja, a guerra revela a dependência brasileira no setor de fertilizantes aliada à ausência de uma indústria que se autossustenta. Conseqüentemente, a escassez de fertilizantes leva ao encarecimento do mesmo e a elevação dos preços de alimentos e das safras. A crise econômica, logo, sucede a uma crise humanitária com pessoas subnutridas e em situação de fome. Não se pode esquecer que no início de 2022 Bolsonaro festejou a venda de uma fábrica de fertilizantes – UFN3 (Unidade de Fertilizantes Nitrogenados) localizada no município de Três

⁹ Fertilizantes NPK, segundo Nascimento (2022, p.14), é o nome vulgar para os adubos com elementos de nitrogênio, fósforo e potássio. Esses fertilizantes são os mais utilizados na indústria agrícola brasileira, principalmente em produtos como a soja.

Lagos (MS) – para o grupo russo Acron. Na época desses fatos, a própria Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, comemorou a venda; mais tarde, ela admitiu a probabilidade de escassez dos fertilizantes no Brasil (ALVES, 2022). Por via disso, Bolsonaro incentivou a desindustrialização no setor de adubos e aprofundou as relações de subserviência comercial com a Rússia.

5. O conceito de Russofobia e as novas perspectivas para a guerra

Além do mais, as relações diplomáticas entre Brasil-Rússia estiveram imbuídas de preconceito, mais especificamente da russofobia. A russofobia nada mais é do que a aversão à Rússia e ao que é russo. Todavia, existe uma explicação por detrás desse discurso racista: uma política ocidental russofóbica de contenção ao país do Leste Europeu. Rocha e Salerno (2017, p.22) colocam que o fim da União Soviética, em 1991, “significou o avanço da coalizão ocidental sobre a região da ex-URSS”. Com isso, a Rússia ficou enfraquecida após o término da Guerra Fria. Ainda assim, Washington avançou suas zonas de influência em países do antigo bloco soviético por intermédio da OTAN e a União Europeia. Desde então, os EUA embasam sua política externa em uma contenção geoestratégica da Rússia, acirrando ainda mais isso com a reemergência russa após a eleição de Putin em 2000 e a nomeação de Serguei Lavrov como Ministro de Assuntos Estrangeiros. Em meio a isso, a russofobia propagada pela mídia estadunidense é consolidada:

A resposta do bloco ocidental à reemergência russa pautou-se pela ampliação do discurso russofóbico, através de uma “demonização” das lideranças políticas russas e da caracterização da Rússia como uma nação belicosa e expansionista, especialmente desde a anexação da Crimeia em 2014. (ROCHA e SALERNO, 2017, p.23)

A imprensa ocidental recria estereótipos e arquétipos sobre a população russa, sobretudo o Estado russo contemporâneo. Constantemente existem associações da Rússia como uma nação belicosa, como se os Estados Unidos não se utilizassem de meios desumanos e nada diplomáticos para atingir seus objetivos – vide a Guerra do Iraque. No entanto, os sentimentos anti-Rússia são manifestos de formas variadas, como discriminações aos cidadãos comuns, aos ícones culturais e a própria história russa. Todo esse processo de racismo foi potencializado, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, com a guerra entre os eixos de Moscou e Kiev. Para Sandra Cohen (2022), o fenômeno de russofobia é semelhante ao que viveram os muçulmanos após o 11 de setembro.

As ondas de boicote recaem sobre a literatura, os filmes e a cultura russa, bem como o povo russo. Caso exemplar foi a tentativa de boicote na Universidade de Bicocca (Itália) ao curso sobre o escritor russo Dostoiévski. Após algumas pressões, a Universidade se retratou publicamente e disponibilizou a disciplina. Já em uma matéria da EuroNews de 2022 são expostos os atos de vandalismo contra igrejas ortodoxas ou centros culturais russos em Paris. Segundo um relato de uma tradutora russa, Elena Mellanger, ela sente que já não é mais bem-vinda na França e não entende tamanho ódio do ocidente contra os russos – que não fizeram nada. Outro caso de russofobia acontece na República Tcheca, em que a rede de hotéis Pytloun anunciou que não hospedaria mais pessoas da Rússia ou Bielorrússia (PRCHAL e TVRDOŇ, 2022). Em outro caso, um pianista russo teve sua apresentação cancelada na Orquestra Sinfônica de Montreal, mesmo sendo contra a guerra.

Para Nathan J. Robinson (2022), julgar alguém pelo país em que nasceu ao invés da posição política é intolerância e desrespeito. A punição coletiva dos russos não irá findar a guerra; muito pelo contrário, o

sentimento russofóbico somente aumenta o espírito patriótico e nacionalista da Rússia, além de ferir os direitos humanos de milhares de centenas de russos. Em resumo:

The need to put extreme pressure on the Russian government over its crimes should not lead to the stigmatization and punishment of every person from Russia. Collectively blaming groups for the actions of their autocratic governments is wrong. Anti-war Russians are allies who should be embraced. (ROBINSON, 2022.)¹⁰

Fora isso, a política externa brasileira sofreu uma grande guinada com a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022. O presidente atual, Luís Inácio Lula da Silva (PT), aplica uma política de neutralidade diante dos conflitos; porém a prioridade é a soberania do país. Ou seja, ele pratica uma política ativa e altiva em que os interesses brasileiros são a maior preocupação. Com o lema “O Brasil está de volta”, Lula retoma as principais relações internacionais enquanto retira o Brasil como pária mundial. Isso significa tanto que o nosso país voltou a ser respeitado como nos tornamos – assim como sempre fomos antes de Bolsonaro – os principais interlocutores de discussões globais.

Também são comemorados 195 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Rússia em 2023. A guerra na Ucrânia fez com que o mais novo Chanceler, Mauro Vieira, adotasse uma imparcialidade, mas com enfáticas tentativas de criar um “Clube da Paz” pelo término da guerra. Esse não alinhamento do Brasil abre possibilidades para que o país seja um negociador pela paz. É claro que essa tendência de neutralidade incomoda e muito o Ocidente. Exemplo disso foi a posição do governo

¹⁰ Em tradução nossa: A necessidade de exercer pressão no governo Russo sobre os seus crimes não deveria levar a estigmatização e o punimento de cada cidadão russo. Culpar coletivamente os grupos pelas ações de seus governos autoritários é errado. Os russos anti-guerra são aliados que devem ser abraçados.

Lula em não fornecer munição para os blindados ucranianos. Sobre isso, o professor Héctor Saint-Pierre discorre:

A preocupação dos EUA é assegurar que a América do Sul não fique neutra nessa guerra, a fim de isolar China, Rússia e os demais países que as apoiam. Essa solicitação de fornecimento de munição aos tanques da Ucrânia era uma forma de colocar em evidência o posicionamento do Brasil em relação ao conflito. O Brasil tem adotado um posicionamento de neutralidade, que é de fato o posicionamento mais conveniente. Até porque, neste momento, nem os EUA, ou a União Europeia ou a própria ONU têm condições de conduzir negociações sobre esse conflito, porque se comprometeram com uma das partes envolvidas e uma negociação não pode ser mediada por alguém que está comprometido com o conflito. É preciso alguém como o Vaticano, ou algum outro país que não esteja comprometido para iniciar negociações. (NOGUEIRA, 2023)

Lula tem realizado uma série de viagens internacionais – só no mês de abril de 2023 ele foi à China, Portugal, Emirados Árabes Unidos e Espanha – com discursos assertivos em defesa da paz. Em suma, o Brasil quer promover a paz e criar um grupo de países dispostos a intermediar as negociações. Ao final da viagem para a China, o presidente disse que era preciso que os Estados Unidos e a União Europeia parassem de incentivar a guerra e falassem em paz. Isto é, a guerra na Ucrânia é financiada pela indústria bélica estadunidense e europeia com armas, aviões e tanques de guerra. A lógica, por conseguinte, é óbvia: o ocidente precisa cessar o envio de incentivos militares para que a Ucrânia e Rússia possam dialogar sobre paz (PRAZERES, 2023).

Já em uma fala no Palácio de Moncloa (Madri) com o presidente espanhol Pedro Sánchez, Lula voltou a dizer que os países que não são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU devem criar um G20 para a paz. Ou seja, o presidente deixa claro que a promoção da paz e o fim da guerra só podem se dar através de um diálogo de ambas as partes. Lula não é um apoiador da Rússia, como dizem alguns veículos comunicativos. Ao contrário, o Brasil votou na ONU a favor de pedido de

retirada das tropas russas na Ucrânia (RIVEIRA, 2023). A defesa geral não é pela Ucrânia ou pela Rússia, mas sim pela defesa da paz.

Considerações finais

O Brasil no governo Bolsonaro mostrou um alinhamento com o ocidente na questão política e econômica, principalmente com os EUA que teve Donald Trump presidente durante grande parte do governo Bolsonaro. Evidencia-se uma política externa conturbada, do ex-presidente brasileiro, com entraves nos blocos dos países emergentes e do sul global. Importante ressaltar que Bolsonaro não necessariamente alinou-se a um país por ser do ocidente, mas pelo líder de determinada nação ser um espelho político a ele, como no exemplo do caso de Putin na Rússia, não ser da Europa Ocidental, mas por ter características que Bolsonaro admira. Lula, eleito presidente, terá missão chave em reconstruir o país em sua política exterior. Obviamente, manter a relação com a Rússia, mas procurar ter acordos bilaterais que consiga trazer um bom desenvolvimento ao país, principalmente no setor da agroindústria, que ambos os países possuem relações próximas. Um dilema ao atual governo, que está para reconstruir a imagem do país no cenário internacional.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Bolsonaro negocia compra de vacinas contra Covid-19 com a Rússia**. Canal Rural. 06 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-presidente-russo-compra-vacinas-covid/?>>. Acesso em: 30 de abr. de 2023.

ALVARES, Ticiane. **O Brasil e a guerra na Ucrânia**. Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (INEEP), 2023. Disponível em: <<https://ineep.org.br/o-brasil-e-a-guerra-na-ucrania/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ALVES, Renato. **Bolsonaro festejou venda de fábrica brasileira de fertilizante para Rússia**. O Tempo, 2022. Disponível em: <<https://ww.w.otempo.com.br/politica/governo/bolsonaro-festejou-venda-de-fabrica-brasileira-de-fertilizante-para-russia-1.2624381>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ANDRADE, Hanrikson de. **Bolsonaro chama Putin de ‘amigo’ e diz ter valores em comum: Deus e família**. Uol. Brasília, 16 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/16/bolsonaro-chama-putin-de-amigo-e-diz-ter-valores-em-comum-deus-e-familia.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Anvisa não aprova importação da vacina Sputnik V**. Ministério da Saúde. 1º de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-nao-aprova-importacao-da-vacina-sputnik-v>>. Acesso em: 30 de abr. de 2023.

BARRETO, Pedro Henrique. **História – Bretton Woods**. Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA. Ano 6. Edição 50 - 21/05/2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BASZCZYN, Eduardo. **Bolsonaro e Lula: como os presidentes trataram a guerra Ucrânia-Rússia**. UOL São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/24/bolsonaro-com-putin-lula-com-consorcio-como-cada-um-lidou-com-a-guerra.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BERRINGER, Tatiana; NASCIMENTO, Tuany Alves. **Política Externa e Bloco no Poder: a Fiesp na crise do governo Dilma**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 4, n. 65, p. 191-218, 2023. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP>>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Presidente Lula posa para foto oficial durante a Cúpula dos BRICs, em Ecaterimburgo**. 16 de jun. de 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/galeria-de-fotos/fotos-de-viagens> -

internacionais-2009/russia/presidentee-lula-posa-para-foto -oficial-durante-a-cupula-dos-brics-em-ecaterimburgo-1/view>. Acesso em: 30 de abr. de 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. **Palavras do Presidente da Rússia, Vladimir Putin, ao término do encontro do BRICS**. 17 de nov. de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1328831207753338881?refsrc=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1328831207753338881%7Ctwgr%5Ea6e927dfbef6404182595f86e980390f34880426%7Ctwcon%5Es1&refurl=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fultimasnoticias%2Fagenciaestado%2F2020%2F11%2F17%2Fbolsonaro-divulga-elogios-de-putin-a-suas-qualidades-masculinas-e-coragem.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BOLSONARO lisonjeado com elogios de Putin à sua "masculinidade". Diário de Notícias, 2020. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/Bolsonaro-lisonjeado-com-elogios-de-putin-a-sua-masculinidade-13050779.html>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BUMBIERIS, J. V. S. et al. **A Guerra Russo-Ucraniana e seus impactos para o Brasil**. Consultoria Legislativa, 2022.

COHEN, Sandra. **Russofobia, o outro efeito devastador da guerra de Putin**. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/03/09/russofobia-o-outro-efeito-devastador-da-guerra-de-putin.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DASSILVA, Zé. **Charge do Zé Dassilva: novo relacionamento**. NSC Total, 2020. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/charge-do-ze-dassilva-novo-relacionamento>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FRAGA, Gilmar. **Gilmar Fraga: mais neutro do que sabão em pó**. GZH Opinião, 2022. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2022/03/gilmar-fraga-mais-neutro-do-que-sabao-em-p-o-cl07dd2wz00c0017cwzlcwik.html>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GADELHA, Igor. **"Somos solidários à Rússia", diz Bolsonaro a Putin**. Metrôpoles, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/somos-solidarios-a-russia-diz-bolsonaro-a-putin>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Conheça os BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** c2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.htm>>. Acesso em: 22 de abr. de 2023.

JESUS, Samuel de. A História do Golpe de 2016. *In*: _____. **Reveses da democracia brasileira.** Campo Grande-MS, Editora: Oeste, 2019.

LUCA, Adriane de. **Bolsonaro defende cessar-fogo em guerra da Ucrânia.** CNN Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-cessar-fogo-em-guerra-da-ucrania/>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunicado Conjunto do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin.** Gov.br, nota à imprensa nº 24, 16 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/impressao/notas-a-impressao/comunicado-conjunto-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-do-presidente-da-federacao-da-russia-vladimir-putin-1>_. Acesso em: 1º maio 2023.

MOTORYN, Paulo. **Bolsonaro divulga vídeo com elogios de Putin a suas “qualidades masculinas”.** Poder 360, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-divulga-video-com-elogios-de-putin-a-suas-qualidades-masculinas/>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

NASCIMENTO, Clarissa Dias. **Os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia no mercado de fertilizantes brasileiro.** Universidade de Brasília, 2022.

NOGUEIRA, Pablo. **Desdobramentos da guerra na Ucrânia podem resultar na eclosão de novos conflitos, diz especialista em relações internacionais da Unesp.** Jornal da USP, 2023. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2023/02/01/desdobramentos-da-guerra-na-ucrania-podem-resultar-na-eclosao-de-novos-conflitos-diz-especialista-em-relacoes-internacionais-da-unesp/>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

O'NEILL, J. **Building Better Global Economic BRICs.** Global Economics Paper No: 66. 2001.

PEDUZZI, Pedro. **Na Espanha, Lula defende criação de um G20 da Paz.** Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-04/na-espanha-lula-defende-criacao-de-um-g20-da-paz>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PRAZERES, Leandro. **Em encontro com Putin, Bolsonaro diz que é solidário à Rússia.** BBC. 16 de fev. de 2021. Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60401858>>. Acesso e: 30 de abr. de 2023.

PRAZERES, Leandro. **Na China, Lula pede que EUA 'parem de incentivar a guerra' na Ucrânia.** BBC News Brasil, 2023. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c728lp7ew1po>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PRCHAL, L.; TVRDOŇ, J. **Sít českých hotelů odmítá ubytovat Rusy. Nejspíš je to diskriminační, upozorňují odborníci.** Deník, 2022. Disponível em: <<https://denikn.cz/827136/sit-ceskych-hotelu-odmita-ubytovat-rusy-nejspis-je-to-diskriminacni-upozornuji-odbornici/>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

RIGONATO, Gustavo. **Desempenho macroeconômico do Governo Dilma Rousseff (2011-2016).** Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdades de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas. Limeira, p. 88. 2016.

RIVEIRA, Carolina. **Brasil vota na ONU a favor de pedido de retirada russa da Ucrânia.** Exame, 2023. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/brasil-vota-na-onu-a-favor-de-pedido-de-retirada-russa-da-ucrania/>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ROBINSON, Nathan. **We Can't Lapse Into Russophobia.** Current Affairs, 2022. Disponível em: <<https://www.currentaffairs.org/2022/03/we-cant-lapse-into-russophobia>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ROCHA, D. de Q.; SALERNO, F. J. **A Russofobia contemporânea: quem tem medo de Moscou.** Bol. Conj. Nerint, Porto Alegre, v.1 n. 4, 2017, p.19-27.

RUSOFFOBIA: Atos violentos aumentam. EuroNews, 2022. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2022/03/09/russofobia-atos-violentos-aumentam>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

RUSSOFOBIA: a história se repete em momentos de crise. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/13/russofobia-a-historia-se-repete-em-momentos-de-crise>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 64, p. 117-137, dez. 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7518974>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 20, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8019>>. Acesso em: 04 maio 2023.

SCHOROEDER, L.; LOPES, L. **Em discurso na Espanha, Lula faz acenos à China e pede criação de “G20 da paz” contra guerras.** CNN Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-discurso-na-espanha-lula-faz-acenos-a-china-e-pede-criacao-de-g20-da-paz-contra-guerras/>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. **O BRIC na política externa do Governo Lula (2003-2010): do conceito à coalizão.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais: Programa de pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 156, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/13650>> Acesso em: 26 abr. 2023.

SILVEIRA, Pablo Guimarães Bandeira da. **As relações bilaterais Brasil-Rússia Pós-USSR: sucessos, obstáculos e potencialidades.** Cadernos do Cáucaso, v. 4, n.6, 2021, p.31-64.

SINGH, K.; JACKSON, K. **EUA autorizam mais US\$ 350 milhões em ajuda militar para a Ucrânia.** CNN, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-autorizam-mais-us350/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro sobre guerra na Ucrânia: "Não posso trazer problema de fora"**. Correio Braziliense, 2022. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5024466-bolsonaro-sobre-guerra-na-ucrania-nao-posso-trazer-problema-de-fora.html>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SOUZA, Daiane. **Cúpula de países emergentes celebra integração da África do Sul e defende reforma da ONU**. Palmares: fundação cultural. 15 abr. 2011.

Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=10868>>. Acesso em: 07 maio 2023.

VERDÉLIO, Andreia. **Presidente Jair Bolsonaro testa positivo para covid-19**.

Repórter da Agência Brasil. Brasília, 07 jul. 2020. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-07/presidencia-jair-bolsonaro-testa-positivo-para-covid-19>>. Acesso em: 07 maio 2023.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira**.

Meridiano 47, 20: e20011, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20889/M47e20011>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>>. Acesso em: 06 maio 2023.

VILELA, Pedro Rafael. **Lula recebe chanceler russo e discute proposta de paz na Ucrânia: Brasil quer reunir países dispostos a conversar sobre o fim da guerra**.

Agência Brasil, Brasília, 17 abr. 2023. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/lula-recebe-chanceler-russo-e-discute-proposta-de-paz-na-ucrania#:~:text=%22A%20conversa%2C%20tanto%20comigo%20como,que%20nC3%B3s%20tivemos%22%2C%20afirmou.>>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VEJA a íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU.

CNN Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-a-integra-do-discurso-de-jair-bolsonaro-na-assembly-geral-da-onu/>>.

Acesso em: 21 abr. 2023.

A (Anti) Política Externa Bolsonarista para a América do Sul: ideologizações, golpes e isolamento

Samuel de Jesus

1. Aspectos preliminares

Sobre o período em que J. B. ocupou a cadeira da Presidência da República (2019-2022) ocorreu uma antipolítica externa do Brasil, ou seja, foi o período de destruição da Política Externa Brasileira. Quando Ernesto Araújo ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante o regime Bolsonaro disse em reunião oficial se orgulhar do fato do Brasil, naquele momento, estar se tornando um pária internacional. Neste período o que observamos sobre a atuação do Brasil na América do Sul, de forma mais intensa, refere-se aos seus primeiros anos, 2019 e 2020. A partir de 2021 temos um apagão nas relações exteriores do Brasil com o mundo, pois os únicos governantes que conversavam com o Brasil caíram ou não foram reeleitos. É o caso de Pedro Pablo Kuczynski no Peru que renunciou após denúncias de corrupção pela Lava Jato do Peru, a derrota do Presidente Macri, que tentava a reeleição na Argentina, para Alberto Fernández e Cristina Kirchner e o fim do Governo Piñera no Chile após às manifestações de 2019 que exigiam uma nova constituição e a sua renúncia.

FOTO 1: Grupo de Lima em 2019



FONTE: Gazeta do Povo

A partir de 2021 os ventos da política mudaram no hemisfério sul. A ascensão de Fernández e Kirchner (2021) na Argentina e de Gabriel Boric no Chile (2022), Gustavo Petro na Colômbia (2022), a volta do partido Movimento ao Socialismo no poder na Bolívia, com a vitória eleitoral de Luis Arce (2022), após do Golpe civil e militar de 2019. Somase a isto a queda de Ernesto Araújo, em 2021, do posto de Ministro da Relações Exteriores, a soltura de Lula em 2021 e a suspeição conferida pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil ao processo movido pela Operação Lava Jato, liderado pelo então juiz federal Sergio Moro e seu Procurador Deltan Dalagnoll. Os processos contra Lula foram arquivados e reabilitou-se a concorrer à Presidência da República, sagrando-se vitorioso nas urnas em 31 de outubro de 2022 para exercer seu terceiro mandato (2023-2027). Todos estes acontecimentos levaram o regime Bolsonaro a ter pouquíssima influência no cenário político sul-americano, sobretudo, em seus últimos anos, permanecendo resignado politicamente, sem qualquer atuação externa até o fim de seu mandato que terminou

melancolicamente, aliás, tendo, na prática, fugido do Brasil alguns dias antes do final de seu mandato. Relembraremos alguns episódios desta (des)política externa com os países latino-americanos, desde a hostilidade com a Venezuela até a participação no golpe ocorrida na Bolívia em 2019 passando pela adesão ao incipiente Grupo de Lima e a tentativa de formação de um bloco político e ideológico de países latino-americanos de direita (ou extrema direita), o prosul.

2. Venezuela.

Segundo matéria da France Presse datada de 14.02.2020 “Bolsonaro está arrastando as forças militares do Brasil a conflito armado com Venezuela, diz Maduro”. Devido ao fato do Brasil ter dado abrigo aos militares dissidentes que atacaram quartel venezuelano. A Venezuela fez um exercício com 2,3 milhões de combatentes das Forças Armadas venezuelanas. Geralmente este tipo de manobra tem objetivo de dissuadir o inimigo de um ataque ou invasão de seu território. O incidente ocorreu no Departamento de Bolívar. Um grupo de militares desertores promoveram um assalto contra o destacamento do Exército da Venezuela, roubaram fuzis e lançadores de foguete. O ato resultou na morte de agente da força venezuelana. Logo em seguida entraram no Brasil. Destes 11 assaltantes, cinco pediram refúgio no Brasil e conseguiram. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil disse que não comentava declarações do governo “ilegítimo” da Venezuela. O Brasil foi um dos países que naquele momento considerava oficialmente ilegítimo o governo venezuelano de N. Maduro e legítimo o governo autoproclamado de Juan Guaidó. (“Bolsonaro está arrastando as forças militares do Brasil a conflito armado com Venezuela, diz Maduro”. *In*: France Press/G1 Mundo 14.02.2020).

No dia 23.01.2019 “Bolsonaro reconheceu Juan Guaidó como Presidente da Venezuela”. O então Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, declarou-se Presidente Interino da Venezuela. Teve apoio dos Estados Unidos sob a Administração D. Trump (2017-2021) e J. Biden (2021-2025), Organização dos Estados Americanos - OEA – e dos governos do Peru, Equador e Colômbia. No dia 10.01.2019 Nicolás Maduro tomou posse de seu segundo mandato como Presidente da República da Venezuela sob a oposição da Assembleia Nacional Venezuelana que não reconheceu a legitimidade do novo governo e proclamou Guaidó como presidente.

FOTO 2: Bolsonaro e Juan Guaidó



FONTE: Carta Capital

Maduro venceu com 70% dos votos. Em seu apoio estavam presentes na posse o então Presidente da Bolívia, Evo Morales, da Nicarágua; Daniel Ortega, de Cuba; Miguel Díaz Canel e de El Salvador; Sanchez Cerén e a Presidente do Partido dos Trabalhadores do Brasil

Gleisi Hoffmann. (“Nicolás Maduro toma posse para segundo mandato como presidente da Venezuela”. *In*: G1: 10.01.2019).

No dia 30.12.2022, Bolsonaro revogou o decreto impedindo a entrada do presidente Nicolás Maduro no Brasil e membros da sua administração. O caso soou como uma reviravolta inesperada, pois Lula gostaria que o presidente Maduro estivesse presente em sua posse no dia 01.01.2023. Representantes de Lula tentaram uma revisão da lei frente ao governo Bolsonaro, mas não obtiveram sucesso. Seria importante a presença de todos os governantes da América do Sul como um gesto simbólico de retomada da Política Externa para América do Sul, quase inoperante no governo Bolsonaro. Devido a isto a decisão de revogação deste decreto foi surpreendente. (CHADE, 2022).

3. Grupo de Lima

Em 2017, os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, México, Honduras, Panamá e Paraguai que passou a exigir eleições livres na Venezuela, para os governos regionais do dia 15 de outubro de 2017. A segunda reunião do Grupo de Lima ocorreu dia 20 de setembro de 2017 em Nova Iorque. Sem coincidências este enclave de países que se opõem politicamente ao governo Maduro na Venezuela surgiu a partir da visita do então Presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski. Foi o primeiro governante sul-americano a visitar Trump, então recém empossado na Presidência dos Estados Unidos. É importante citar o Grupo de Lima, pois quando Bolsonaro chega ao poder 01.01.2019 encontrará um conjunto de países de direita que estavam se aglutinando politicamente, mas foi passageiro, porém deste grupo iria surgir algumas iniciativas como o incipiente PRÓ-SUL (2019). O Grupo de Lima objetivava substituir a União das Nações Sul – Americanas que operava no espectro político da esquerda. A partir de 2016, a Unasul se encontrou escanteada. O Grupo de Lima tentou exercer uma tutela sobre a Venezuela

e oposição à Nicolás Maduro. Este grupo de países já tinha se oposto à nova Constituinte da Venezuela que tomou posse em agosto de 2017 e exerceu uma vigilância sobre o processo eleitoral do dia 15 de outubro de 2017.

Em 15.08.2020 o Brasil sob Bolsonaro assinou uma nova declaração em que renovou o apoio ao autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, conjuntamente assinaram o documento os governos da Bolívia sob a Ditadura de Jeanine Añez que derrubou Evo Morales, eleito democraticamente. Canadá, Chile do Liberal Sebastian Piñera que enfrentava grande oposição nas ruas do Chile pedindo sua renúncia e uma nova constituição, Colômbia de Ivan Duque, Honduras que depôs o presidente legitimamente eleito, Zelaya, Paraguai que depôs o presidente democraticamente eleito Fernando Lugo, Peru que sempre “devora” seus presidentes e Brasil que derrubou por meio de um golpe a presidente Dilma Rousseff em 2016, também democraticamente eleita. Ou seja, a maioria dos países possuem algum golpe de estado em sua história recente assinam uma carta em apoio a um presidente autoproclamado pelas elites à revelia de um processo eleitoral que sagrou Nicolás Maduro como presidente de fato da Venezuela.

4. Prosul

É o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul surgiu da iniciativa dos presidentes sul-americanos em reunião realizada em Santiago do Chile em 22 de março de 2019. Em 25 de setembro de 2019, em Nova York, ocorreu a reunião dos Ministros das Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Paraguai e o representante da Guiana, para dar seguimento à implementação do PROSUL. Na ocasião foi emitida a primeira declaração ministerial do Foro. Este foro surgiu em um momento de ascensão dos governos considerados de orientação de *direita* na América do Sul. A estrutura do PROSUL consistiria em uma estrutura leve sem sede, Secretaria Geral e

orçamento e teria seus trabalhos coordenados por uma Presidência *Pró-Tempore* que seria exercida anualmente e de forma rotativa. Outra ideia era a formação de uma espécie de *troika* com reuniões anuais de chefes de Estado e de Governo. As cooperações entre Brasil e Peru também abrangeriam a área de segurança e defesa. (FIGUEIREDO, 2019).

5. Participação do Brasil em Golpe na Bolívia em 2019

Em 2019 ocorreu um golpe civil e militar na Bolívia que teve um caráter de fundamentalismo religioso. Declarou a golpista Jeanine Añez: “A bíblia volta ao palácio”, ao se autodeclarar nova Presidente da Bolívia. Ela era senadora da oposição governo do Presidente destituído Evo Morales. O Golpe teve suporte político das igrejas evangélicas bolivianas. Foi sintomático o gesto do líder de extrema-direita Fernando Camacho que colocou a bíblia sobre a bandeira boliviana no momento do golpe. (MESQUITA, 2019). O Governo Bolsonaro não só apoiou o golpe de Estado como participou dele. Quem afirmou isto foi o presidente destituído Evo Morales em entrevista concedida ao periódico Página 12, em julho de 2020. Afirma que o então embaixador brasileiro em La Paz, Otávio Côrtes se reuniu com os líderes da oposição horas depois do golpe, nesta reunião o embaixador Côrtes e os demais líderes do golpe, dentre eles F. Camacho e Mesa decidiram que a Senadora Jeanine seria proclamada a nova Presidente da Bolívia. (Brasil participou do golpe de Estado na Bolívia, diz Evo a jornal argentino. *In*: Brasil De Fato: 10.06.2020).

6. Argentina

Em 2019, Alberto Fernández, então em campanha presidencial, visitou Lula na prisão e após sua soltura o recebeu com honras de Chefe de Estado em Buenos Aires e participou das comemorações do Dia da Democracia. Uma relação entre Brasil e Argentina praticamente não ocorreu no período em que Bolsonaro ocupou a cadeira presidencial.

Quando Fernández tomou posse, o presidente brasileiro não compareceu, enviou o seu vice-presidente Hamilton Mourão em seu lugar. Bolsonaro e Fernández se encontraram pela primeira vez somente em 10.07.2022 em Los Angeles na Cúpula das Américas. J. B. revelou seu interesse no trabalho conjunto entre os dois países para que o gás da jazida de Vaca Muerta, na Argentina, chegue ao Brasil. Sobre isto afirmou o presidente argentino: “vamos desenvolver um gasoduto que vai nos permitir chegar ao limite com o Brasil. Assim o Brasil teria a rede de gás necessária para distribuir internamente”. (FIGUEIREDO, 2022)

Ainda sobre a relação entre Brasil e Argentina, ou a não relação, é preciso lembrar que Bolsonaro recusou ajuda oferecida pela Argentina à calamidade pública ocorrida pelas fortes chuvas na Bahia em 29.12.2021. As enchentes vitimaram fatalmente 24 pessoas e deixou mais de 400 pessoas feridas e 37.324 mil desabrigados e 53.934 mil desalojadas. 141 municípios baianos foram atingidos e 629.398 mil pessoas afetadas. A Argentina pretendia enviar profissionais especializados, logística e apoio psicossocial às vítimas. (Governo Bolsonaro recusa ajuda da Argentina a vítimas de chuva na Bahia. *In*: Folha/UOL: 20.12.2021).

7. Terceiro Governo Lula e a América do Sul

Em 24 de janeiro de 2023, Lula fez a sua primeira viagem ao exterior, à Argentina, Em Buenos Aires expressou a frase: “o Brasil está de volta” logicamente referindo-se ao distanciamento do Brasil e Argentina nos anos Bolsonaro. Lula reintegrou o Brasil à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC. Em seu discurso, afirmou:

Ao longo dos sucessivos governos brasileiros desde a redemocratização, nos empenhamos com afinco e com sentido de missão em prol da integração regional e na consolidação de uma região pacífica, baseada em relações marcadas pelo diálogo e pela cooperação. A exceção lamentável foram os anos recentes, quando meu antecessor tomou a inexplicável

decisão de retirar o Brasil da Celac. É com muita alegria e satisfação muito especiais que o Brasil está de volta. (OLIVEIRA apud LULA, 2023).

Como uma extensão de sua viagem à Argentina, Lula visitou o Uruguai em 25.01.2023. Reuniu-se com o presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou, recebeu o prêmio pela sua atuação em defesa do meio-ambiente e encontrou-se com seu amigo Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai. Declarou Lula em sua visita: “Porque eu voltei a ser presidente do Brasil, não apenas com intuito de ajudar a resolver o problema do povo brasileiro: eu voltei à Presidência da República porque eu acredito no multipluralismo. E quero fortalecer o Mercosul, quero fortalecer a Unasul, quero fortalecer a Celac, e quero brigar por uma nova governança mundial”. (Declaración del presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encuentro con el presidente de Uruguay, Lacalle Pou. - 25/01/2023).

8. Retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela

No dia 29.05.2023. Lula recebeu a visita do Presidente da Venezuela Nicolás Maduro. Na agenda estava marcada uma reunião bilateral entre os dois presidentes sul-americanos. Após oito anos de distanciamento entre Brasil e Venezuela, a vinda de Maduro representou a retomada das relações diplomáticas entre os dois países. Durante a reunião, o presidente brasileiro defendeu a retomada do Conselho de Defesa da Unasul. Afirmou: “Acho que tem que retomar. Para combater o crime organizado, o narcotráfico e para preparar a defesa fronteiriça é preciso ter Forças Armadas coesas, trabalhando juntas e se preparando para garantir a soberania dos países”. (VILELA apud Lula, 2023).

9. Retomada da UNASUL.

Em 30.05.2023 Lula recebeu no Brasil, os presidentes Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou (Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela) e o presidente do conselho de ministros do Peru, Alberto Otárola. Este primeiro encontro poderá representar uma retomada da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Considerações finais

Observamos que a Política Externa de Bolsonaro (quando ocorreu) teve uma característica claramente golpista. O Brasil usou sua musculatura política para fins ideológicos orientados por uma extrema-direita que pretendeu desestabilizar as democracias progressistas. Bolsonaro se comportou como um antípoda sul-americano, irônico o maior país da América Latina ter se tornado um pária em sua própria área de influência, algo inédito do ponto de vista da política exterior. As iniciativas de criação de um bloco político de países sul-americanos, tais como o Grupo de Lima e PRÓ-SUL, fracassaram, o MERCOSUL foi praticamente abandonado, o Tratado de Cooperação Amazônica, foi considerado algo improvável.

Referências

Brasil participou do golpe de Estado na Bolívia, diz Evo a jornal argentino. *In:* Brasil De Fato: 10.06.2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/10/brasil-participou-do-golpe-de-estado-na-bolivia-diz-evo-a-jornal-argentino>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CHADE, Jamil. **Governo Bolsonaro revoga portaria e Maduro pode vir para a posse de Lula.** *In:* UOL Notícias 30.12.2022 Disponível: <h

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/30/governo-bolsonaro-revoga-portaria-e-maduro-pode-vir-para-a-posse-de-lula.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Declaración del presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encuentro con el presidente de Uruguay, Lacalle Pou. - 25/01/2023. *In:* Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-montevideo/noticias/declaracion-del-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encuentro-con-el-presidente-de-uruguay-lacalle-pou-25-01-2023>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FIGUEIREDO, Janaína. **Após primeira conversa com Bolsonaro, Fernández diz ao GLOBO que 'Brasil e Argentina não podem estar brigados'**. *In:* G1. 10.06.2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/depois-de-primeira-conversa-com-bolsonaro-fernandez-diz-ao-globo-que-brasil-e-argentina-nao-podem-estar-brigados.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Governo Bolsonaro recusa ajuda da Argentina a vítimas de chuva na Bahia. *In:* Folha/UOL: 20.12.2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/governo-bolsonaro-recusa-ajuda-da-argentina-a-vitimas-de-chuva-na-bahia.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Bolsonaro 'está arrastando as forças militares do Brasil a conflito armado' com a Venezuela, diz Maduro. *In:* France Presse/G1-Mundo: 14.02.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/14/maduro-acusa-bolsonaro-de-arrastar-brasil-para-conflito-armado.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

Bolsonaro reconhece Juan Guaidó como presidente da Venezuela. *In:* G1: 23.01.2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/23/brasil-diz-que-reconhece-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Daniel. **Prosul: entenda o novo bloco sul-americano.** *In:* Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/prosul/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

Nicolás Maduro toma posse para segundo mandato como presidente da Venezuela. *In:* G1: 10.01.2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/10/nicolas-maduro-tom-a-posse-para-segundo-mandato-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

OHANA, Victor. **Brasil assina carta com Grupo de Lima em que renova compromisso com Juan Guaidó.** *In:* Carta Capital: 15.08.2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/brasil-assina-carta-com-grupo-de-lima-em-que-renova-compromisso-com-juan-guaido/>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

OLIVEIRA, Wesley. **Integração, acordos e protagonismo internacional: qual o saldo da viagem de Lula à Argentina.** *In:* Gazeta do Povo: 24.01.2023. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/integracao-acordos-e-protagonismo-internacional-qual-o-saldo-da-viagem-de-lula-a-argentina/>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

A Política Externa de Bolsonaro para o Oriente Médio à luz do antipetismo

Gabriela Lima Caixeta de Deus

1. Introdução

Neste capítulo iniciaremos nossas considerações acerca das relações entre o Brasil e os países do oeste asiático, mais precisamente países que abrangem o bloco do Oriente Médio (árabe e não-árabe), durante o governo Bolsonaro. Dentre os diversos aspectos que pautaram a política da gestão Bolsonaro para a região, elegemos dois casos notórios na mídia para destrinchar por que o Brasil ganhou destaque na mídia global e de que forma a política externa alterou a imagem que o mundo tinha do Brasil enquanto um país que historicamente intermediava conflitos.

A Política Externa do Brasil (PEB) adotada durante a administração Bolsonaro destoava de uma política externa consolidada historicamente pelo Ministério das Relações Exteriores. Muito embora o Brasil já tenha dado alguns sinais de enfraquecimento das relações anteriormente, em referência a situação de países como Israel e inclusive estabelecido um papel mais coadjuvante nos compromissos junto a outros países da região, ainda durante a condução de Dilma Rousseff, é no governo de Jair Bolsonaro que consideramos uma mudança mais robusta na postura do poder executivo. Uma política externa mais pautada por alinhamentos ideológicos e estéticos, do que o pragmatismo e atenção aos interesses políticos e econômicos do país.

2. Usos e abusos do passado recente: As relações Brasil-Irã

Historicamente o Brasil é reconhecido pela sua relativa autonomia decisória mesmo com mudanças significativas na linha de comando do Poder Executivo. Em diversos momentos é possível apreender que o país se manteve firme em sua agenda e interesses internos, se resguardando de eventual submissão aos interesses das potências hegemônicas, quando não houvesse assim contrapartida. O perfil de uma política externa independente das pretensões norte-americanas, começa a ser traçada ainda no contexto da era Vargas. A conjuntura da segunda guerra mundial aumentou o processo de pressão internacional sobre o Brasil. Para que houvesse cooperação, o país precisava aderir aos interesses estadunidenses e se alinhar contra os regimes totalitários nazi-fascistas em processo de expansão na Europa. No entanto, a política getulista encarou a conjuntura como uma oportunidade de garantir a defesa dos interesses brasileiros, e barganhando nesta negociação junto aos Estados Unidos foram constatados compromissos fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em suma, quando observamos atentamente as pretensões da política getulista, nota-se o desenvolvimento de uma política externa que anseia maior autonomia e independência das imposições norte-americanas. Este perfil de maior independência também enseja a busca por novos mercados, em que o Brasil procura diminuir a dependência da economia americana enquanto se projeta para outras regiões. É dentro deste plano estratégico que as relações entre o Brasil e diversos países do Oriente Médio se consolidam ao longo do século XX e XXI. Entretanto, é importante realizar algumas menções interessantes de contatos estabelecidos anteriormente:

A relação do Brasil com o Oriente Médio começa no século XIX, entre 1871 e 1876, no qual o imperador D. Pedro II fez uma viagem com objetivos pessoais, para a região que hoje, situa a Palestina, Síria e Líbano.

A primeira visita de um chefe de Estado brasileiro, só viria a ser feita, em dezembro de 2003, 132 anos depois, no primeiro mandato de Lula (Schutte et al, 2020, p. 109).

Apesar das relações institucionais terem se tornado mais consistentes apenas na história recente, o Brasil construiu laços e pontes interpessoais com o Oriente Médio ao longo dos séculos. Ainda no século XIX, sob tutela majoritariamente do Império Turco-Otomano, começaram a se formalizar diversos fluxos migratórios. O Brasil recebeu muitas pessoas provenientes da região onde atualmente está o Líbano. A comunidade libanesa no país é bastante expressiva, nomes conhecidos do grande público como Simone Tebet, Fernando Haddad, Almir Sater e Michel Temer são descendentes de libaneses; a relevância destas figuras no cenário nacional comprova as profundas conexões históricas e políticas entre as duas regiões.

Dito isto, para entender as relações entre o Brasil e o Oriente Médio, é relevante destacar que esta região é um caldeirão de diversidades socioculturais e étnicas. De igual modo, determinadas características da região ajudaram a instaurar o leque de possibilidades de papéis que o Brasil poderia exercer.

O que define o Grande Oriente Médio não é a religião, pois a região geopolítica é definida de fora para dentro (como área de conexão geográfica) com Estados que fizeram parte das últimas três grandes civilizações muçulmanas (o Império Turco Otomano, o Persa e a Índia Mogul), além dos Cantos Mongóis e, depois, do Império Russo. A região possui um vácuo de poder, é rica em petróleo e gás, mas sem desenvolvimento industrial nem uma potência hegemônica. São 600 milhões de pessoas englobando 31 Estados, treze dos quais não árabe. Em termos de ambiente natural, mecanismos de sobrevivência, cultura e até de estruturas familiares, a diversidade na região é enorme, inclusive dentro da maioria dos países que a integram. As diferenças regionais internas são vitais para a compreensão da diversidade de respostas dos povos locais as investidas ocidentais (VISENTINI, 2014, p. 3-4).

A ausência de uma potência hegemônica a que o autor se refere é um dos pontos mais importantes para que possamos destrinchar a correlação de forças tangentes na região. Atualmente, Irã (com grande população etnicamente persa e que professa a vertente xiita do islã) e Arábia Saudita (população majoritariamente árabe e que professa a vertente sunita) disputam a hegemonia da região, convertendo os conflitos regionais em rede de interesses para outras potências. Exemplos mais óbvios destes enfrentamentos foram acompanhados na Guerra do Iêmen: de um lado, estão as forças do governo de Abd-Rabbu Mansour Hadi, apoiadas por uma coalizão sunita liderada pela Arábia Saudita, e do outro está a milícia rebelde houthi, de xiitas, apoiada pelo Irã que controla a capital e partes do oeste do país (BBC News, 2022).

Por considerar as relações do Irã mais evidentes ao nível estratégico da região, iniciamos este capítulo tentando compreender os posicionamentos do Brasil em relação ao Irã. O Irã é um país fundamental, não obstante as relações entre Irã e Estados Unidos ainda precisam ser negociadas. O Irã não é um país que pode ser desprezado, mesmo com um regime hostil e militante na causa do antiamericanismo desde a Revolução Islâmica de 1979. Alguns dos fatores históricos e econômicos que explicam a centralidade do Irã no Oriente Médio são delineados por Lampreia (2014):

A geografia do Irã e sua inserção milenar no Oriente Médio formam a base da sua geopolítica. Essa geografia lhe dá importantes trunfos geopolíticos. O planalto iraniano abriga um único país desde da Antiguidade, diferentemente da maioria dos países da península Arábica, cujas fronteiras foram basicamente delineadas pelas potências coloniais até poucas dezenas de anos atrás, formando uma colcha de retalhos em que o petróleo serviu de argamassa e fonte de incomensurável riqueza. Outro ativo geopolítico de peso do Irã é seu longo litoral sul, que bordeja o Golfo Pérsico desde o Shatt al-Arab, na fronteira com o Iraque, no topo do golfo, até o estreito de Ormuz na sua saída. Nenhum dos países da região tem um litoral desta extensão. A importância estratégica do estreito se deve ao fato de ser a mais

importante rota de escoamento do tráfego marítimo petrolífero mundial (entre 1/3 e 40%)

Além da questão logística do Petróleo, é relevante mencionar que o Irã é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil com potencial de expansão e exploração no mercado iraniano. O segmento da agropecuária brasileira que investe em grãos e em carnes do tipo halal¹¹, tem interesse em parcerias comerciais com o Irã. No entanto, a instabilidade política da região requer do Brasil posições elaboradas, para que outras parcerias comerciais importantes (como o mercado estadunidense) não sejam afetadas em razão dos litígios e sanções econômicas que o Irã enfrenta.

No plano estratégico, o Irã desde a revolução islâmica de 1979 se mostrou hostil à existência do Estado de Israel e fonte de maior ameaça à segurança nacional do país. Recentemente já se observa uma série de forças da coalizão anti-Irã se configurando no Oriente Médio. Esta questão possibilitou uma conjuntura situacional em que o problema geopolítico de Israel com os países árabes (ao longo do século XX) tem se tornado cada vez mais flexível.

Governo Biden há meses procura formalizar acordos entre a Arábia Saudita e Israel, em uma tentativa de preparar o terreno para um acordo de

¹¹ Em entrevista para o Jornalista José Luiz Alves Neto em 2019, Ali Saifi, diretor executivo da CDIAL Halal e integrante da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque explica o processo que torna a carne permitida para consumo: Para a carne estar halal, ela tem uma forma de abate que deve ser seguida. No caso do islamismo, o animal tem que estar saudável na hora do abate, o abate deve ser feito por um corte onde se corta jugular, traqueia e esôfago, não pode morrer pelo atordoamento, não pode morrer por uma outra forma. A causa da morte tem que ser a degola, onde se esvai a maior quantidade de sangue possível e o animal tem que ser tratado de forma humanitária, respeitosa, que tenha bem-estar animal. Tem um muçulmano que vê toda a produção e faz ele mesmo o abate. Também depois do abate tem toda a segregação da carne. [...] Tem todo um controle para garantir que aquele animal que foi abatido da forma islâmica correta será a carne certificada e enviada, é tudo monitorado. Disponível em: <https://www.girodobo.com.br/destaques/entenda-o-que-e-carne-halal-e-seu-potencial-de-consumo-em-todo-o-mundo/>

normalização entre os dois países; A Arábia Saudita abriu nesta sexta-feira (15) seu espaço aéreo para todas as transportadoras civis, incluindo todos os voos de e para Israel, em um passo para normalizar as relações entre as duas nações enquanto o presidente dos EUA, Joe Biden, viaja pelo Oriente Médio (CCN BRASIL, 2020).

Notícias como estas têm sido comuns na mídia, o acordo formalizado entre Israel e Emirados Árabes Unidos em 2021 também sinaliza neste sentido. Apesar da importância política da Palestina para as populações do MENA¹², os governos das principais potências econômicas (principalmente da Península Arábica) da região tem tentado se aproximar de Israel. Este processo consiste no esvaziamento da relevância política e ideológica do conflito entre Israel e Palestina. Ao diminuir este conflito, a formação de relações entre Israel e os países árabes parece isolar o Irã. Todas estas informações são relevantes porque EUA - Israel - Arábia Saudita tem influenciado seus aliados a se movimentarem estrategicamente na região a longo prazo. O governo Bolsonaro se atrela a esta conjuntura, às predileções de aproximar o Brasil com as monarquias da Península Arábica posicionam. De acordo com Schutte et al. (2020, p. 117) o alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos, que passou a apoiar monarquias conservadoras que fazem frente à influência iraniana, Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Catar, são países que receberam a visita de Bolsonaro em 2019.

Retomando ao histórico das relações Brasil-Irã, um dos casos mais notórios e divulgados no que tange a projeção brasileira na esfera internacional, remete à prioridade designada pela PEB da administração Lula em relação ao Oriente Médio. Durante o seu primeiro mandato, mas especialmente no segundo, constatamos um interesse no estreitamento dos laços diplomáticos. Este período é apontado por um fortalecimento considerável nas cooperações Sul-Sul, principalmente com a China e com

¹² Sigla na Língua inglesa que se refere a regiões do Oriente Médio e Norte da África.

as nações árabes e africanas, universalizando a PEB, com objetivos bilaterais e multilaterais, com o intuito de construir um mundo multipolar (GOMES, 2021, p. 5).

Em relação ao Oriente Médio, ela (a PEB no governo Lula) apresentou cinco papéis principais, sendo eles: a ponte entre povos e regiões, defensor da paz e direitos humanos, agente promotor de assistência humanitária, agente criador de arranjos políticos, e mediador de conflitos (NOTARI, 2017 apud SCHUTTE et al., 2020, p. 110). Celso Amorim, Chanceler a frente desta política externa ativa e altiva, que buscava mais protagonismo brasileiro no cenário internacional, também ressalta como relevantes os seguintes termos:

Inicialmente, os objetivos desse “pivô árabe” se revestiam de uma aparência predominantemente comercial, mas a aproximação com os países árabes tinha uma dimensão política que certamente não escapava ao presidente (Lula). A busca de mercados diversificados e o esforço para consolidar a multipolaridade se somaram ao anseio legítimo do Brasil por maior participação em questões relacionadas à paz mundial. Do ponto de vista de nossa política externa, a expansão do nosso relacionamento com uma região do mundo até então relativamente pouco explorada pela diplomacia brasileira abria avenidas para o tratamento de temas multilaterais de grande interesse para nosso país. (Amorim, 2015, p.125).

Em relação à política externa dos governos Lula (2003-2010) os pontos iniciais foram a independência nacional, posição contrária à dominação imperialista, respeito à autodeterminação dos povos, solidariedade com os países latino-americanos (SCHUTTE et al., 2020, p.111) Em termos gerais, o Brasil buscava tomar uma parte do poder exercido pelas potências hegemônicas, se relacionando com outras regiões e incitando a construção de acordos e entendimentos conjuntos. Neste sentido, há um grande esforço por parte do corpo diplomático em tornar viável a projeção brasileira, por meio da negociação, da visão estratégica de mediar possíveis interesses em comum. Amorim cita em determinados

momentos sua atuação inclusive nos bastidores, gozando da confiança de líderes israelenses e conferindo apoio para eventuais mediações em diligências em conflitos envolvendo Palestina/Síria e Israel.

Toda essa demonstração de interesse em se projetar como um player relevante nas relações geoestratégicas buscou também avançar o protagonismo brasileiro, evidenciando a reivindicação do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e se liga à própria fundação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em 2006. No Oriente Médio mais especificamente o Brasil foi paulatinamente ocupando um espaço considerável:

Além de ter firmado diversos acordos com os países da região, o presidente Lula ainda foi o responsável pela criação da Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA). Lula também fez questão de aumentar o número de visitas aos países da região, com o objetivo de apresentar o Brasil como um importante parceiro da região, tanto por meio da cooperação nas áreas de comércio e economia, quanto através de um engajamento brasileiro em questões políticas de grande importância em termos diplomáticos, como o conflito árabe israelense e a problemática entre o Irã e a comunidade internacional (Santos, 2015, p. 55-56 apud GOMES, 2021, p. 5).

Principiamos este capítulo neste formato justamente para elucidar algumas pautas que são alvo de disputa de narrativa dentro do bolsonarismo. Precisamos analisar o fenômeno do Bolsonarismo compreendendo o pano de fundo dos usos e abusos da história recente brasileira, incitada por Bolsonaro ou seus seguidores. A Política Externa Brasileira se tornou protagonista nos discursos políticos, atingindo grande relevância durante a campanha eleitoral de 2018, permanecendo ainda na campanha de 2022. Em ambas ocasiões Bolsonaro explorou politicamente o histórico da PEB e converteu a agenda política internacional como prioridade na sua popularidade:

Nas eleições de 2018, a política externa saiu da cozinha e entrou na sala de estar. Mas, em vez de sentar-se educadamente com os demais, causou transtorno e espanto ao subir em cima da mesa. De tema secundário nos

debates eleitorais, os temas ligados à diplomacia e integração regional foram motivo de muita polêmica ao longo da corrida presidencial. (...) a polarização entre petismo e antipetismo, que parece ter atingido seu auge neste ciclo eleitoral, colocou em evidência determinadas relações – chamadas, com conotações negativas, de “ideológicas” – estabelecidas pelos governos do PT com países como Cuba ou Venezuela, símbolos da esquerda autoritária. A utilização eleitoral, como tática de medo, do relacionamento com vizinhos latino-americanos não somente contaminou o debate sobre integração regional, como também disseminou analogias contrárias ao PT, segundo as quais o partido transformaria o Brasil em “uma nova Venezuela” obstruindo qualquer diálogo construtivo sobre o futuro daquele país (CASARÕES, 2019).

Além das relações entre os países das Américas, outro passado resgatado pelo Bolsonarismo foram as controvérsias que envolviam os vínculos criados entre o Brasil e o Irã durante a administração Lula e Dilma. Quando retornamos a fontes¹³ que testemunharam a PEX do segundo governo Lula, configura-se que em paralelo às discussões políticas sobre as relações Brasil-Oriente Médio, também ocorreu um processo de demonização de Lula principalmente no que tangia as relações do Brasil com o Irã. Em 2010, o Brasil se propôs a intermediar um acordo com o Irã versando sobre o acesso a urânio enriquecido para fins pacíficos. A negociação brasileira trabalhava com a proposta de mitigar a desconfiança internacional para que o Irã pudesse utilizar urânio enriquecido a níveis considerados seguros (20%) e garantir que o Irã não utilizaria o material para fins bélicos. Este acordo foi tido com muitas inseguranças principalmente por meio da mídia e da oposição parlamentar. Havia um grau de incerteza de como as relações Brasil-EUA poderiam ser afetadas, alguns parlamentares chegaram a mencionar a época que o Brasil poderia sofrer algum tipo de ataque terrorista ou sanção dos Estados Unidos.

¹³ Relatos de Celso Amorim e fontes de discursos parlamentares

O ponto principal é observar que o interesse brasileiro em intermediar acordos envolvendo o Irã-EUA é robusto, existe uma solidez estratégica conferida em interesses objetivos: comerciais, econômicos, soft-power, influência e poder. Lampreia (2014) indica que para a nossa diplomacia foi uma iniciativa audaciosa que, se tivesse sido bem-sucedida, poderia ter alçado o Brasil a um patamar superior de influência internacional. Havia uma clara demonstração de independência e responsabilidade por parte do governo brasileiro, os Estados Unidos e outras nações começaram a negociar/dialogar com o Brasil sobre temas de segurança internacional.

Mais especificamente em relação ao caso do acesso à energia nuclear ao Irã, este passado recente retornou para o debate público logo no início de 2020. Apesar da Pandemia de COVID-19 ter sido o grande assunto difundido em 2020, o início do ano foi marcado pelo bombardeio do Aeroporto de Bagdá (ordenado por Donald Trump). Esta ação culminou no assassinato do General Qasem Soleimani, comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Iraniana. O Jornal “A Gazeta do Povo” de 2020 traz seguinte trecho de reportagem:

O assassinato do general Qasem Soleimani, um dos homens mais poderosos do Irã, tem impacto sobre a estratégia diplomática de diversos países – inclusive a do Brasil. Pela primeira vez, o governo Bolsonaro revelou publicamente a sua aversão ao regime iraniano ao dar sinais de apoio ao ataque ordenado pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Essa posição do atual governo brasileiro marca uma forte mudança diplomática em relação ao Irã. Em geral, o Brasil tem um histórico de pouca proximidade com governos iranianos, mas não de hostilidade (DESIDERI, 2020).

Nesta conjuntura, esperava-se entender qual seria a posição brasileira diante dos tensionamentos entre EUA e Irã. Desde do início do mandato, Bolsonaro já demonstrava uma condição de subserviência aos interesses norte-americanos. O Palácio do Planalto se cobria do manto de

alinhamento ideológico com o Presidente estadunidense Donald Trump. Jair Bolsonaro, na condição de Presidente da República, em entrevista ao Antagonista declarou:

Muitos acham que o Brasil deve se omitir no tocante aos acontecimentos. Queria dizer somente uma coisa, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva enquanto Presidente da República ele esteve no Irã e lá defendeu que aquele regime pudesse enriquecer Urânio acima de 20% e seria para fim pacífico. Complementaria apenas uma questão, nós temos que seguir as nossas leis, nós não podemos extrapolar. (...) nós queremos paz no mundo (...) o Senhor Lula enquanto presidente, esteve no Irã e lá defendeu naquela época junto ao Senhor Ahmadinejad que aquele país enriquecesse urânio acima de 20%, que era para fins pacíficos. A nossa Constituição diz no artigo 4º, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: a defesa da paz e no repúdio ao terrorismo (O ANTAGONISTA, 2020).

Esta declaração do Presidente Bolsonaro acontece no dia 8 de janeiro de 2020, de forma imediata aos fatos. A imagem que passa para a população é de que o Brasil trabalha instantaneamente para ratificar os atos e ações do presidente americano. Líderes de nações como França, Alemanha e Reino Unido ainda debatiam a situação ocorrida na fronteira iraquiana, demandando por maior estabilidade nas animosidades, enquanto Bolsonaro entendia que era fundamental que o Brasil se colocasse à disposição de alinhamento aos Estados Unidos prontamente. As declarações por parte do governo brasileiro causaram um mal-estar diplomático no Irã, que convocou o embaixador brasileiro para explicar as manifestações do governo (SCHUTTE et al, 2020, p.117).

A resposta ao seu alinhamento incondicional não responde objetivamente por que o Brasil estava instantaneamente aderindo as ações estadunidenses. Na realidade, o presidente utiliza o histórico da PEB para atestar seu compromisso eleitoral, performar a imagem de antagonismo às ações do presidente Lula em relação ao Oriente Médio. O relacionamento com Israel foi inserido na denúncia de uma suposta “ideologização” da

política externa brasileira “pró-árabe” e “esquerdista” dos governos petistas (NASSER, 2020 apud ZIMMER, 2021, p.85). A PEB para o Oriente Médio na gestão de Lula tem um peso considerável no imaginário do Bolsonarismo, a aproximação com Israel e a constante “denúncia” do engajamento de governos petistas em países árabes e o relacionamento com o Irã são alguns dos recortes de enfrentamentos dentro do campo da política externa.

No detalhe, Bolsonaro mais do que um alinhado aos interesses americanos, se demonstrou pessoalmente obediente às relações com Donald Trump especificamente. O engajamento político da família Bolsonaro na reeleição de Trump e as críticas direcionadas a eleição americana de 2021 são alguns indicativos. Em relação à política externa, a administração Trump já endereçava enfrentamentos ao Irã em 2018, ao sair do acordo nuclear com o país construído pela administração Obama¹⁴. Ao anunciar a saída do acordo nuclear, Trump afirmou que "o Irã é o principal Estado patrocinador do terrorismo" e que nenhuma ação desse país foi mais perigosa do que sua busca por armas nucleares (G1,2018). Posteriormente, Bolsonaro começa a trabalhar para validar as medidas de Trump também neste segmento.

¹⁴ O acordo nuclear em questão se refere ao Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês). Acordado pelo Irã e cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas - os Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia, além da Alemanha (o grupo chamado de P5 +1), o documento estabeleceu um teto para o estoque de urânio enriquecido do Irã - material usado para produzir combustível para reatores, mas também armas nucleares - por 15 anos e limita o número de centrífugas para enriquecer o material por 10 anos. Teerã também se comprometeu a modificar um reator de água pesada, de modo que não seja capaz de produzir plutônio - um substituto para o urânio usado em bombas. O acordo foi reforçado pela resolução 2231 do Conselho de Segurança e teve sua implementação iniciada em janeiro de 2016, depois que a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, na sigla em inglês) certificou que o Irã cumpriu seus deveres principais (BBC NEWS, 2018)

Em 2019, quando dois navios iranianos aguardavam o abastecimento no porto de Paranaguá (PR), para transportar 100 mil toneladas de milho, a administração Bolsonaro aproveitou a ocasião para sinalizar a legitimação do Brasil com a política de sanções americanas ao Irã. Segundo a BBC News Brasil, na ocasião do aguardo do abastecimento, a Petrobras se negou a fornecer o combustível, alegando que ela própria poderia sofrer represálias americanas porque os navios são alvo de sanções dos Estados Unidos contra o Irã, e estão na lista negra do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos (CARNEIRO, 2019).

Os navios Bavand e Termeh esperaram o reabastecimento no porto de Paranaguá desde o início de junho, estacionados em frente ao cais, a cerca de 1 km um do outro. Eles foram contratados pela empresa brasileira Eleva Química Ltda. e chegaram ao Brasil trazendo ureia do Irã, matéria-prima usada como fertilizante agrícola. A carga seria dada em troca da compra das 100 mil toneladas de milho, avaliadas em cerca de R\$ 100 milhões. O Irã é o quinto maior comprador do grão produzido no Brasil (...) Nos últimos dias, o presidente Jair Bolsonaro pronunciou-se a favor da decisão. "Sabe que nós estamos alinhados à política deles (dos Estados Unidos). Então fazemos o que tem que fazer", afirmou ao ser questionado sobre o caso (CARNEIRO, 2019).

Esta manifestação do Presidente Bolsonaro, ainda em 2019, traz o nível de disposição para demonstrar a adesão à política trumpista. A situação colocou o Brasil em posição embaraçosa com os seus compromissos comerciais, mais uma demonstração das incertezas provocadas por traços ideológicos do governo. Sem um perfil mediador ou pragmático, Bolsonaro não soube contornar a situação, desprezou um dos principais produtores de fertilizantes do mundo. Os fertilizantes são uma enorme preocupação para o agronegócio, tendo em vista a dependência brasileira para a importação e a instabilidade política de várias regiões que produzem substâncias com esta finalidade, como é o caso do Irã e mais recentemente da Ucrânia. Manutenção de diálogo ou não-enfrentamento

direto com mercados produtores de fertilizantes seria algo a se esperar de um governo que se considera favorável ao eixo do agronegócio brasileiro.

IMAGEM 1: Carlos Latuff (2020) via twitter declara “Se não bastassem os problemas domésticos que o Brasil enfrenta, muitos deles causados pelo (des)governo Bolsonaro, agora corremos o risco de nos meter na guerra #IranVSAmerica, tudo porque temos no Palácio do Planalto um capacho de Donald Trump! Charge: @brasil247”



FONTE: <https://twitter.com/latuffcartoons/status/1214968245259780096?lang=ar-x-fm>

A charge acima foi difundida nas redes sociais em 2020 e sintetiza a sensação de que o Brasil estava se auto conduzindo para problemas que agradariam a agenda estadunidense da administração Trump. É importante lembrar, no entanto, que, durante a segunda gestão, o governo Lula também sofreu duras críticas pelo envolvimento brasileiro na questão nuclear iraniana, com diversas manifestações de parlamentares se preocupando com a responsabilidade brasileira diante de problemas de

ordem estrutural na segurança global. Ainda assim, a atenção do governo se voltou em comprovar a capacidade brasileira, elencando objetivos racionais e concretos, endereçando a forma como o Brasil poderia ser visto internacionalmente. No caso das decisões assumidas pelo governo Bolsonaro ficou clara a determinação ideológica, subserviente e a falta de proposições plausíveis para administrar as posições persistentes na direção estadunidense.

Na perspectiva discursiva-ideológica, vale mencionar o texto de Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, *Trump e o Ocidente* (2017), no qual ele acredita que Trump teria um papel central de defesa do Ocidente, em que o Brasil também estaria incluído. O Ocidente seria uma união define pela identidade histórica e cultural, caracterizada pelas “obras de arte que honram a Deus” (ARAÚJO, 2017, p. 328 apud SCHUTTE et al, 2020, p.112) e celebração pelos heróis e suas conquistas, entretanto estaria ameaçada pelo “terrorismo islâmico radical” e perda da identidade nacional (SCHUTTE et al., 2020, p. 112).

O próximo capítulo tratará de uma das extensões mais importantes para o governo Bolsonaro no Oriente Médio, a relação íntima com o Estado de Israel. A aproximação com Israel deve ser entendida à luz do antipetismo presente na candidatura de Bolsonaro, na crítica das relações prioritárias com países como Venezuela e Cuba (ZIMMER, 2021, p. 84). A adesão brasileira na conformação anti-Irã que se concretiza paulatinamente, também possui uma conexão profunda para o tipo de mensagem que o governo Bolsonaro queria passar ao país que mais ameaça Israel na região. Presente em diversas manifestações pró-bolsonaro, a bandeira de Israel se incorporou à estética bolsonarista e as relações entre Brasil e Israel se aprofundaram.

3. O Estado de Israel na estética Bolsonarista: Uma relação umbilical

Um dos pilares mais explorados em termos de Oriente Médio pelo Bolsonarismo é a relação com o Estado de Israel. A bandeira de Israel se

incorporou à colcha de retalhos de símbolos do movimento bolsonarista, recorrente em diversas manifestações de apoio ao ex-presidente da república e no próprio meio neopentecostal com associações políticas. Fora da política, o Estado de Israel por si já ocupa um espaço intrigante no imaginário evangélico. A pressão para um fortalecimento das relações com o estado judeu não é recente, na realidade Gonçalves (2015) aponta para um histórico extenso para o grupo que reivindicava o desenvolvimento das relações com Israel:

Entre os assuntos explorados pelos deputados federais evangélicos na Câmara, cabe destacar o posicionamento deste grupo sobre o Estado de Israel. Se antes da criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) já era possível identificar os posicionamentos favoráveis às políticas empreendidas por Israel no Oriente Médio, a partir da criação da Frente em 2003 esses laços estreitaram-se, demonstrando a simpatia dos evangélicos pela causa israelense, sendo que, em diversas ocasiões, o apoio evangélico pela predominância bélica e domínio de Israel na região é sustentado por argumentos bíblicos, visto que não são poucas as ocasiões que os evangélicos descrevem Israel como a —Terra Prometida, um Estado criado através de uma —visão profética, o —berço da salvação de um povo escolhido por Deus. A Bíblia, segundo os evangélicos, abençoa o povo judeu e sua terra, narra acontecimentos que ocorreram na região onde hoje está situado o país, identificado como —território sagrado (GONÇALVES, 2015, p. 3)

A presença de lideranças evangélicas no parlamento brasileiro aumentou a pressão por pautas ideológicas fundamentadas na fé. A influência da bancada da bíblia paulatinamente conquista lugar, viabiliza espaço para o protagonismo de figuras como Marco Feliciano, Magno Malta e Silas Malafaia. Para os evangélicos, Israel representa um caso raro de país desenvolvido em um curto espaço de tempo, desenvolvimento este que surgiu na mesma região das raízes da crença e da fé (GONÇALVES, 2015, p. 245).

A posição brasileira em relação ao conflito Israel-Palestina não era de neutralidade. Na realidade, o Brasil assinalou em diversas

circunstâncias posições pró-Palestina. Em 2014, após bombardeios na Faixa de Gaza, o governo Dilma convocou o embaixador em protesto, além disso ampliou a cooperação com a Palestina, por meio da Agência Para os Refugiados Palestinos da ONU (UNRWA) e a ANP (SCHUTTE et al, 2020, p. 110-111). A desigualdade de condições de defesa da Palestina por efeito da disparidade militar entre as duas regiões é uma das linhas que o Brasil adota ao convocar o embaixador brasileiro em Israel.

Israel lamentou nesta quinta-feira (24) a decisão do Brasil de chamar para consultas seu embaixador em Tel Aviv, uma decisão que, segundo o governo israelense, "não contribui para encorajar a calma e a estabilidade na região" e chamou o país de "anão diplomático" por causa do gesto. O porta-voz do ministério das Relações Exteriores, Yigal Palmor, disse que a decisão brasileira "não reflete o nível de relação entre os países e ignora o direito de Israel de defender-se". De acordo com a publicação "The Jerusalem Post", Palmor afirmou que a medida "era uma demonstração lamentável de como o Brasil, um gigante econômico e cultural, continua a ser um anão diplomático" (G1, 2014).

Jair Bolsonaro na condição de Deputado Federal enviou Carta de apoio à embaixada de Israel. Nela, expressa total apoio ao massacre promovido pelo exército sionista em Gaza – que já causou mais de 1.400 mortes, incluindo crianças, idosos e mulheres (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2014). Este é um dos episódios que rendeu visibilidade para o deputado na época, resultado da aproximação com lideranças neopentecostais no Congresso. Bolsonaro ainda ressaltou na carta que “a maioria dos brasileiros dotados de cultura, dignidade e bom senso está com o povo de Israel e contra o terrorismo, sempre ao lado da democracia, da liberdade e do respeito aos verdadeiros direitos humanos” (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2014). Com estes acenos, Bolsonaro também dialogava com um perfil de eleitor que não compreendia muito bem por que o Brasil se colocava pró-Palestina, dentro da conjuntura de

guerra ao terror e das afirmações na mídia incluindo grupos palestinos ao terrorismo.

Outro episódio marcante nas relações Brasil-Israel aconteceu no governo Temer. Arie Kacovicz, professor de Relações Internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalém destacou para a BBC News uma série de viagens de Estado realizadas em 2017 por Benjamin Netanyahu pela América do Sul, na ocasião o Primeiro Ministro evitou a passagem pelo Brasil, maior parceiro comercial de Israel na região:

“Pode ser que a instabilidade política interna tenha sido o motivo. Mas é capaz que Temer não queira que Netanyahu o visite agora. Não podemos esquecer que houve uma crise diplomática com o Brasil há pouco tempo”, disse Kacovicz, se referindo ao imbróglio diplomático envolvendo o indicado israelense à embaixada em Brasília, Dani Dayan, que foi recusado pelo governo Dilma Rousseff, em 2015 (BBC News, 2017).

Em 2016, em visita a Israel, Bolsonaro ganha cada vez mais espaço entre o eleitorado evangélico, sinalizando através de uma cerimônia de batismo realizada pelo Pastor Everaldo vinculado a Igreja Assembleia de Deus, nas águas do Rio Jordão. Em um movimento simbólico, Bolsonaro que já tinha uma forte ligação com a chamada “bancada da bíblia”, fortalece ainda mais estas conexões e transforma a sua persona pública para o eleitorado para se aproximar cada vez mais de um perfil religioso.

Durante sua candidatura, o governo Jair Bolsonaro fez questão de salientar a importância de Israel na sua política externa, sua proposta de governo cita o país do Oriente Médio cinco vezes ao longo do texto, sempre como um parceiro estratégico ou um exemplo a ser seguido (ZIMMER, 2021, p. 84). O Estado de Israel no imaginário bolsonarista se concretiza com a vinda do primeiro-ministro de Israel para a cerimônia de posse de Bolsonaro, a visita gerou comentários na mídia e comemoração entre os apoiadores de Bolsonaro. A visita de Benjamin Netanyahu em

dezembro de 2018, foi a primeira em que um primeiro-ministro vem para o Brasil desde a fundação do Estado de Israel em 1948 (SCHUTTE, 2020, p.111).

O apoio popular em relação à aproximação do Estado brasileiro ao de Israel é algo novo que aconteceu na política brasileira, isso ficou perceptível na posse de Jair Bolsonaro em 2018, que contou com apoiadores segurando bandeiras de Israel (SCHUTTE, 2020, p.111). Desde das eleições de 2018 a bandeira de Israel faz parte material da identificação bolsonarista, em diversos eventos de apoio ao presidente Bolsonaro símbolos do Estado de Israel aparecem nas manifestações. O simples alinhamento de Bolsonaro, ainda enquanto deputado, as pautas de conservadorismo religioso por si só não explicam essa correlação. Os usos e abusos contínuos dos símbolos nacionais do Estado Judeu trabalham no imaginário bolsonarista uma correlação de forças originárias, as quais viabilizaram a ascensão de Bolsonaro a Presidência da República.

Essa identificação que Jair Bolsonaro apresenta à Israel responde três pautas, a primeira, uma associação com a base evangélica, em segundo lugar, o alinhamento automático com os EUA, apresentado por trás de uma ideologia de defesa da democracia a partir da aliança judaico-cristã e, por último, o combate à “esquerda”, de forma polarizada, e relacionado principalmente a uma cruzada aos resquícios da suposta dominação da política externa brasileira pelos governo de esquerda anterior que, segundo o governo, culminou uma política contrária aos interesses israelitas e pró-terrorista (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020 apud SCHUTTE et al., 2020, p. 112).

Estas três pautas fazem parte das bases de origem e fundamentação do Bolsonarismo, a presença da bandeira de Israel no contexto brasileiro tem, portanto, um significado próprio e apropriado. Incorporada a política nacional repentinamente, a simbologia da bandeira de Israel dialoga com parte do eleitorado evangélico, dentro das vivências da religião a região é mencionada (historicamente) com certa frequência.

FIGURA 2: Bandeira de Israel aparece com frequência em ato pró-governo Bolsonaro.



FONTE: BBC News Brasil (2020)

Casarões (2021) analisa a seguinte correlação de forças em torno da base de apoio de Bolsonaro: Bíblia (os evangélicos), boi (os ruralistas), bala (os militares), bancos (os liberais) e Bolsonaro (os anti-globalistas), sendo o grande desafio será entender o equilíbrio que prevalecerá. Esta base de apoio influencia a PEB e a correlação de forças em alguns momentos se torna conflituosa. No caso do conflito Palestina-Israel, a bancada ruralista tenta proteger seus interesses quanto aos mercados importadores.

Como identificado no capítulo anterior, a conjuntura de forças situacionais na região vem se modificando no sentido de enfraquecer a relevância ideológica do conflito entre Israel e Palestina. No entanto este tópico não deixou de ser sensível e os boicotes aos produtos brasileiros. Em visita a Israel em 2019, Bolsonaro reforça a mensagem da transferência

da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Dutra questiona a razoabilidade da transferência: “Essa ideia tem muito a ver com parte dos apoiadores evangélicos, mas a mudança afeta outro grupo de eleitores, os produtores rurais do Centro-Oeste, que são mais numerosos e têm mais poder que os religiosos” (IG, 2019). Ao final de outubro de 2020, o Embaixador israelense no Brasil, Yossi Shelley, cobrou o governo brasileiro pela sua promessa, afirmando “Esperamos a mudança” em uma live realizada com o filho do presidente e deputado federal, Eduardo Bolsonaro (MARQUES, 2020 apud SCHUTTE et al., 2020, p.112).

A proposta de realocação da embaixada, segue a linha de orientação da política externa brasileira, regendo-se a partir de uma subserviência aos interesses e ações do governo estadunidense de Donald Trump. No início de 2017, o governo Trump transferiu sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, como prometido em campanha eleitoral, divergindo do consenso da comunidade internacional, que preserva suas embaixadas em Tel Aviv de forma a indicar neutralidade no conflito (SCHUTTE et al., 2020, p.112).

A transferência da embaixada brasileira também demonstra um alinhamento específico à política externa de Trump. No início de 2017, o governo Trump transferiu sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, como prometido em campanha eleitoral, divergindo do consenso da comunidade internacional (SCHUTTE et al., 2020, p.112). Bolsonaro seguiu esta decisão ao menos preparando a opinião pública para a mudança respaldado na iniciativa de Trump, se desalinhando da histórica política de alinhamento do Brasil com a causa Palestina. Esta pauta fere interesses divergentes, apenas a verbalização da mudança da embaixada foi suficiente para afligir setores que comercializam produtos básicos como frango, milho em grãos e minério de ferro (maior parte dos produtos exportados para o Oriente Médio. Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos foram os principais compradores em 2018, tendo sido o destino de 66% das exportações do Brasil ao Oriente Médio. Israel, de quem

Bolsonaro tentou se aproximar, aparece em sexto lugar com 3,3%, depois de Omã (6,9%) (IG, 2019).

Uma das decisões mais concretas até 2019 foi a abertura de um escritório comercial em Jerusalém como uma sinalização para a bancada evangélica de que as negociações para a transferência da embaixada brasileira estavam se encaminhando:

A decisão de instauração do escritório desagradou não só as autoridades palestinas, mas também países islâmicos que são importantes parceiros comerciais e, conseqüentemente, da bancada ruralista. A Autoridade Palestina condenou a decisão do governo, assim como o Conselho da Liga dos Estados Árabes, que divulgou um comunicado criticando a ação do governo pelo que representaria “uma grave regressão e violação do status legal internacional”. Internamente, a principal fonte de resistência foi a bancada ruralista do Congresso, liderada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), e que representou uma importante base de apoio à eleição de Bolsonaro. A bancada temia as retaliações que poderiam ser causadas pela decisão e suas implicações ao mercado nacional exportador de carne, que já havia sofrido com o descredenciamento de frigoríficos na Arábia Saudita em janeiro de 2019 (SCHUTTE et al., 2020, p. 113).

A fala do vice-presidente, Hamilton Mourão, negando a possibilidade de concretização da transferência, e contradizendo Bolsonaro ao apontar o reconhecimento do Estado palestino, traz à tona os diversos conflitos de interesse na pauta até mesmo dentro do governo (MAIA, 2019 apud SCHUTTE et al., 2020, p. 113). Por causa do envolvimento ideológico e apesar das pressões internas, o governo Bolsonaro continuou aderindo a agenda de interesses israelenses. Em novembro de 2019 o governo Brasileiro votou contrariamente a uma resolução sobre as Colinas de Golan que condenava a ocupação Israelense naquele território (CHADE, 2019 apud ZIMMER, 2021, p. 86). O governo Bolsonaro agia na contramão de decisões da maior parte da comunidade internacional, embora alinhado com as decisões de Trump, o Brasil não tinha o mesmo poder de negociação e em alguns momentos a imagem do

país foi enfraquecida principalmente quando comparada a uma PEB mais voltada para a conciliação de conflitos.

Para além da explicação religiosa, o governo Bolsonaro buscava justificar as relações Brasil-Israel na perspectiva da transferência tecnológica. Em comparação com a Palestina, Israel tem um potencial imponente em relação ao desenvolvimento tecnológico e a estratégica relação com os Estados Unidos.

A prioridade dada às parcerias sul-sul é também criticada dada a ausência de ganhos econômicos advindos de relações com o terceiro mundo. Nesta visão, para atingir o desenvolvimento no mundo moderno, o Brasil precisa se aliar a países desenvolvidos, “se nós quisermos esse desenvolvimento tecnológico que ficou subaproveitado e parado por muito tempo precisamos desses parceiros. O relacionamento com países desenvolvidos, como Israel, atende aqui ao verdadeiro interesse do povo brasileiro (ZIMMER, 2021, p. 85).

Entretanto, alguns episódios mostram que o governo Bolsonaro utilizou a imagem e o potencial tecnológico Israelense de forma atrapalhada. Durante a pandemia de Covid-19, a corrida por medicamentos e vacinas foi um dos principais assuntos entre os líderes mundiais. Bolsonaro procurou novamente dar destaque para sua relação com Israel e os ganhos de uma possível parceria tecnológica. Uma comitiva foi formada para negociar a compra de um spray nasal que atuaria como medicamento para a COVID-19. Sobre o medicamento Bolsonaro na época afirmou:

Como é para ser usado em quem está hospitalizado, quem está em UTI, eu acho que não tem problema nenhum usar esse spray no nariz do cara. O que é esse spray? Não sei, mas o que acontece: esse produto, há 10 anos, estava sendo investigado, estava sendo estudado para outro tipo de vírus (...) ao comentar o resultado de testes preliminares do medicamento, Bolsonaro disse que “parece que é um produto milagroso” (ESTADO DE MINAS, 2021)

No entanto, a mesma reportagem cita o estágio preliminar que se encontrava o medicamento, sem divulgação de informações elementares

como a idade dos envolvidos no experimento. A resposta da sociedade científica majoritariamente foi de críticas ao presidente por apoiar um medicamento ainda com estudos incipientes, mas ignorar vacinas que já estavam em estado avançado. É intrigante o uso da palavra milagroso, considerando a origem do medicamento, Bolsonaro atribui características do maravilhoso em algo que naquele momento era primordial o rigor científico.

Finalizo este capítulo convidando o leitor a refletir sobre o peso de um Estado de Israel idealizado pelo imaginário Bolsonarista. O real Estado de Israel se consolida a partir de intervenções militares na Palestina, onde se estrutura um Estado dentro de um Estado. A construção de um nacionalismo recente, mas bem enraizado em questões étnicas e culturais é algo que definitivamente atrai o Bolsonarismo. Bolsonaro tentou construir um projeto de nacionalismo se valendo de bases religiosas, míticas e na esfera econômica ao neoliberalismo.

O país do Oriente Médio representa tudo o que Bolsonaro deseja para o Brasil: um país desenvolvido, nacionalista - face aos desígnios do globalismo contra sua existência -, governado por um primeiro-ministro de extrema-direita e firmemente atrelado a sua identidade religiosa. A aproximação com a nação de Israel sintetiza a vontade de Bolsonaro emular este outro, num simbolismo que não separa o interesse material pelo desenvolvimento do Brasil do interesse ideacional na defesa dos valores civilizacionais (ZIMMER, 2021, p. 89)

Israel representa um pilar simbólico essencial para o Bolsonarismo, na região é o país de maior influência e proximidade com a gestão Bolsonaro. O nacionalismo israelense atrelado a religiosidade e a defesa constante contra a Palestina são alguns dos traços que Bolsonaro tentou construir conforme a realidade brasileira e as circunstâncias sul-americanas. As referências em comum, como proferidas nos discursos de ataque aos países vizinhos como a Venezuela e os usos da religião como

plataforma política podem ter diversas fontes, mas Israel é um caso intrigante para fazer correlação.

Referências

A guerra esquecida no lêmén: 8 anos de conflito e 700 ataques aéreos em um mês. **BBC News**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60758741>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa ativa e altiva**. 1ª Edição. Saraiva, 2015.

BBC NEWS. 7 perguntas para entender o acordo nuclear com o Ira que Trump pode abandonar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44035312>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BLAINE, Kyle. MACKINTOSH, Eliza. Arabia Saudita abre espaço aéreo para voos israelenses. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/arabia-saudita-abre-espaco-aereo-o-para-voos-israelenses/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Bolsonaro elogia Israel e pede desculpas por posicionamento do Brasil. **PRAGMATISMO POLÍTICO**, 2014. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/bolsonaro-elogia-israel-e-pede-desculpas-por-posicionamento-brasil.html>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CASARÕES, Guilherme. **Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro**. Pensamiento propio, v. 24, p. 231-274, 2019.

GOMES, Maiko. Construção de Cenários do Governo Bolsonaro Acerca das Relações Entre Brasil e Oriente Médio | Bolsonaro Government's Construction of Scenarios About Relations Between Brazil and The Middle East. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicações.uerj.br/index.php/neiba/article/view/54112/38162>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **Discursos sobre a —Terra Prometida||**: as relações entre a frente parlamentar evangélica e o Estado de Israel. Cadernos de

Estudos Sociais, Recife, v.30, n. 2, p. 99-129, jul/dez, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Israel chama Brasil de ‘anão diplomático’ por convocar embaixador. **G1**, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/israel-lamenta-decisao-do-brasil-de-convocar-embaixador-em-tel-aviv.html>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

KRESCH, Daniela. Após evitar Brasil em visita a América do Sul, premie de Israel deve encontrar Temer em NY. **BBC News**, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41232525>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

LAMPREIA, Luiz F. **Aposta em Teerã: O acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

LATUFF, Carlos. **Se não bastassem os problemas domésticos que o Brasil enfrenta, muitos deles causados pelo (des)governo Bolsonaro, agora corremos o risco de nos meter na guerra #IranVSAmerica, tudo porque temos no Palácio do Planalto um capacho de Donald Trump! Charge @brasil247**. 2020. Twitter: @LatuffCartoons. Disponível em:<https://twitter.com/latuffcartoons/status/1214968245259780096?lang=ar-x-fm>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MARTINS, Carlos. **A política externa personalista de alinhamento automático entre Donald Trump e Jair Bolsonaro**. OBSERVARE: Universidade Autónoma de Lisboa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5532>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MENEM, Issam. **O Oriente Médio na Agenda Brasileira de Cooperação Sul-sul (2000-2020)**. Revista Conjuntura Global. v. 9 n. 2. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/n_eiba/article/view/54112/38162>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MOTTA, Anais. Por que a visita de Bolsonaro a Israel interessa ao agronegócio. **IG**, 2019. Disponível em <<https://economia.ig.com.br/mrccados/2019-03-31/visita-de-bolsonaro-a-israel.html>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

O ANTAGONISTA. **Bolsonaro critica relação de Lula com o Irã**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGezk26-AR4&t=5s>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SCHUTTE, R. G.; TEIXEIRA, F. P. A.; SOPRIJO, G; MEIRELLES, I; SANTOS, K.; SANTOS, H. V. **Entre ideologia e pragmatismo**: a dinâmica das relações Brasil-Oriente Médio em 2020. In: A política externa de Bolsonaro na pandemia. Org.: Diego Araújo Azzi, Gilberto Marcos Antonio Rodrigues e Ana Tereza Lopes Marra de Souza. Observatório Política Externa Brasileira: São Paulo, 2020. Acesso em: 18 jul. 2023.

Trump anuncia retirada dos EUA de acordo nuclear com o Irã. **G1**, 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VISENTINI, Paulo. **O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WENECK, Natasha. Aposta de Bolsonaro em spray nasal e ironizada pela imprensa internacional. **Estado de Minas**, 07 mar. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/03/07/interna_internacional,1244159/aposta-de-bolsonaro-em-spray-nasal-e-ironizada-pela-imprensa-internacional.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZIMMER, Luiz. **A Religião na Política Externa do Governo Bolsonaro: Pentecostalismo e Israel**. 114p. (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Sócio Econômico, Florianópolis, 2021.

O Tabuleiro de Xiangqi: a Economia do Dragão e o Agronegócio Brasileiro.

Gilberto de Souza Vianna

Como em jogo de Xiangqi¹⁵, a República Popular da China está engajada em uma expansão global. Assim como no xadrez ocidental, no jogo de Xiangqi, controlar o centro do tabuleiro é fundamental para garantir uma boa posição e mobilidade das peças. Portanto a China se coloca apta para competir em diversas áreas do Poder Nacional, sendo elas: Ideológica, Econômica, Militar e Política, segundo a divisão proposta pelo “IEMP” Model, elaborado pelo sociólogo americano Michael Mann.

A China já no final do século XX, era detentora de uma indústria de bens de consumo altamente desenvolvida, evoluindo na qualidade dos produtos e obtendo competitivamente nos mercados mundiais com o binômio preço e qualidade, a China aposta ainda em uma indústria produção de tecnologicamente avançada, fruto de pesquisa e de um programa de valorização de pesquisa em suas universidades, com pesquisas não apenas calcada em processos de engenharia reversa mas também em uma forte produção acadêmica e com uma sólida infraestrutura de construção civil. Como no Xiangqi, as peças são colocadas em pontos interseccionais e não em quadrados como no xadrez ocidental.

No entanto o grande Dragão Chinês, tem uma parte vulnerável em seu jogo de Xiangqi tabuleiro, é vulnerável no tocante a produção e

¹⁵ Também conhecido como Xadrez Chinês, é um jogo de tabuleiro popular na China tem sua origem durante a dinastia Han (206 a.C. a 220 a.C.)

alimentos, a china é grande importadora de commodities como carne bovina, soja, pescados etc. no entanto pelo fato de ser uma grande compradora e investidora mundial nesta área de alimentos pode de certa forma ditar o preço dos commodities e movimentado suas peças no tabuleiro a China tem investido em compra de terras e fazendas na América Latina¹⁶ e em recuperação de áreas degradadas na África vocacionado as mesmas áreas para a agricultura¹⁷. Portanto, ao buscar novos fornecedores também diminuir sua vulnerabilidade em alimentos e de certa forma por ser grande consumidora aumentar a dependência dos países produtores de commodities em relação a China, que deste modo reverte a sua situação de vulnerabilidade no campo de alimentos. A China atingiu o topo dos mercados globais apoiados por uma estratégia liderada pelo Estado que estimulou e explicitamente incorporou o setor privado na economia.

Assim como o jogo de Xiangqi e ao contrário do Xadrez ocidental as peças são colocadas nas interseções e não nos quadrados. Desta forma está na interseção o sistema econômico adotado pelo XIV Congresso do Partido Comunista Chinês (PPC) em 1992, foi a “Economia Socialista de Mercado”, segundo Cabestan:

A “economia socialista de mercado” é, à primeira vista, um conceito paradoxal. De fato, como combinar uma organização econômica fundada, sobre tudo, na Planificação com um sistema de oferta e procura, e, portanto, de fixação e preços, que decorre essencialmente do mercado? Todavia, é esse o princípio que, desde 1992, justifica o abandono de qualquer plano imperativo na China e a integração progressiva da economia chinesa na economia mundial, a crescente privatização das empresas e a generalização dos mecanismos

¹⁶ <https://exame.com/colunistas/negocios-da-china/o-apetite-chines-por-terras-no-brasil/> (acesso em 20 de junho de 2023).

¹⁷ http://www.focac.org/eng/zfgx_4/jmh/202305/t20230531_11086296.htm (acesso em 20 de junho de 2023).

do mercado” (Cabestan, Jean-Pierre in Sanjuan, Thierry (org), 2009, P 177).

Como fala Carol Wise (2021) Desde a criação da República Popular da China (RPC) em 1949 e a busca do país por aliados afins, a relação da China com a região da América Latina e Caribe (LAC) superou as expectativas mais loucas que alguém poderia ter. Isto que começou há cerca de 70 anos como um esforço de alcance político pela RPC está muito perto de se tornar um dos novos vínculos econômicos Sul-Sul mais fortes em toda a região do Pacífico, os enormes fluxos de divisas estrangeiras os anos 2000 abriram novas oportunidades para reduzir a pobreza, a expansão do crédito no plano doméstico, a reforma tributária e o investimento produtivo. Ao mesmo tempo, o boom promoveu condições que empréstimos à corrupção, gastos populistas e a reversão geral das reformas.

1. O início da reaproximação Brasileira com a China no governo de Ernesto Geisel

O Brasil tem atualmente a China como seu principal parceiro comercial, respondendo por (31,28%)¹⁸ das importações brasileiras e movimentando um montante de US\$ 87,696 bilhões ano¹⁹, as vendas de produtos brasileiros para a China representaram um superávit de US\$ 23,3 bilhões para o Brasil²⁰. Como no jogo de Xiangqi a expansão comercial Chinesa no Brasil foi feita de forma planejada e bem gradual, a tática empregada pela China tanto na arte de jogar o jogo de Xiangqi , quanto na

¹⁸ Em segundo Lugar fica os Estados Unidos: US\$ 31,104 bilhões (11,09%).

¹⁹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/04/balanca-comercial-veja-rankin-g-dos-principais-parceiros-do-brasil-em-2021.ghtml> (acesso em 20 de julho de 2023).

²⁰ <https://www.infomoney.com.br/mercados/china-da-superavit-de-us-223-bilhoes-a-balanca-comercial-brasileira-mas-ajuda-perdida-folego-diz-fgv/> (acesso em 20 de julho de 2023).

arte de fazer política de Estado estão explícitos na estrutura do pensamento filosófico chinês:

Em suma, o pensamento chinês não procede tanto de maneira linear ou dialética e sim em espiral. Ele delimita seu objetivo não de uma vez por todas mediante um conjunto de definições, mas descrevendo ao redor dele círculos cada vez mais estreitos. Isso não é sinal de um pensamento indeciso ou impreciso, mas antes de uma vontade de aprofundar um sentido mais que de esclarecer um conceito ou um objeto de pensamento. Aprofundar significa deixar descer cada vez mais fundo dentro de si, em existência, o sentido de um lição (tirada da frequência assídua dos Clássicos), de um ensinamento (prodigalizado por um mestre), de uma experiência (vivência pessoal). Cheng,2008, -31)

O crescimento de uma parceria estratégica da China com o Brasil, surge de um planejamento baseado nesta forma de pensamento espiral, onde perdas e ganhos são assimilados porem o objetivo é constante e perseguido por vezes de forma imperceptível, da mesma forma que um experiente jogador do jogo de Xiangqi. Inclusive a analogia entre o pensamento filosófico o jogo de Xiangqi e a arte de fazer política do Estado Chinês, são muito apropriadas, e inteligível quando fazemos um a rápido exercício históricos das relações China-Brasil partindo da segunda metade do século XX.

O Brasil é grande fornecedor de commodities para China, e além de produtos minerais a China compra ferozmente nossa produção agropecuária. Como escreve Sheng (2021. P.187): “Na década de 1960, a China estava comprando muitas coisas que a América Latina deseja vender. Pondo de lado Cuba, o comércio sino-latino-americano era um só sentido e consistia em compras chinesas de trigo, algodão, carne congelada, cobre e nitratos. As missões comerciais chinesas concentravam-se nos países mais importantes da América Latina como México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Tal comercio ainda se fazia em escala reduzida, pois o que a china importava desses países

representava 12% de suas importações totais e 17% das suas importações do mundo ... Embora em pequena escala, este comércio importante para esses países latino-americanos, pois diversificava seus mercados de exportação, ajudaria a reduzir o déficit comercial pelo pagamento à vista em moedas conversíveis e, além disso, os preços ou eram mundiais ou ligeiramente mais altos”.

Esta parceria comercial com a República Popular da China e o Brasil se torna oficial em 1974, a China era governada pelo Líder da Revolução Comunista Chinesa Mao Tsé-Tung²¹ e o Brasil estava sob o governo do Ernesto Geisel. Ernesto Geisel foi presidente do Brasil de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Geisel foi um general que fez parte do movimento tenentista durante a revolução de 1930 e, ainda em 1949, foi um dos componentes do grupo de estudo para criação da Escola Superior de Guerra (ESG), fazendo, posteriormente, parte do Corpo Permanente (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 131). Geisel assistiu a diversas conferências ministradas na ESG por San Thiago Dantas, ex-chanceler e ministro da Fazenda do governo de João Goulart. San Thiago Dantas estabeleceu, durante o governo João Goulart, uma “política externa independente”.

Na presidência, Ernesto Geisel começa a seguir um caminho semelhante, o de estabelecer uma política externa pragmática e independente. Esta guinada na política externa estava diretamente relacionada à sobrevivência do regime iniciado em 1964, impulsionado por uma crise econômica inflacionária e energética advinda da crise internacional do petróleo de 1973. Tal política pode ser vista em relação ao reconhecimento imediato da independência das ex-colônias

²¹ Mao Tsé-Tung, em chinês tradicional: 毛澤東; chinês simplificado: 毛泽东; Mao Tsé-Tung pela transliteração Wade-Giles, ou Mao Zedong, pela pinyin.

ultramarinas portuguesas²², a partir de 1974, que tinham estabelecido no poder governos comunistas apoiados pela União Soviética. O professor Moniz Bandeira, em seu livro, indica que:

O general Geisel ainda contou, em suas memórias, que, quando o Brasil reconheceu o governo do MPLA, logo lhe disseram: “É um país comunista, os Estados Unidos estão subsidiando a revolução contra o Governo de Angola, e nós somos solidários com os Estados Unidos”. E ele prontamente redarguiu: “Não, nesse ponto eu não sou solidário. Acho que os Estados Unidos não têm o direito de fomentar a revolução em outro país”...E perguntou: “Que têm os Estados Unidos de intervir no país e lá provocar uma revolução? Não temos nada com isso, não temos nada com a UNITA. No passado sempre transacionamos com Angola e agora temos interesse em trazer o **Petróleo** de lá”. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 365)

A diplomacia por petróleo estava na pauta da política independente do governo do general Ernesto Geisel, assim como a busca de equilíbrio na balança comercial levou o regime a uma aproximação da República Popular da China:

Foram algodão e, em especial, açúcar e ferro-gusa, os produtos que sustentaram as primeiras trocas comerciais, que alcançaram aproximadamente US\$ 71 milhões em 1972. A China era um tradicional importador de açúcar de Cuba, mas, em 1971, uma safra ruim impediu o país caribenho de atender à demanda chinesa. Nesse contexto, o Governo de Pequim fez chegar à Brasília uma mensagem à Brasília sobre o desejo de adquirir o açúcar brasileiro. No ano seguinte o Brasil já embarcava 100 mil toneladas do produto para o país asiático. Em 1973 a companhia, à época chamada Vale do Rio Doce (atualmente, Vale), exportou 4,7 mil toneladas de minério de ferro para o mercado chinês, tornando o Brasil o primeiro país do mundo a exportar esse produto para a China. (VISÃO..., 2015, p. 14).

É importante lembrar que a visita do então vice-presidente da República, João Goulart (Jango), à China em 1961 foi uma das justificativas utilizadas para que ele não tomasse posse no governo sobre

²² A saber: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde.

um regime presidencialista. Em 1974, os mesmo militares que criticaram Jango veem o governo do general Ernesto Geisel reatar as relações diplomáticas com a República Popular da China. No dia 15 de agosto de 1974, os dois países assinaram o reatamento das relações diplomáticas e o reconhecimento do governo brasileiro de que Taiwan era parte inalienável do território chinês.

Não obstante, é importante lembrar que a aproximação com a República Popular da China trouxe um horizonte de oportunidades comerciais para o regime militar, e, neste, caso não estava indo contra uma política externa dos Estados Unidos, embora o Brasil tenha reatado relações diplomáticas com a República Popular da China em 1974 e os Estados Unidos apenas em 1979. Uma aproximação China-EUA já estava se estabelecendo, apesar da guerra do Vietnã. Buscando uma separação no bloco socialista, o presidente americano Richard Nixon se reúne com o presidente do Partido Comunista Chinês, Mao Tsé-Tung, em Pequim, durante viagem feita à China em 1972, iniciando uma política de aproximação China-EUA (BERSTEIN; MILZA, 2007). Segundo Moniz Barreto (2006, p. 365):

A criatura voltara-se contra o criador. O regime autoritário, cuja implantação no Brasil os Estados Unidos haviam encorajado e apoiado, em 1964, insubordinava-se, desde que, a partir de 1967/1968, começava a atender os interesses nacionais de desenvolvimento, de modo a legitimar-se e não sucumbir em meio dos movimentos de contestação, inclusive entre os militares da direita Nacionalista.

O fortalecimento de uma política desenvolvimentista e de criação de infraestrutura física e de energia renovável, o apoio ao fortalecimento de uma indústria nacional, objetivando a redução das importações e o fortalecimento das exportações, obviamente também norteados pelo nacional desenvolvimentismo e não apenas garantindo manutenção do

regime foram pontos que nortearam uma guinada na política externa durante o governo Geisel em 1974.

2. Nos tempos do Agronegócio: A relações comerciais atuais

Dos grãos que dinamizam nossa balança comercial a soja e detentora de uma posição relevante, devido a sua utilização diversificada, rica em proteína, é utilizada desde alimentação humana a alimentação de rebanhos, o como biocombustível facultando uma matriz energética mais limpa. O lendário pai da agricultura na cultura chinesa foi Shennong, seus registros datam de 5000 anos a. C., é chamado de divino agricultor e também Imperador Vermelho, segunda a lenda fazia experiências com plantas e sementes, e sua morte de deveu ao consumir de uma planta toxica que estava estudando. Um dos pais da medicina chinesa sua pratica de agricultura cooperativa o “agriculturalismo”²³ influenciaram o Confucionismo. São nos escritos atribuídos escritos a Shennong na obra **“The Divine Fartner's Materia Medica”** que se tem a primeira referência conhecida a cultura da soja, o cultivo da soja era recomendado como uma alternativa ao abate de animais a proteína animal grão foi citado e descrito pelo imperador chinês Shen-nung, considerado o “pai” da agricultura chinesa, que deu início ao cultivo de grãos como alternativa ao abate de animais. (SHENNONG, 2008)

Após a reabertura das relações China- Brasil em 1974, a soja se tornou um dos principais produtos agrícolas de exportação do Brasil, concomitante com a expansão das fronteiras agrícolas em diversas regiões do Brasil ocorreu uma melhoria de incrementos crescimento de maquinários (cada vez mais tecnológicos) com uma melhoria das técnicas e boas práticas agrícolas, notadamente a difusão do plantio direto no

²³ Processo de agricultura comunitária em que se contava com a experiência dos camponeses.

Brasil, divulgado no Brasil por Herbert Bartz, fortalecendo a rotação de culturas²⁴. A expansão da soja no Brasil começa nos anos 1970, quando a indústria de óleo começa a ser ampliada. O aumento da demanda internacional pelo grão é outro fator que contribui para o início dos trabalhos comerciais e em grande escala da cultura da soja. O Brasil também iniciava um esforço para produção de suínos e aves, gerando demanda por farelo de soja.

A ampliação dos plantios de soja no Brasil sempre esteve associada ao desenvolvimento rápido de tecnologias e pesquisas focadas no atendimento da demanda externa. Tanto que na década de 70 a soja já era a principal cultura do agronegócio nacional: a produção havia passado do 1,5 milhão de toneladas em 1970 para mais de 15 milhões de toneladas em 1979. Importante notar que essa ampliação desde esse início esteve intrinsecamente ligada aos investimentos no aumento de produtividade, e não necessariamente de área (que de 1,3 milhão de hectares passou para 8,8 milhões de hectares na década). Os índices de produtividade nesse período saíram do patamar de 1,14 t/ha para 1,73 t/ha.²⁵

A soja e o milho, grãos preferencias na rotação de cultura da agricultura de exportação brasileira, tendo a exportação para a China oscilado em torno de milhões de toneladas²⁶, levando a industrialização do campo e o fortalecimento de sistemas de cooperativa no Brasil a se intensificar e se profissionalizar, a empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é um dos responsáveis pela melhoria técnica na agricultura brasileira. Os investimentos em pesquisa levaram à

²⁴ <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2021/02/23/gente-do-campo-conheca-a-trajetoria-de-herbert-bartz-pai-do-plantio-direto-no-brasil.ghtml> (acesso em 20 de abril de 2023).

²⁵ <https://aprosojabrasil.com.br/a-soja/> (20 de junho de 2023).

²⁶ <https://globo.rural.globo.com/agricultura/milho/noticia/2023/04/importacao-de-milho-pela-china-deve-ficar-estavel-em-18-mi-t-em-202324.ghtml> (acesso 17 de junho de 2023).

"tropicalização" da soja, permitindo, pela primeira vez na história, que o grão fosse plantado com sucesso, em regiões de baixas latitudes, entre o trópico de capricórnio e a linha do equador. Essa conquista dos cientistas brasileiros revolucionou a história mundial da soja e seu impacto começou a ser notado pelo mercado a partir do final da década de 80 e mais notoriamente na década de 90, quando os preços do grão começaram a cair. A EMBRAPA favoreceu a adaptação das culturas às condições brasileiras investindo em tecnologia no campo e se valendo da vantagem competitiva que o Brasil tem em relação aos outros países produtores: o escoamento da safra brasileira ocorre na entressafra americana, quando os preços atingem as maiores cotações.

No entanto ter um grande e quase hegemônico comprador pode deixar a produção agropecuária brasileira em uma situação delicada de mercado commodities internacional, um grande comprador como a China basta não comprar ou colocar algum embargo a determinado produto que vai conseguir desestabilizar economicamente uma grande área produtora, como em reportagem do Globo Rural de 24 de outubro de 2022, sobre a exportação de carne para a China , “ *As exportações de carne bovina do Brasil para a China estão paralisadas desde o dia 4 de setembro, após dois casos atípicos de vaca louca terem sido notificados em Minas Gerais e Mato Grosso*”(G1.globo,2021), claro que a questão sanitária como o aparecimento de uma doença de rebanho como por exemplo a da “vaca louca” é algo de preocupante e de aplicação e uma política sanitária mais rígida por parte de importadores de nossa carne, mais a mesma reportagem acusa uma mudança de estratégia macroeconômica estabelecida pelo planejamento central Chinês que é fomentar o consumo de carne suína, como fala na reportagem citada o economista Thiago Bernardino de Carvalho do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, (CEPEA)

O chinês aprendeu a comer carne bovina, só que ele vem pagando, sequencialmente, nos últimos meses, cada vez mais caro pela carne bovina brasileira. A China está em um momento de renegociar preço pensando na economia local. Realmente simular a volta do consumo de carne suína²⁷

No entanto mais do que uma mudança de direção reduzindo ou até rejeitando commodities em “Arroba de boi”, a China como um consumidor voraz de diversos commodities, pode não só ditar o preço como utilizar sua condição para ditar uma política internacional, não sem culpa obviamente de uma política interna das nações importadoras de commodities, dada a escassez de recursos naturais da China e a sua dependência de provedores externos para sustentar seu modelo de manufatura voltada para a exportação, a região da América Latina tornou-se parte integrante da estratégia de desenvolvimento do Chinês. A busca de recursos para alimentar tanto a indústria (petróleo, cobre, minério de ferro) a maior e cada vez mais próspera população do mundo (soja, trigo, milho) forçou os formuladores de políticas na China a encontrar maneiras de proteger esses recursos. Estabelecendo nos países Latino Americanos não apenas uma relação de consumo, mas uma relação de dependência econômica, tendo em vista que tradicionalmente um modelo econômico orientado para a exportação primárias são os primeiros a se beneficiar de um boom de preços de commodities, mas também o primeiro a entrar em colapso quando o boom retrai.

3. O Soft Power do Dragão e dependência na América latina e novas oportunidades

Um amplo debate está em andamento na China a respeito da fonte do "Soft Power", do país e suas razões para utilizá-lo, a maneira suave da

²⁷ <https://g1.globo.com/google/amp/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/10/24/parte-da-carne-do-brasil-enviada-a-china-segue-parada-em-portos-apos-7-semanas-de-suspensao-do-comercio.ghtml>

china fazer política também pode ser feita com uma analogia ao xadrez chinês, o no jogo de Xiangqi, onde as peças se movimentam na transversal e mesmo tendo um objetivo determinado não se utiliza de um ataque direto mais de uma maneira suave de cerco ao Rei, objetivo do jogo, assim como o pensamento filosófico chinês que não busca o conflito, mais como dito acima de forma espiral o envolvimento do todo . Segundo Wise (2021) O mundo simplesmente nunca visto algo assim: a ascensão acelerada de um enorme estado autoritário desenvolvidor com um compromisso radical com alto crescimento e rápida progresso econômico – e que coincidentemente é o país mais populoso do mundo-. A China pode estar prestes a ultrapassar os EUA e o resto do bloco da OCDE em termos de volume do seu PIB, mas, pelo menos por enquanto, a natureza de seu regime político trabalha diretamente contra sua integração neste círculo de países desenvolvidos.

A China tem perseguido seus interesses nacionais recentemente por meio do exercício do “**Soft Power**”, ao projetar uma face não confrontadora para o mundo em desenvolvimento. É a rápida expansão econômica da China - e a necessidade do país por recursos naturais, mercados de exportação e influência política - que a levou a intensificar seu envolvimento com os países em desenvolvimento do Sudeste Asiático, Oriente Médio, África e América Latina. Uma questionamento tem que ser feito com uma China rica e poderosa se comportará no mundo. No entanto, para civis e militares, um argumento se destaca repetidamente: por causa de sua cultura confucionista, a China vem priorizando o Soft Power pois nas ultimas décadas a China não agiu agressivamente com países de seu entono, mesmo a questão de Taiwan, considerada por Pequim um província rebelde, se encontra em um estagio de tensão. Algumas das companhias aéreas que oferecem voos entre Taiwan e Pequim incluem China Airlines, EVA Air, Air China e Cathay Pacific

A China que se tornou, nos últimos 40 anos, o maior comprador de commodities em especial e da América Latina de modo geral, a vulnerabilidade da China por commodities gera uma dependência para com a América Latina, no entanto pela possibilidade de ditar o preço por ser a maior compradora faz com que essa dependência seja recíproca. Para entendermos essa dependência, não deveríamos estender o conceito de “teoria da dependência”, uma teoria surgida de crítica marxistas não-dogmática que analisa a periferia do mundo capitalista e se contesta o modelo da Comissão econômica para América Latina (CEPAL), análise muito utilizada nos anos 1960 fruto do trabalho de intelectuais latino americanos como Ruy Mauro Marini, André Gunter Frank, Theotonio dos Santos e o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso entre outros.

Dentro da Teoria do desenvolvimento normalmente, os países subdesenvolvidos oferecem matérias-primas baratas no mercado mundial e utilizando força de trabalho baratas e pouco qualificadas. Esses recursos são vendidos para economias desenvolvidas com capacidade tecnológica e de capital para transformá-los em produtos acabados. Os países subdesenvolvidos e fornecedores de matéria prima acabam sendo os compradores dos produtos acabados e com um preço agregado bem superior, esgotando o capital que poderiam dedicar à atualização de sua própria capacidade produtiva. O resultado é um ciclo vicioso que perpetua a divisão da economia mundial entre um centro rico e uma periferia pobre, não que essa lógica tenha acabado, mas com a globalização e com a Ascensão da China não apenas como compradora mais como uma potência global seria necessário acrescentar outros fatores.

Um dos fatores é que o Brasil viveu um processo de industrialização iniciando durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) esse processo de industrialização se intensifica do Brasil após o fim da

segunda guerra mundial (1945) e notadamente acelerando durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no entanto recentemente a partir do final do século XX o Brasil vive um processo reverso, uma desindustrialização que afeta a periferia das grandes cidades e colocaram expostas as condições de vulnerabilidade de seus moradores que se encontram empobrecidos e alijados da sociedade de consumo.

Como falamos anteriormente as transformações ocorridas no Brasil durante o século XX, levaram a mudança de estrutura da sociedade de rural para urbana, de uma sociedade fechada e tradicional para uma sociedade de consumo, a transformação de um país predominantemente agrícola em um país industrial juntamente relevante emigração campo-cidade bem intensiva, não obstante o processo de urbanização brasileiro careceu de um planejamento mais centrado e os centros urbanos Brasileiros, ganharam uma periferia desprovida dos serviços básicos e com uma população vulnerável. Segundo Ross:

Nas regiões que, em curto espaço de tempo, se transformaram em áreas industrializadas através da importação de tecnologias e capital e instalação maciça de empresas transnacionais, como ocorreram na América Latina, na Ásia e na África, os problemas urbanos são mais sérios e agravados pelos problemas sociais. Aqui no Brasil isso é bem ilustrativo. Aqui a população que reside nas cidades passou de 45% em 1960 para 75% em 1990 e mais 80% em 2000. O setor agrário da economia, sobretudo a partir da década de 70, mecanizou-se, liberou mão-de-obra e as cidades sofreram um crescimento demográfico repentino. (Ross. P303-304.).

Nós tivermos nos setores de mineração e agropecuário um incremento de tecnologia e biotecnologia, a nossa produção agrícola demanda uma tecnologia avançada e notadamente com incrementos de pesquisas de ponta nas universidades e indústrias nacionais, gerando uma concentração de riqueza na região Centro Oeste Brasileira, o entanto pelo uso da tecnologia em maquinário o campo não emprega em grande quantidade e os empregadores exigem mão de obra mais técnica e

qualificada e portanto mais cara , então diferente da “ teoria do Dependências”, não exatamente estamos em um ciclo econômico periférico e vicioso. Nós estamos em um processo de desindustrialização nos tradicionais centros urbanos com uma grande massa de desempregados e de vulneráveis que vão habitar as periferias dos centros urbanos ou mesmo nas ruas, como falamos anteriormente muitos desses cidadãos brasileiros são oriundos da liberação da mão de obra do campo e que acham ocupação no subemprego.

A dependência que temos decorrente de negócios da China vem mais da falta de uma compreensão macroeconômica dos formadores de políticas públicas países Latino Americanos, quando baseiam sua pauta de importações em Commodities, e que mesmo possuindo centros universitários de pesquisa de alta-competência, não conseguem agregar valor aos Commodities e criando tecnologia de ponta patrocinando assim uma reindustrialização, somando a isso a falta de aplicação de uma política de distribuição demografia da população urbana nos centros médios, e diminuindo o inchaço urbano que é o reflexo do crescimento desordenado das nossas megalópoles.

O Soft Power implementado pela China com países latino-americano e incluindo o Brasil é a manutenção de uma parceira estratégica em diversas áreas, estabelecendo uma continuidade de parcerias, segundo reportagem da revista Exame:

As exportações brasileiras para o país asiático são dominadas por produtos como soja, minério de ferro, petróleo e carne bovina. Já a China exporta para o Brasil produtos manufaturados, eletrônicos e bens de consumo, auxiliando o comércio bilateral de modo fundamental para as economias de ambos os países, além de contribuir para o desenvolvimento econômico global. O volume de comércio bilateral chegou a US\$150,5 bilhões em 2022.²⁸

²⁸ <https://exame.com/mundo/relacao-entre-brasil-e-china-uma-parceria-estrategica-e-m-ascensao/> (acesso em 22 de junho de 2023).

A parceria estratégica entre o Brasil e a China, pode causar uma dependência comercial, devido ao fato como falamos de a China ser a principal compradora dos nossos Commodities e poder de interferir na flutuação dos preços. No entanto como dito no texto acima, a dependência não advém deste comercio, mais sim em uma dinâmica maior da capacidade de nossa economia de agregar valores aos mesmos Commodities que exportamos, e de certa forma um maior incentivo a pesquisa com resultados em nosso país, e uma capacitação de qualidade de nossa mão e obra.

Outra coisa que temos que considerar para aumentar nosso potencial comercial e diminuir possível dependência, e diversificar nossa carteira de produtos e procurar os mercados emergentes, como o Oriente Médio, o México, o Sudeste Asiático incluído a Índia e não excluindo a África.

Ao procurar novos mercados emergentes e potenciais parceiros assim como qualificar nossa mão de obra e diversificar nossa produção com mais valor agregado, não podemos desprezar a china com potencial parceiro estratégico. O cenário em 2023, entre o Brasil e a China é delineado corretamente pelo analista em investimentos Louis-Vicent Gave

A vantagem para países como o Brasil é que quanto mais o mundo ocidental decide banir a China, mais o Brasil tem uma carta na manga. Poder dizer à China: “Somos um parceiro comercial confiável e nunca vamos julgá-lo por questões políticas. Não vamos sair por aí condenando o que você está fazendo em Hong Kong ou mencionar o que você está fazendo em Xinjiang. Isso não é da nossa conta. Estamos felizes em fazer negócios com você.” A China, obviamente, fica feliz em fazer mais negócios com o Brasil e menos com a Austrália, menos com a Nova Zelândia, menos com o Canadá, menos com os EUA. A China também está pensando em como reduzir a participação dos EUA em sua cadeia de suprimentos, assim como ficam menos dependente de Canadá e Austrália. O Brasil é um grande beneficiário disso.²⁹

²⁹ Leia mais em <https://braziljournal.com/quanto-mais-o-ocidente-brigar-com-a-china-melhor-para-o-brasil-diz-fundador-da-gavekal/> (acesso em 23 de junho de 2023).

Portanto, as possibilidades do mercado do agronegócio e de commodities de uma maneira geral para o Brasil são extraordinárias e continuarão sendo por muitos anos, não podemos ser um país onde a sua pauta principal de exportação esteja estruturada em commodities, temos que entender quais são os mercados insurgentes, temos que compreender a política internacional e não podemos abrir mão dos acordos favoráveis que já temos por quaisquer motivos.

Considerações finais

De uma forma estratégica e de certa forma suave, pautado pelo pensamento filosófico, no entanto com um objetivo bem traçado a China estabeleceu relações comerciais com o Brasil, ressaltando que não foi unilateral o Brasil também se aproximou da China, estabelecendo relações diplomáticas em plena Guerra Fria, (1947-1991). A China em 2023 é o principal parceiro comercial do Brasil, com a balança pendendo para os brasileiros. Uma parceria comercial e estratégica que não pode ser desprezada pelo Brasil.

O peso Político e comercial da china é cada vez mais sentido em todo o mundo. Sua economia, poder militar e crescente influência diplomática estão pautando o cenário internacional. A reabertura da China pós pandemia e os primeiros resultados de crescimento superaram o esperado, por analistas econômicos. O consumo está voltando às tendências antes da pandêmicas e uma combinação de dinâmica de reabertura, suporte de políticas e efeitos de base garantirá um crescimento decente para 2023.

A China é um parceiro comercial e estratégico que o Brasil não pode abrir mão, sem, no entanto, estabelecer relações comerciais com outros centros emergentes, no Sudeste Asiático, Oriente Médio, África e

com a Índia e quanto outros novos parceiros surgirem. Porém temos que agregar valor tecnológico em nossa pauta de exportação, qualificar com qualidade nossa mão de obra, e não seguirmos uma tendência de estabelecer nossa pauta majoritariamente em commodities. A nosso crescimento e progresso comercial passa também pela analogia de entendermos como se joga o jogo estratégico das relações comerciais e políticas internacionais seja o jogo de Xiangqi ou qualquer outro, mas é importante realçar quanto mais complexo é o jogo mais possibilidades tem o jogador.

Referências

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do século XX: 1945-1973 – O mundo entre a guerra e a paz.** Volume 2, São Paulo, Cia Editora Nacional. 2007.

BORIS, Fausto. **História do Brasil.** São Paulo, Edusp. 2019.

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês.** Editora Vozes. Petropolis. 2008.

CUNHA, R. C. da; FARIAS, R. de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 46-69, 2011. DOI 10.1590/S0034-73292011000200003. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=70127150&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FERCHEN, M. As Relações Entre China E América Latina: Impactos De Curta Ou Longa Duração? **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 19, n. S1, p. 105–453, 2011. DOI 10.1590/S0104-44782011000400008. Disponível em:<<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=89172136&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ataque da Otan a embaixada chinesa foi intencional, diz Milosevic.** 15.02.2002. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u37105.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

G1. Parte da carne do Brasil enviada à China segue parada em portos após 7 semanas de suspensão do comércio. **Globo Rural**: 24.10.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/10/24/parte-da-carne-do-brasil-enviada-a-china-segue-parada-em-portos-apos-7-semanas-de-suspensao-do-comercio.ghtml>>. Acesso em: 24 out.2022.

GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). **Diplomacia Brasileira e política externa (1493-2008)**. Rio de Janeiro, Contraponto. 2008.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: O Brasil entre a ditadura e a Guerra Civil**. São Paulo, Benvirá Editora. 2011.

MARQUES OLIVEIRA, N. Revisitando Algumas Teorias Do Desenvolvimento Regional. **Informe Gepec**, [s. l.], n. 1, p. 203–219, 2021. DOI 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=151052951&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MARTÍNEZ JIMÉNEZ, K. J. Entre la teoría del desarrollo y la teoría alternativa en América Latina. Algunas tensiones, retos y propuestas. **Estudios Políticos** (01215167), [s. l.], n. 58, p. 67–85, 2020. DOI 10.17533/udea.espo.n58a04. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=144794679&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MASON, R. China's impact on the landscape of African International Relations: implications for dependency theory. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 84–96, 2017. DOI 10.1080/01436597.2015.1135731. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=120749078&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MIAO, J. T. Understanding the soft power of China's Belt and Road Initiative through a discourse analysis in Europe. **Regional Studies**, Regional Science, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 162–177, 2021. DOI 10.1080/21681376.2021.1921612. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=154235265&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

MORA, S. Y. El acaparamiento de tierras de China desde la ecología-mundo: la búsqueda de soja, arroz y caña de azúcar baratos y los límites a la acumulación de capital. **Relaciones Internacionales** (1699-3950), [s. l.], n. 46, p. 119–138, 2021. DOI 10.15366/relacionesinternacionales 2021.46.007. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=151257504&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano**: da guerra a Espanha à guerra no Iraque. 2ªed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2006.

NANTULYA, P. Strategic Application of the Tao? of Soft Power: The Key to Understanding China's Expanding Influence in Africa. **African Review**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 481–529, 2020. DOI 10.1163/1821889X-12340028. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=147591232&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

RAMOS BECARD, D. S. O Que Esperar Das Relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 19, n. S1, p. 31–151, 2011. DOI 10.1590/S0104-44782011000400004. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=89172132&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 6ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo. Editora Edusp. 2019.

SANJUAN, THIERRY (DIR). **China Contemporânea**. São Paulo, Edições 70. 2009.

SHENG, Shu. **A História da China popular no Século XX**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2021.

SHENNONG , Ben Cao Ling, The Divine Fartner's Materia Medica. A ranslation of the by Yang Shon-zhong. blue poppy press. Boulder, Colorado, 2008.

TAPIA, E. L. Remembering Dependency Theory: A Marxist-Humanist Review. **New Politics**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 86–92, 2017. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=124536189&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

TAI WEI LIM. Multilateralism and Dependency Theory. **African & Asian Studies**, [s. l.], v. 13, n. 1/2, p. 80–99, 2014. DOI 10.1163/15692108-12341286. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=96419966&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

VISÃO de futuro – quarenta anos de relações diplomáticas entre Brasil e China. **Revista Carta Brasil-China**, Conselho Empresarial Brasil-China. Edição especial, jan. 2015.

WANG , YUAN-KANG. **Harmony and war** : Confucian culture and Chinese power politics. Columbia univ. Press. New York. 2011.

WISE, C.; QUILICONI, C. China's Surge in Latin American Markets: Policy Challenges and Responses. **Politics & Policy**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 410–438, 2007. DOI 10.1111/j.1747-1346.2007.00067.x. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=26100396&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

WISE, Carol. China and Latin America's Emerging Economies: New Realities amid Old Challenges. **Latin American Policy**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 26–51, 2016. DOI 10.1111/lamp.12087. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=115295320&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

WISE, Carol. **Dragonomics**: integración política y económica entre China y América Latina. Universidad del Pacífico, Lima, 2021.

WISE, Carol.; CHONN CHING, V. Conceptualizing China-Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath. **Pacific Review**, [s. l.], v. 31, n. 5, p. 553–572, 2018. DOI 10.1080/09512748.2017.1408675. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=132187142&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 31 maio. 2023.

Dados dos Autores

EDUARDO RIZZATTI SALOMÃO

Doutor (2012) e Mestre (2008) em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). É membro do Corpo do Docente do Instituto Militar de Engenharia (IME), onde leciona História, com foco em temáticas ligadas à história social, história militar e geopolítica para alunos dos cursos regulares e alunos de intercâmbio. Integrou em comissão, durante os anos de 2018 a 2023, o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Em sua tese de doutorado estudou a relação da devoção ao mártir católico S. Sebastião com a crença no retorno do rei Encoberto D. Sebastião na Guerra do Contestado (1912-1916), em pesquisa que se debruçou sobre os símbolos e significados das manifestações da religiosidade entre os rebelados, incluindo o esforço em compreender a inter-relação entre as crenças religiosas na motivação da revolta e a organização social e política do movimento. Tem experiência no ensino e pesquisa de temáticas ligadas à História contemporânea, com destaque para a Primeira República brasileira, com produção que perpassa religiosidade, sebastianismo, movimentos sociais e história dos militares, avançando para o estudo de temas relacionados à política, geopolítica e relações internacionais.

Contato: salomao.edu@gmail.com

GABRIEL LUIZ CAMPOS DALPIAZ

Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Contato: gcamposdalpiaz@gmail.com

GILBERTO DE SOUZA VIANNA

Pesquisador Associado IESP-UERJ, Pós Doutorado em História Política UERJ (2021-2022), Doutor em História Social pela UFRJ (2019), Mestrado em História da Educação pela Universidade Federal do Paraná (2001), possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993). Oficial do Quadro de Magistério do Exército Brasileiro (História), foi Professor do Colégio Militar de Curitiba e da Fundação Osório. Atualmente membro do Corpo Permanente, conferencista e adjunto do Centro de Estudos Estratégicos Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra, foi Chefe da Memória Institucional, foi coordenador do Alumni na Escola Superior de Guerra. Professor Universitário. Foi membro do Conselho Consultivo e gestor do IBRAM - Ministério da Cultura (2016). Fundador do LEPDESP (Laboratório de Estudos e pesquisa em defesa e Segurança Pública). Pesquisando atualmente os seguintes temas: Estado,

História Política, História Militar, Segurança Pública, Política de Defesa, Redes Sociais, Redes Criminais, contra- insurgência e estudos de contraterrorismo.

Contato: gilberto.souzavianna@gmail.com

GABRIELA LIMA CAIXETA DE DEUS

Possui Graduação em Tecnologia em Gestão de Políticas Públicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Cursa História Licenciatura na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem interesse nos temas de Política Migratória e História Asiática.

Contato: gabriela.deus@ufms.br

ISABELA BARBOSA RODRIGUES

Graduanda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Contato: isabela.rodri.ufms@gmail.com

SAMUEL DE JESUS

É doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e letras da UNESP - Araraquara - SP. É Mestre em História desde o ano de 2003 pelo programa de Pós - Graduação em História da UNESP de Franca/SP, atuando principalmente nos seguintes temas: História, política, democracia, militarismo, segurança, defesa e Relações Internacionais. Membro do Grupo de Pesquisas sobre História Política e Estratégia - GEHPE-UFMS e do Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e Amazônia - NPPA (FCLAr UNESP). É professor de História da América da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS - campus de Coxim/MS

Contato: samuel.jesus@ufms.br

Este livro foi composto por
fonte times new roman, 12 pt no
formato 155 x 225 mm, impresso em PB no
papel Polen Soft 80 g/m² no miolo e
papel Supremo Alto alvura 250 g/m² na capa.

Neste livro *“A (Anti) política Externa do Governo Bolsonaro”*, o leitor encontrará debate essencial sobre os quatro anos das relações internacionais de um período marcado por erros, polêmicas e turbulência. Trata-se de leitura indispensável para a compreensão do Brasil em tempos recentes, sendo de particular valia a estudantes e leitores atentos aos caminhos e descaminhos da política externa do gigante sul-americano. Boa leitura!

Eduardo Rizzatti Salomão

ISBN 978854558447-6

